PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LEI Nº 1.953 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

"Institui o Plano Municipal de Cultura de Rio Branco para o decênio de 2013-2022".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO-ACRE, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Rio Branco aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica instituído o Plano Municipal de Cultura de Rio Branco - PMC, para o decênio de 2013-2022, cujo documento detalhado pelo Anexo Único, passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Art. 2° O Plano Municipal de Cultura de Rio Branco é um conjunto de orientações e compromissos, construído no âmbito do Sistema Municipal de Cultura e suas instâncias de participação e deliberação, por ocasião da III Conferência Municipal de Cultura de Rio Branco, figurando como instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura, com previsão de ações de curto, médio e longo prazo, e regido pelos seguintes Princípios:

I - o reconhecimento da Cultura como um direito fundamental do ser humano, constituído pelos direitos à identidade e à diversidade cultural, à livre criação, fruição e difusão de bens culturais, e à participação nas decisões de política cultural, expressos nos artigos 210, 215, e detalhados nos artigos 5, 216, 220 e 231 da Constituição Federal do Brasil (1988), nos artigos 148 a 155 da Lei Orgânica do Município de Rio Branco, na Declaração dos Direitos Humanos, na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) e na

Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005);

II - o compromisso com valores e práticas democráticas, consolidadas por meio da participação direta e cidadã, nas instâncias e estruturas do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco, tanto de forma individual quanto setorial e coletiva, visando a sua contínua atualização e transparência;

III - a valorização e o respeito à diversidade cultural, às identidades culturais locais, às dinâmicas culturais tradicionais e contemporâneas e ao diálogo intercultural resultante de trocas e intercâmbio entre os municípios, estados e países, prioritariamente com os fronteiriços;

IV - a necessidade de construção de políticas públicas estáveis para a Cultura, tomadas como Políticas de Estado, construídas através da articulação entre as esferas municipais, estadual e federal, e pactuadas com a sociedade civil, visando a consolidação de práticas de corresponsabilidade dos diversos setores e atores sociais;

V - a concepção da Cultura como provedora de desenvolvimento e sustentabilidade do Município, demandando políticas marcadas pela articulação, integração e cooperação institucional em bases territoriais, intersetoriais e transversais.

Art. 3º São objetivos do Plano Municipal de Cultura de Rio Branco:

I - assegurar a todos o pleno exercício dos direitos culturais;

II - fortalecer, atualizar e consolidar o Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco, através da criação, implementação e institucionalização de todas as suas instâncias previstas na Lei nº 1.676/2007;

III - implementar as deliberações e recomendações das Conferências Municipais de Cultura e do CMPC de Rio Branco, na forma de políticas, programas e ações;

IV - definir e estabelecer responsabilidades na execução, acompanhamento e avaliação do conjunto de ações culturais de caráter setorial, intersetorial, transversal e territorial com temporalidades distintas respeitando a perspectiva decenal do Plano Municipal de Cultura, bem como sua continuidade;

V - garantir a inserção da Cultura no processo de desenvolvimento e sustentabilidade de Rio Branco, por meio de ações descentralizadas, articuladas e cooperadas entre poder público, iniciativa privada e fazedores de cultura;

VI - estabelecer as articulações necessárias entre o Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco com os demais sistemas e planos setoriais da Cultura e as políticas sociais, nos níveis municipal, estadual e federal.

Art. 4º O processo periódico de monitoramento, avaliação e revisão das Estratégias e Metas do Plano Municipal de Cultura de Rio Branco será acompanhado pelas seguintes instâncias:

I - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, entendido como um conjunto de informações, indicadores e análises, organizado em coerência com o Sistema Municipal de Cultura e abertos a todos os interessados;

II - Fóruns Intersetoriais e a Conferência Municipal de Cultura, entendidos como instâncias de participação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura será objeto de revisão no prazo de 02 (dois) anos, a partir da publicação da presente Lei, quando será revisto, corrigido e ampliado, no que couber, com ampla transparência e participação cidadã, por meio das instâncias do Sistema Municipal de Cultura, conforme regulamentação a ser elaborada pelo órgão gestor da Cultura do Município de Rio Branco, em conjunto com o Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente à época das etapas de sua implementação, suplementadas se necessário, e de outros recursos captados no decorrer da execução do PMC.

Art. 6º A alocação de recursos públicos municipais destinados às ações culturais deverá observar as Diretrizes e Metas estabelecidas nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Branco-Acre, 27 de dezembro de 2012, 124º da República, 110º do Tratado de Petrópolis, 51º do Estado do Acre e 129º do Município de Rio Branco.

Raimundo Angelim Vasconcelos
Prefeito de Rio Branco

Publicado No D.O.E
Nº 10959 De 03/01/2013
Pag nº 41 a 68

ANEXO ÚNICO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO....4
1.1 O Papel do Estado na Gestão Pública da Cultura....4
1.2 Sobre Sistemas e Planos....5
2. Rio Branco como Lugar da Diversidade Cultural....6
3. Trajetória do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco....10
3.1 Os Marcos Legais....10
3.2.2 Uma Breve Avaliação do Percurso....12
3.2.3 Os Recursos Financeiros para a Cultura em Rio Branco....15
3.2.4 A Situação dos Recursos Humanos....25
4. Equipamentos Culturais do Município de Rio Branco....30
5. Os Diversos Setores da Cultura de Rio Branco –
Arte e Patrimônio Cultural....33
5.1 – Segmentos de Arte....33
5.1.1 Artes Cênicas....33
5.1.2 Arte Educação....36
5.1.3 Artesanato....38
5.1.4 Agente/Gestor e Produtor Cultural....40
5.1.5 Artes Visuais....43
5.1.6 Audiovisual....46
5.1.7 Culturas Urbanas....50
5.1.8 Literatura....52
5.1.6 Música....55
5.2 Segmentos de Patrimônio Cultural....59
5.2.1 Comunicação....59
5.2.2 Comunidades Tradicionais/Culturas Indígenas....62
5.2.3 Culturas Ayahuasqueiras....66
5.2.4 Culturas Afrobrasileiras....70
5.2.5 Culturas Populares....73
5.2.6 Espaços de Memória, Arquivos e Museus....76
5.2.7 Humanidades e Historiografia Acreana....79

5.2.8 Movimento Social.....81
5.2.9 Turismo.....83
6. Deliberações da III Conferência Municipal de Cultura de Rio Branco.....87
6.1 Princípios.....87
6.2 Objetivos.....88
6.3 Diretrizes, Estratégias, Ações e Metas.....88
6.3.1 DIRETRIZ 1:.....89
Fortalecimento do papel do Estado na institucionalização das políticas culturais, intensificando o planejamento de programas e ações que consolidem às políticas públicas para a cultura.
6.3.2 DIRETRIZ 2:.....91
Promoção, fortalecimento e qualificação das instâncias consultivas e deliberativas; consolidação dos mecanismos de diálogo e participação da sociedade civil.
6.3.3 DIRETRIZ 3:.....92
Reconhecimento e valorização das identidades e da diversidade cultural, proteção e promoção às artes e expressões culturais, estímulo ao diálogo intercultural, proteção e promoção das memórias, saberes e fazeres culturais.
6.3.4 DIRETRIZ 4:.....96
Universalização e democratização do acesso às artes e às expressões do patrimônio cultural a todo o município de Rio Branco; manutenção, ampliação e qualificação dos espaços e equipamentos culturais; formação de público.
6.3.5 DIRETRIZ 5:.....99
Ampliação do acesso às condições e meios de criação, invenção e inovação culturais; estimulo à circulação, intercâmbio, trocas e cooperação; consolidação e ampliação dos mecanismos de financiamento da cultura.
6.3.6 DIRETRIZ 6:.....102

Ampliação da participação da cultura nas políticas públicas do município; articulação intra e intersetorial; economia da cultura; geração de trabalho e renda; direitos do trabalhador da cultura.

6.3.7 DIRETRIZ 7:.....104

Produção, sistematização e difusão de informações e indicadores culturais; acompanhamento, avaliação e aprimoramento das políticas públicas de cultura; difusão e divulgação de bens e conteúdos culturais; promoção da reflexão, análise e crítica da cultura.

7. Modelo de Acompanhamento e Avaliação do PMC.....106

1. INTRODUÇÃO

1.2 O Papel do Estado na Gestão Pública da Cultura

Uma Política Pública de Cultura deve ser pensada como instrumento de emancipação e transformação social. Isso significa propor e praticar a superação das relações que tradicionalmente se consolidaram entre poder público e sociedade civil em nosso país, especialmente, mas não exclusivamente, até fins do século XX. Por muito tempo tais relações limitavam-se, ora a certo instrumentalismo estatal e partidário, ora a um clientelismo e populismo epidêmico. Nos últimos anos, com o avanço do Estado de Direito e das práticas de gestão democrática, uma nova cultura política se institui, atualizando de forma propositiva e crítica a relação entre os diferentes sujeitos políticos. O caminho aponta para duas dimensões complementares.

A primeira refere-se à cidadania. Ampliada de seu sentido formal e jurídico sem, contudo abandoná-lo, o exercício da cidadania pode ser caracterizado hoje, como uma sociabilidade que institui e garante um desenho igualitário nas relações sociais, em todos os níveis. Isso significa a emergência de cidadãos ativos e não apenas formais, um novo lugar político para a sociedade civil e o surgimento de novos sujeitos e práticas no cenário político. Na atualidade, a cidadania caracteriza-se não apenas pela inclusão, mas pela participação e pela diversidade.

A segunda refere-se ao papel do Estado como agente mediador dos processos de participação social e como gestor das Políticas Públicas. Para o exercício de seu papel duas questões são fundamentais: o reconhecimento da cultura como um direito e a institucionalização dos mecanismos de gestão e participação. Assim, cabe ao órgão gestor de cultura, em articulação com o Conselho Municipal de Políticas Culturais, formular e implementar políticas capazes de garantir e ampliar os mecanismos de produção, difusão e acesso aos bens culturais; de fomentar o desenvolvimento de uma economia criativa; de qualificar os agentes e gestores da cultura; de garantir a governabilidade por meio da ação integrada entre os entes da federação e a sociedade civil; além de proteger e promover as identidades, as memórias e a diversidade cultural.

Estamos diante do desafio de tratar as políticas públicas de cultura como exercício de cidadania contemporânea, e não como campo de clientelismo, instrumentalismo político, ou adequação ao mercado; compreender a gestão das políticas públicas de cultura como algo que transcende a administração de recursos financeiros e espaços, configurando-se como compartilhamento, mesmo que cheio de conflitos e tensões, de projetos coletivos. Uma política cultural transformadora deve ser provedora de projetos de transformação social, que inaugurem novas hegemonias.

1.2 Sobre Sistemas e Planos

Sistemas e Planos de Cultura possuem uma relação orgânica e são elementos centrais no processo de institucionalização das políticas de cultura. Um Sistema de Cultura é a estrutura de um modelo de articulação entre entes públicos e de pactuação com a sociedade civil, com o objetivo de articular sujeitos, estruturas e mecanismos de deliberação e ação. Um Plano de Cultura, por sua vez, pode ser entendido como a "musculatura" de um sistema, pois confere a ele conteúdos e compromissos, através de princípios, objetivos, estratégias, metas e ações, que exigem políticas pensadas para um período de 10 anos.

Nesse sentido, os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Cultura consolidam as políticas de Estado e, em articulação com os Sistemas Nacional, Estadual e Municipal, devem garantir as inter-relações e o respeito aos princípios federativos e às diferenças geográficas, culturais e sociopolíticas de cada região. Os Planos e os Sistemas consolidam um ao outro, e estabelecem caminhos para a concretização de ambos, sendo, portanto, instrumentos de planejamento estratégico que organizam, regulam e norteiam a execução de políticas culturais. Com a aprovação de um Plano Municipal de Cultura pelo Poder Legislativo, esse processo ganha estabilidade jurídica e fica assegurada a sua continuidade enquanto política de Estado.

A partir de 2005, estados e municípios brasileiros firmaram Protocolos de Intenções com o Ministério da Cultura, comprometendo-se a integrar o Sistema Nacional de Cultura, instalando seus respectivos Sistemas Estaduais e Municipais.

Em Rio Branco, a assinatura do Protocolo instaurou um compromisso político e um marco legal que contribuiu para impulsionar e consolidar o processo de criação, implementação e fortalecimento de mecanismos de gestão cultural.

Naquele ano, a Prefeitura de Rio Branco, por meio da FGB, já havia realizado o I Fórum Municipal de Cultura, dando início ao processo de construção de políticas culturais, sendo o primeiro passo para uma experiência pioneira, no que diz respeito a uma metodologia de construção e implementação de políticas culturais. Com os trabalhos realizados e com o SMC aprovado durante a I Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2007, Rio Branco foi o primeiro município brasileiro a cumprir integralmente os requisitos do Sistema Nacional de Cultura.

2. Rio Branco como Lugar da Diversidade Cultural

Ao longo de todo o seu processo de ocupação e desenvolvimento, Rio Branco, capital do Acre, foi lugar de encontro entre os mais diferentes povos, em distintos movimentos migratórios impulsionados pelas transformações econômicas, sociais e políticas, do estado e do país. Movimentos estes que ora geraram encontros, ora enfrentamentos e resistências, em ambos os casos, constituíram novos fazeres, saberes e modos de viver. Lugar onde indígenas, negros, sírios e libaneses, portugueses, italianos, espanhóis, nordestinos, e tantos outros vindos de recantos mais diversos, criaram um espaço-tempo singular.

A cidade, capital desde 1920, desenvolveu-se a partir do seringal "Volta da Empreza", na margem direita do Rio Acre, onde hoje se encontra uma famosa árvore chamada Gameleira, que nomeia aquele lugar: o Calçadão da Gameleira. Foi naquela região onde, até os anos 1930, a cidade se concentrou. O seringal Volta da Empreza logo se diferenciou dos outros seringais da região ao se tornar um porto muito frequentado pelos Vapores que transitavam pelo rio, durante a época das cheias. Naqueles tempos, nos invernos dos auges dos Ciclos da Borracha, os Vapores aportavam com as novidades: roupas, revistas, notícias, filmes e diversos produtos culturais, que chegavam de tantos outros lugares e temporalidades. Mas nem sempre foi assim. É importante saber que, em épocas de crise, quando a exportação do látex estava baixa, já que nada de novo aparecia de outras cidades,

era o momento de inventar as novidades e as movimentações artístico-culturais, ali mesmo.

Gradativamente, o entorno do Volta da Empreza foi deixando de ser um seringal, como outros do Acre, e se tornou um povoado. Durante todo este período, a área urbana da cidade se restringia à estreita faixa de terras na margem direita do rio Acre. Com a extensão e adensamento desta primeira rua, organizaram-se quatro áreas distintas que se constituíram como os primeiros bairros do povoado: a primeira, Canudos, era uma pequena área residencial de trabalhadores que ocupava as terras acima da Gameleira; a segunda, o centro do povoado do Volta da Empreza, constituída pela rua da margem do rio, no trecho entre a Gameleira e o local onde hoje está a cabeceira da Ponte Metálica; outro pequeno bairro era formado quase exclusivamente por precárias casas de palha, e recebeu o nome de Rua África, por abrigar os negros habitantes da cidade; a quarta área foi formada durante a ocupação militar de 1903 para acampar o 15º Batalhão de Infantaria do Exército.

No entanto, ao mesmo tempo em que desfrutava de grande prosperidade econômica, devido à potência da economia da borracha e a vitalidade do comércio dominado por portugueses, espanhóis, Sírios e Libaneses, aquele lado do rio não tinha como se expandir espacialmente, por conta da presença de muitos terrenos baixos e alagadiços e de áreas particulares ocupadas por pastos. Por isso, a partir dos anos 1950, a cidade começa a se expandir para a outra margem, de terrenos mais altos, no espaço compreendido entre o Mercado Velho e o Palácio Rio Branco. Um tempo de expansão e disputa entre os dois lados divididos pelas curvas tortuosas do rio. Era o confronto entre as origens da cidade e a expansão crescente: Cine Rio Branco versus Cine Teatro Recreio; Tentamen versus Sborba.

A definição da área suburbana para expansão da cidade, que incluía as áreas das colônias agrícolas a serem instaladas, foi característica deste período até 1970. Muitos terrenos foram divididos por colônias: São Francisco, Custódio Freire, Dias Martins, entre outras; e por equipamentos governamentais: Aviário – que produzia e distribuía aves, suínos e até abelhas para os colonos; Cerâmica – que produzia telhas, tijolos e pisos para a construção civil; Estação Experimental – que produzia mudas e repassava técnicas de cultivo etc. À proporção que a expansão foi

acontecendo, foram transformadas em bairros. Quando o centro foi deslocado para a Praça Plácido de Castro, a cidade havia experimentado um crescimento vigoroso. Havia expandido de seus 28 mil habitantes em 1950, para quase 85 mil em 1970. Cada bairro, formado a partir das colônias agrícolas, tinha características próprias, fruto das diferenças culturais de seus ocupantes, cidadãos rio-branquenses.

Ainda na década de 1970, houve a crise do extrativismo da borracha que, conjugada com os anos da Ditadura Militar, modificou o eixo de desenvolvimento da região. Com a vinda de grandes empresas, fazendeiros e especuladores de terras, os seringalistas falidos venderam enormes seringais por preços muito baixos. O desmatamento promovido pelas madeireiras e a transformação dos seringais em fazendas levaram ao êxodo milhares de famílias que há décadas habitavam a floresta. Rio Branco, por sua condição de capital, atraiu a maioria dos seringueiros, castanheiros e ribeirinhos expulsos de suas colocações em todo o estado do Acre. Foi quando teve início, assim, a prática das ocupações e o surgimento de novos bairros. Sem infraestrutura adequada, a cidade cresceu rapidamente, inaugurando, também, as periferias, que se distinguem do centro da capital, com todos os problemas decorrentes da falta de infraestrutura e planejamento, mas também como o lugar de criatividade e resistência.

É importante ressaltar o clima de tensão que havia na cidade e na área florestal nesta época, devido aos confrontos entre seringueiros, lideranças populares, pecuaristas e grileiros de terras. No entanto, este cenário ofereceu aos movimentos artísticos locais organização em torno de um engajamento político. Esta leitura pode ser feita, por exemplo, nas obras do seringueiro, músico e artista plástico, Hélio Melo. Literatura, música, cinema e tantos outros movimentos artísticos que, antes, se espelhavam nos formatos vindos de outros lugares, passaram, a partir de então, a se voltar mais diretamente às realidades locais.

A partir dos anos 1990, os ciclos de migrantes são caracterizados por pessoas vindas principalmente do Sul, em sua maioria profissionais liberais e gestores públicos. Se, em 1970, de cada quatro habitantes do Acre, três estavam em áreas rurais, hoje 85% de quem vive neste estado encontra-se nas cidades. E, assim, gente de todo lugar do interior do Acre reuniu-se na capital com imigrantes de diversos cantos do Brasil e de outros países, forjando sínteses e configurando uma

4

sociedade marcada por trocas e misturas. Ao longo da história de Rio Branco, rupturas políticas, econômicas e sociais marcaram ainda mais a diversidade do lugar.

A modernidade soma-se à cidade com características de seringal, e aos costumes que se reiteram num choque do urbano com uma ruralidade recente, esta última trazendo alternativas ao misto de expectativas e novos sentimentos da modernidade: desde cinematógrafos ambulantes que percorreram a região, na década de 1900, até os cineclubes que ocupam universidade, filmotecas e cine-teatro; dos grupos musicais comparados aos Beatles e aos Rolling Stones, como foi o caso d'Os Bárbaros e Os Mugs, aos nomes que compuseram importantes movimentos da chamada música popular brasileira, como João Donato; das religiões genuinamente acreanas, como as que fazem uso da bebida Ayahuasca, até as mais populares e contemporâneas; desde os artesãos que trabalham com sementes e couro vegetal, até profissionais do artesanato têxtil; lembrando também, claro, das comunidades tradicionais, como indígenas, seringueiros e ribeirinhos, bem como os saberes populares dos tarrafeiros, tacacazeiras, canoeiros, catraieiros, parteiras, raizeiros etc; todos eles na mesma Rio Branco das culturas tradicionalmente urbanas, como o hip hop, o skate e os blogs, carnavais, fanfarras, quadrilhas e marujada, além dos espetáculos de artes cênicas de teatro e de rua, que sobem os rios e passam a ser também das florestas.

Embora haja cada vez mais pontes e passarelas sobre o rio, os catraieiros, uma das profissões mais antigas da cidade, ainda se faz fundamental para a vida urbana do município. Aquele rio, aliás, onde a cidade nasceu, preenche até hoje imaginários e cotidianos, e é, afinal, ponto de encontro e passagem diária do rio-branquense, revelando paisagens compostas seja com grafite, seja com monumentos históricos.

Rio Branco é a marca das trocas culturais, nem sempre justas e criativas. Sujeitos de diferentes matrizes culturais, num contexto de transformações econômicas, políticas e urbanísticas marcadas pela desigualdade, geraram grandes desafios para fazer das diferenças a matéria prima da diversidade. Este é, afinal, o desafio para o Plano Municipal de Cultura, dando continuidade ao processo de mudança das políticas culturais do município.

4

3. Trajetória do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco

3.1 Os Marcos Legais

A Lei Orgânica do Município de Rio Branco, de 3 de abril de 1990, em seus artigos 148 a 159, estabelece a responsabilidade do município em garantir o exercício dos direitos culturais; gerir e proteger o patrimônio cultural; amparar e fomentar o desporto, a recreação e o lazer como direito de todos; e na definição de uma política de turismo.

Criada pela Lei nº 855, de 20 de abril de 1990, a Fundação Municipal de Cultura – FGB é o órgão gestor da política cultural do município de Rio Branco. A referida Lei estabelece que a Fundação Municipal de Cultura – FGB é uma instituição de direito público da administração indireta, vinculada à Secretaria Municipal de Educação. O Estatuto desta Fundação, alterado pelo Decreto n° 4.410, de 1° de julho de 1993, ainda em vigor, estabelece como sua finalidade "desenvolver a cultura, o desporto e o lazer, formar recursos humanos e proteger o patrimônio histórico e cultural do Município de Rio Branco". Em 1999, foi criada a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, ao Desporto, Manutenção e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural – Lei n° 1.324/1999, que também definiu atribuições para a Fundação Garibaldi Brasil – FGB na execução da política cultural.

Em junho de **2005**, a Prefeitura Municipal de Rio Branco celebrou um Protocolo de Intenções junto ao Ministério da Cultura, tendo como objeto "estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para a implantação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, no âmbito da competência do município de Rio Branco".

À construção do Sistema Nacional de Cultura – SNC veio somar-se às bandeiras das antigas lutas dos movimentos sociais dos fazedores de cultura do município de Rio Branco pela participação ativa no processo de construção de políticas públicas para a cultura. Assim, os fazedores culturais não apenas lutavam pela construção de políticas públicas para a cultura, iam muito mais além, exigiam, e exigem, que esta construção se dê de forma ampla, aberta e participativa, em

espaços de diálogo que os permitam ser protagonistas, agentes e transformadores de suas próprias realidades.

O processo coletivo de consolidação da Política Municipal de Cultura em Rio Branco, reforçado pelo Protocolo de Intenções, é a marca fundamental da ação da Fundação Garibaldi Brasil – FGB.

Nesse sentido, foi criada a Lei n° 1.676, de 20 de dezembro de 2007 que institui o Sistema Municipal de Cultura – SMC, com a finalidade definida no Artigo 1° de "proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultural a todos os rio-branquenses, estabelece novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais e cria efetiva participação de todos os segmentos sociais atuantes no meio cultural compreendido em seu sentido amplo".

A referida Lei estabelece também no Artigo 2° a criação do Cadastro Cultural do Município de Rio Branco – CCM como um "instrumento de reconhecimento da cidadania cultural e de gestão das políticas públicas municipais de cultura [...] que organiza e disponibiliza informações sobre os diversos fazeres culturais, nas áreas Arte, Esporte e Patrimônio Cultural". O Cadastro Cultural do Município de Rio Branco – CCM está sendo estruturado a partir de uma perspectiva ampliada como Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC que atribui ao poder público, a responsabilidade de criar indicadores, realizar censos, e manter o mecanismo em constante atualização, de modo a dar suporte, tanto ás decisões do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC e do órgão gestor, quanto à consolidação de uma economia da cultura no município, em consonância com os Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

No Artigo 10 da Lei que institui o Sistema Municipal de Cultura – SMC, é criado o Conselho Municipal de Cultura – CMPC definido como "Órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador que institucionaliza e organiza a relação entre administração municipal e a sociedade civil". Este Conselho, com um formato inovador, de participação direta, possui quatro instâncias de participação: Câmaras Temáticas, Fóruns Setoriais, Comissão Executiva e Conferência Municipal de Cultura.

No Artigo 32° é instituido o Fundo Municipal de Cultura – FMC que é definido como "Instrumento de financiamento das políticas públicas municipais de

cultura nas áreas de Arte, Esporte e Patrimônio Cultural". O FMC juntou-se a já existente Lei Municipal de Incentivo à Cultura, ao Desporto, Manutenção e preservação do Patrimônio Histórico e Cultural – Lei n° 1.324/1999.

Paralelamente a criação do SMC, foi criada a Lei de Patrimônio Cultural de Rio Branco (Lei n° 1.677/2007) que estabelece responsabilidades para o poder público de realizar procedimentos como inventários, registros, tombamentos, dentre outras medidas de salvaguarda para a promoção e proteção do patrimônio histórico cultural do município. Foi criada também a Lei n° 1.839/2011 que institui o Sistema Municipal de Esporte e Lazer – SMEL, que cria novos instrumentos de gestão como: o Cadastro Esportivo e de Lazer do Município de Rio Branco – CELM, o Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Rio Branco, o Fundo Municipal de Esporte e Lazer – FMEL, o Plano Municipal de Esporte e Lazer – PMEL e a Conferência Municipal de Esporte e Lazer.

3.2.2 Uma Breve Avaliação do Percurso

Até meados da década passada, a Lei de Incentivo era, praticamente, o único instrumento de atuação da FGB no contexto cultural da cidade.

Um desafio, portanto, se apresentava à gestão que havia assumido em 2005 - como construir políticas públicas integrando os compromissos políticos da gestão e o que a sociedade esperava e demandava. Mais que conversar, discutir os problemas, anotar reclamações, era necessário saber ouvir e instituir o diálogo. Assim, as rodas de conversa tomaram lugar central na definição das políticas públicas voltadas às áreas de Arte, Esporte, Patrimônio Cultural e Turismo, entendidas como áreas diferentes, mas com especificidades complementares. A Arte com sua capacidade crítica, o Esporte com sua capacidade de mobilização, as culturas tradicionais com sua capacidade de permanência, e o Turismo como possibilidade de uma economia fundada na troca entre nativos e migrantes, expressam o desafio da construção de políticas convergentes e complementares.

O atual processo de construção de políticas públicas para o município foi iniciado com a realização do I Fórum Municipal de Cultura, no qual os diversos fazedores das áreas de Arte, Patrimônio Cultural, Turismo e Esporte de Rio Branco,

tiveram a oportunidade de discutir os problemas enfrentados em suas práticas cotidianas e propor soluções de curto, médio e longo prazo, registrando suas expectativas de desenvolvimento para a cultura local. As memórias desta etapa foram registradas em publicação intitulada "I Fórum Municipal de Cultura (2005/2007)".

Em **2006**, foram realizados estudos sobre as políticas culturais propostas pelo Governo Federal, bem como sobre experiências de outros estados e municípios brasileiros. O diálogo com a sociedade civil teve continuidade através de uma série de conversas com gestores e fazedores da área cultural, tendo como objetivo a organização de uma Pré-Proposta de Sistema de Cultura para Rio Branco.

Em caráter preliminar, o documento propôs a criação de quatro novos instrumentos de gestão: Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC; Fundo Municipal de Cultura - FMC; Cadastro Cultural do Município de Rio Branco - CCM e Lei Municipal de Patrimônio Cultural.

Em março de **2007**, o diálogo foi ampliado e aprofundado, resultando na realização de um Fórum Preparatório para a I Conferência Municipal de Cultura, realizada entre setembro e outubro do mesmo ano. Nessa ocasião, além da apresentação de um balanço de gestão financeira e administrativa da FGB, a Pré-Proposta de Sistema Municipal de Cultura foi apresentada e disponibilizada para receber críticas e propostas de alterações.

O Fórum Preparatório foi organizado em três Painéis Temáticos: o primeiro sobre Mecanismos de Financiamento, o segundo sobre Mecanismos de Gestão e o terceiro sobre Mecanismos de Participação, e se desdobrou em 18 reuniões preparatórias.

Participaram da Conferência, realizada em novembro de 2007, 210 delegados titulares, 70 de cada uma das áreas envolvidas, e 34 segmentos culturais – 11 de Arte, 14 de Esporte e 9 de Patrimônio Cultural e Turismo. Estiveram presentes também representantes do Poder Executivo e Legislativo Municipal, do Ministério da Cultura (Secretaria de Articulação Institucional), cerca de 300 conselheiros e observadores (além dos 210 delegados, aproximadamente 500 pessoas por dia).

Os trabalhos da I Conferência resultaram na aprovação final do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco, tornado Lei pelo poder legislativo em 11 de dezembro de 2007, Lei esta sancionada pelo Prefeito Municipal no dia 20 daquele mesmo mês.

A partir de **2008**, o SMC começou a ser implementado. O primeiro passo foi a operacionalização do Cadastro Municipal de Cultura, condição para a participação dos cidadãos no Conselho Municipal de Políticas Culturais. As Câmaras Temáticas, os Fóruns Setoriais e a Comissão Executiva, instâncias do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC foram instituídas e passaram a funcionar.

Em setembro de **2009**, foi realizada a II Conferência Municipal de Cultura, com o objetivo de avaliar o funcionamento do SMC. Dentre outras questões foi deliberado que a área de Esporte deveria apresentar um estudo de viabilidade para a construção do Sistema Municipal de Esporte e Lazer.

A partir da experiência adquirida com sua participação ativa na construção do Sistema Municipal de Cultura – SMC, a **área de Esporte e Lazer** protagonizou um novo processo de construção de mecanismos de gestão específicos que resultou na realização de uma conferência municipal própria e na criação do **Sistema Municipal de Esporte e Lazer – SMEL.**

A gestão da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil – FGB nos últimos sete anos procurou trabalhar a partir de três eixos norteadores:

1 – **Fortalecimento das identidades culturais locais** – entendido como a ação de reconhecimento e valorização da cultura dos diversos contingentes de famílias vindas de todas as partes do estado e de outras regiões e países.

2 – **Democratização do acesso aos bens culturais** – entendida como o esforço de descentralização e ampliação do acesso aos direitos culturais.

3 – **Construção de políticas públicas para a Cultura** – entendida como o esforço de criação de mecanismos de participação e de institucionalização das ações públicas.

O Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco é fruto da participação social, ampla, direta e diversa.

Imersos em um processo que não negou, nem nega as tensões, os conflitos e as contradições, próprias de um modelo democrático e participativo,

conselheiros e participantes, assumiram a responsabilidade da tomada de decisão para a construção de uma efetiva experiência de cidadania cultural.

3.2.3 Os Recursos Financeiros para a Cultura em Rio Branco

O investimento de recursos na área cultural e esportiva no município de Rio Branco teve uma evolução crescente nos últimos sete anos, saindo do patamar de R$ 1.369.210,76 (um milhão, trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e dez reais e setenta e seis centavos) em 2005 para aproximadamente R$ 2.254.183,49 (dois milhões, duzentos e cinqüenta e quatro mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos) em 2011, correspondente a um aumento de 60,74 % (sessenta vírgula setenta e quatro por cento).

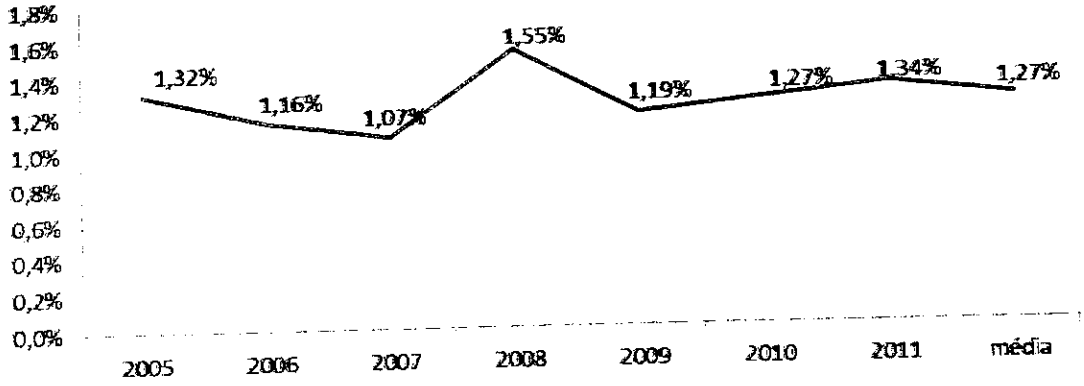
Ao longo desse período o valor de percentual do repasse da Prefeitura Municipal à área cultural correspondeu uma média de 1,27 % (um vírgula vinte e sete por cento) do orçamento do município, totalizando um montante de R$ 14.839.884,10 (quatorze milhões o oitocentos e trinta e nove mil, e oitocentos e oitenta e quatro reais e dez centavos).

Ao mesmo tempo em que houve um acréscimo do repasse financeiro destinado à Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil - FGB ocorreu um decréscimo quanto à porcentagem do repasse por parte da Prefeitura referente à sua arrecadação. Em 2005, a porcentagem do orçamento da Prefeitura repassado a FGB foi de 1,32% (um vírgula trinta e dois por cento). Em 2006, esse valor baixou em 0,16% (zero vírgula dezesseis por cento). De 2007 a 2009, o repasse teve oscilações para menos e para mais, em relação ao orçamento municipal. Em 2010, ocorreu um leve crescimento, de 0,8% (zero vírgula oito por cento) e, em 2011, um acréscimo de 0,7% (zero vírgula sete por cento), resultando em um percentual médio de repasse de 1,27% (um vírgula vinte e sete por cento), como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Evolução do Orçamento (%) - 2005 a 2011

4

Orçamento da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil em %



Anualmente, este orçamento corresponde aos recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, ao Desporto e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Rio Branco Nº. 1.324/1999, provenientes de renúncia fiscal do município, ao recurso do Fundo Municipal de Cultura aprovado pela Lei nº. 1676/2007, implementado desde 2008, e aos recursos provenientes de convênios e patrocínios (ver Tabela 1).

É importante ressaltar, que outros órgãos da gestão municipal investem na área cultural. No entanto, ainda não é possível abarcar os indicadores financeiros destas outras instituições.

Tabela 1 - Recursos para Cultura de Rio Branco.

Ano	Total de Recursos da Cultura (R$)	Orçamento da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil (R$)	Lei de Incentivo	Fundo Municipal de Cultura	Patrocínios e Convênios	Orçamento do município
2005	1.821.210,76	1.369.210,76	452.000,00	-	0,00	**137.804.856,00**
2006	2.544.480,02	2.006.090,96	452.000,00	-	86.389,06	**219.025.699,00**
2007	2.578.685,80	1.963.650,82	566.000,00		49.034,98	**241.700.866,00**
2008	4.077.013,78	2.348.578,59	566.000,00	300.000,00	862.435,19	**263.413.941,00**

2009	3.379.785,59	2.299.785,59	780.000,00	300.000,00	0,00	**283.808.880,00**
2010	3.588.569,89	2.428.569,89	860.000,00	300.000,00	0,00	**282.013.346,00**
2011	4.011.183,49	2.254.183,49	810.000,00	300.000,00	647.000,00	**299.466.112,00**
Total	**22.170.743,33**	**14.839.884,10**	**4.486.000**	**1.200.000,00**	**1.644.859,23**	**1.727.233.700,00**

O recurso destinado à área cultural, correspondente ao período de 2005 a 2011, representa R$ 22.170.743,33 (vinte e dois milhões, cento e setenta mil setecentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos) de investimentos.

Entretanto, a participação do orçamento da cultura, com suas três principais fontes – orçamento direto, repasses, Lei de Incentivo e Fundo Municipal, sempre estiveram no patamar inferior a dois dígitos, interferindo de forma negativa nos compromissos políticos assumidos e nos resultados alcançados.

Lei Municipal de Incentivo à Cultura

Criada em 1999, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, Desporto, Preservação e Manutenção do Patrimônio Histórico, é um mecanismo de apoio cultural no município de Rio Branco. Analisando o investimento realizado por meio desse mecanismo de financiamento, no decorrer de sete anos, correspondente ao período 2005/2011, que envolve a gestão do Prefeito Raimundo Angelim, a Prefeitura Municipal de Rio Branco, investiu R$ 4.486.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil reais) em projetos culturais nas três áreas de atuação da FGB: Arte, Esporte, Patrimônio Cultural e Turismo.

O montante aplicado pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura foi de R$ 4.284.787,96. Distribuindo este valor por área de investimentos, a área de Arte recebeu um montante de R$ 1.636.310,99 (um milhão seiscentos e trinta e seis mil trezentos e dez reais e noventa e nove centavos) e aplicou R$ 1.522.297,82 (um milhão quinhentos e vinte e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e dois centavos). A área de Esporte recebeu R$ 1.252.840,33 (um milhão duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e três centavos) e aplicou

4

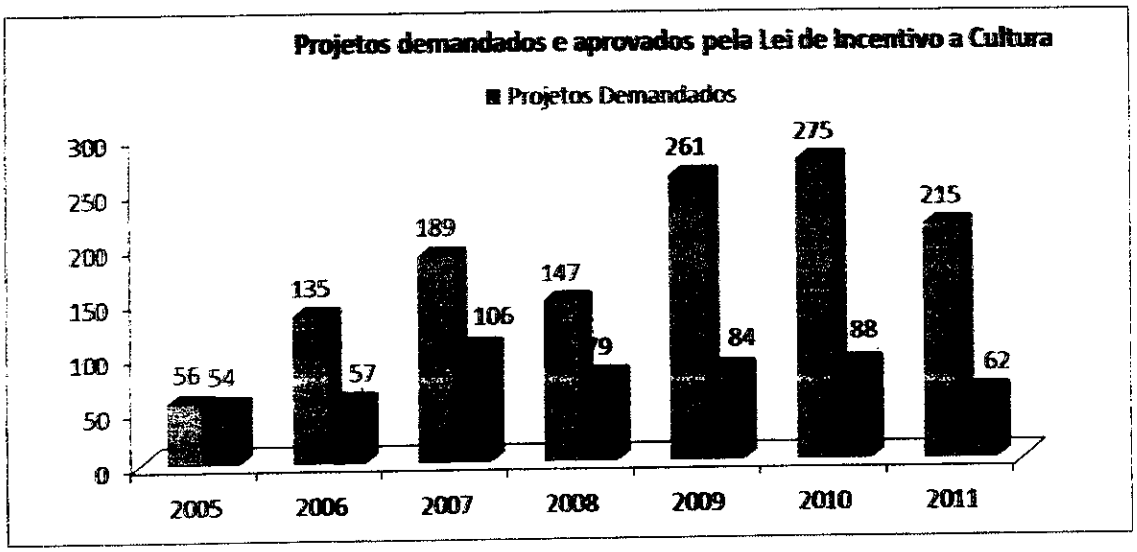
R$ 1.906.311,59 (um milhão novecentos seis mil, trezentos e onze reais e cinquenta e nove centavos). A área de Patrimônio Cultural, por sua vez, recebeu um montante R$ 856.178,55 (oitocentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) e aplicou todo o recurso destinado. Como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 2- Recurso da Lei de Incentivo.

LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA		**ÁREAS DE INVESTIMENTO/ANO**		
ANO	**VALOR INVESTIDO**	**ARTE**	**ESPORTE**	**PATRIMÔNIO**
2005	452.000,00	143.330,92	184.279,10	58.675,60
2006	452.000,00	155.233,06	208.616,07	64.767,66
2007	566.000,00	148.684,59	273.576,00	78.670,35
2008	566.000,00	142.060,53	310.891,12	57.395,04
2009	780.000,00	321.313,00	327.468,85	129.893,00
2010	860.000,00	342.218,23	331.479,85	196.242,40
2011	810.000,00	269.457,49	270.000,60	270.534,50
TOTAL	**4.486.000,00**	**1.522.297,82**	**1.906.311,59**	**856.178,55**
TOTAL DESTINADO		**4.486.000,00**		
TOTAL APLICADO		**4.284.787,96**		

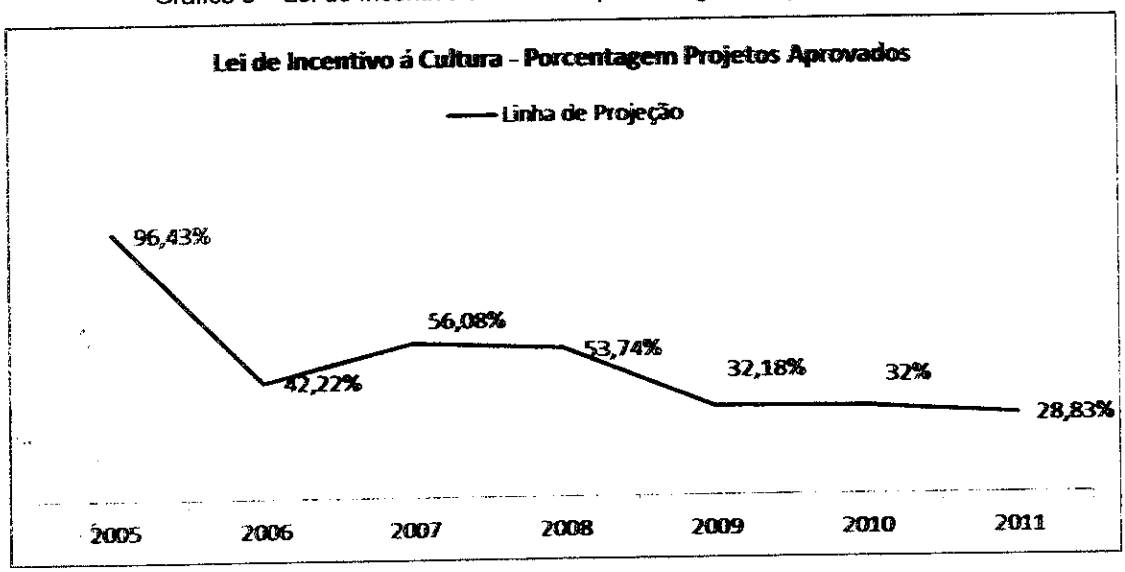
Ao longo de sete anos de repasse, 2005-2011, comparando os valores demandados e apoiados, verifica-se que nos últimos dois anos, o recurso demandado chega a ser três vezes e meio maior que o valor já apoiado, como fica evidente no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Projetos demandados e aprovados pela Lei de Incentivo à Cultura



Em termos percentuais, estes recursos decresceram vertiginosamente, tendo como referência a demanda e o atendimento, partindo de 96,43% do total da demanda em 2005, até atingirem 28,83% em 2011.

Gráfico 3 – Lei de Incentivo à Cultura – porcentagem de projetos aprovados



Fundo Municipal de Cultura – FMC

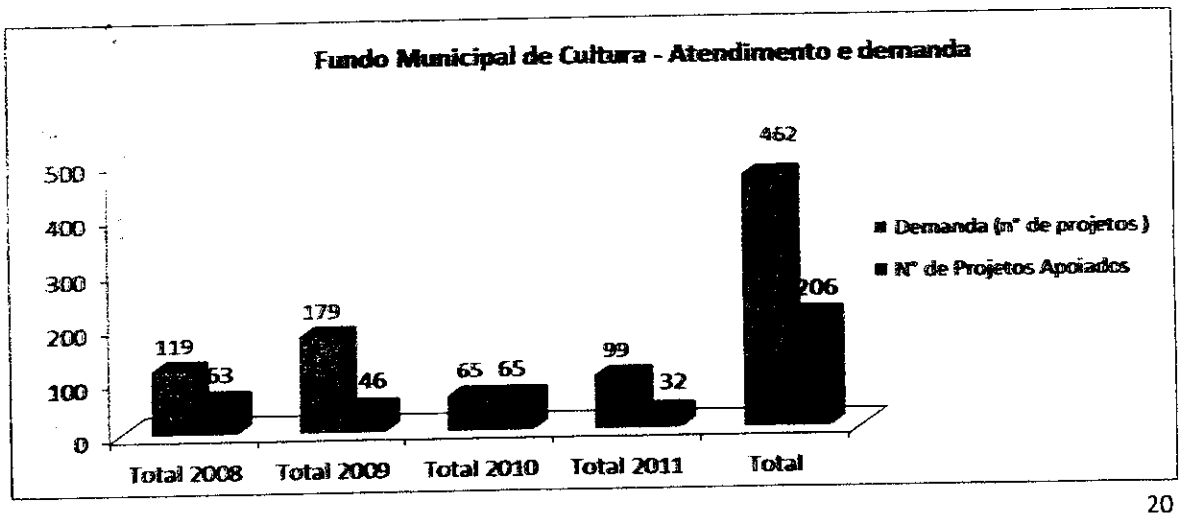
Instituído pela Lei do Sistema Municipal de Cultura nº. 1676, de dezembro de 2007, o Fundo Municipal de Cultura configura-se enquanto "Instrumento de financiamento das políticas públicas municipais de cultura nas áreas de Arte, Esporte e Patrimônio Cultural" (Art. 32), que funciona sob as formas de apoio a fundo perdido. O FMC se juntou à já existente política de financiamento à cultura do município de Rio Branco (*Lei de Incentivo*), criando um segundo mecanismo, com novas modalidades de apoio. Sua função é democratizar, facilitar o acesso e dar transparência aos recursos municipais disponíveis para a cultura.

No ano de 2008, o seu funcionamento foi iniciado com R$300.000,00 (trezentos mil reais), recurso que até 2007 apenas podia ser acessado por meio do chamado "balcão", forma nada democrática que colocava a decisão sobre o destino do recurso apenas nas mãos da presidência da FGB. Em seu quarto ano de implementação, em que pese a ampliação da demanda, os recursos disponíveis para o Fundo Municipal de Cultura continuam no mesmo patamar.

Desde sua criação, 2008/2011, o Fundo Municipal de Cultura já disponibilizou à sociedade um montante financeiro de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Quanto ao alcance ao longo dos quatro anos de implementação foram apresentados a financiamento 462 projetos, sendo 206 aprovados. Como demonstra a seguir:

Gráfico 4 - projetos demandados e aprovados pelo Fundo Municipal de Cultura



No somatório dos valores demandados e apoiados pelo FMC, entre 2008 e 2011, verifica-se que a demanda é três vezes maior que o valor já apoiado. Uma vez que foi demandado o montante de R$ 3.169.755,23 (três milhões, cento e sessenta e nove mil, setecentos e cinqüenta e cinco reais e vinte e três centavos), e o recurso aplicado de forma direta à sociedade civil foi de R$ 1.119.990,52 (um milhão, cento e dezenove mil, novecentos e noventa reais e cinqüenta e dois centavos).

Os recursos, correspondentes à demanda de projetos atendidos, partiram de 52,94% em 2008, despencaram para 25,70% em 2009, voltando a 49,23% em 2010 (índice 3,71% inferior a 2008), caindo uma vez mais, em 2011, para 38,38%. A média entre a relação de demanda e oferta de projetos nestes três anos de funcionamento do Fundo Municipal de Cultura foi de 41,32% de projetos contemplados, quase 60% inferior ao total de projetos demandados ao longo destes mesmos anos.

Gráfico 5 – Fundo Municipal de Cultura – porcentagem de projetos aprovados

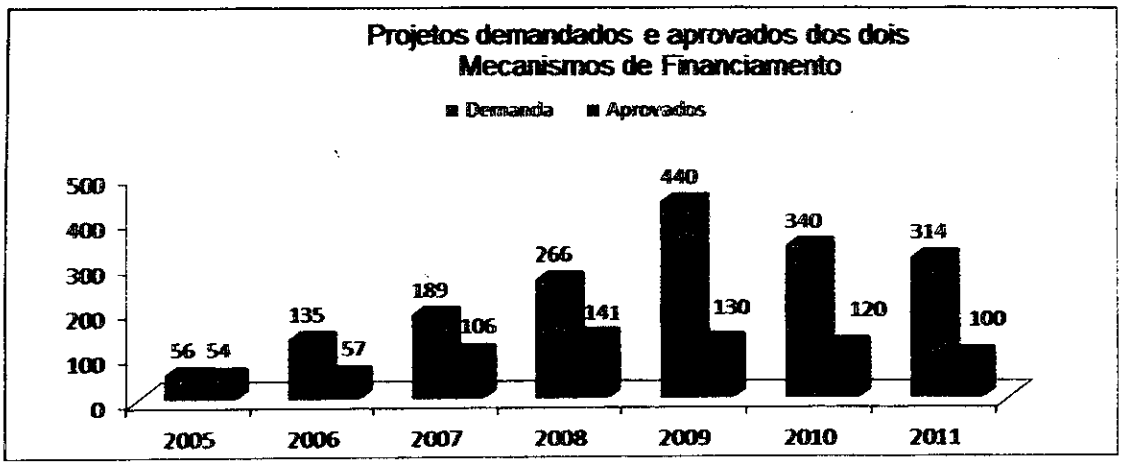


Quando se analisa o alcance geral dos mecanismos de financiamento percebe-se que, ao longo do período 2005-2011, houve um substancial crescimento na procura de financiamento pelos fazedores culturais. Em contraponto a isso, o índice de aprovação de projetos diminuiu. O índice de aprovação de projetos é consequência do aumento no repasse da Lei de Incentivo, e da alteração dos

valores estabelecidos pelo CMPC, que regulamenta teto máximo para apresentação de projetos.

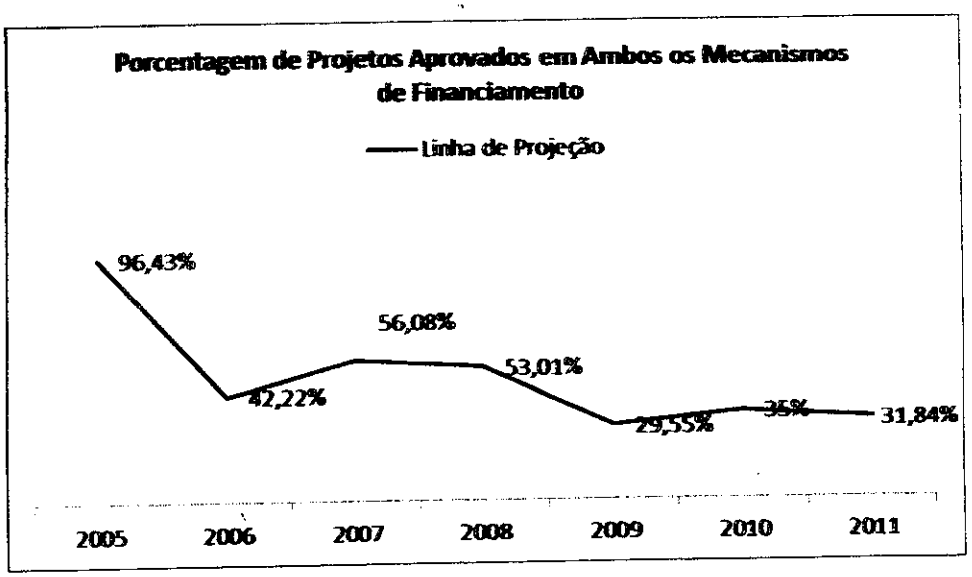
O gráfico abaixo exibe o balanço de projetos demandados e aprovados nos mecanismos de financiamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC, ao longo do período 2005-2011.

Gráfico 6 - projetos demandados e aprovados nos dois mecanismos de financiamento



Em termos percentuais, em 2005 o índice de projetos contemplados pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura correspondeu a 96,43% da demanda, já em 2006 este índice caiu para 42,22%, passando para 56,08% em 2007. No primeiro ano de implementação do Fundo Municipal de Cultura, 2008, este índice representou 53,01%. Mesmo com os dois mecanismos em funcionamento, em 2009 houve outra queda, chegando a 29,55%. Em 2010, subiu para 35% e, em 2011, caiu para 31,84%.

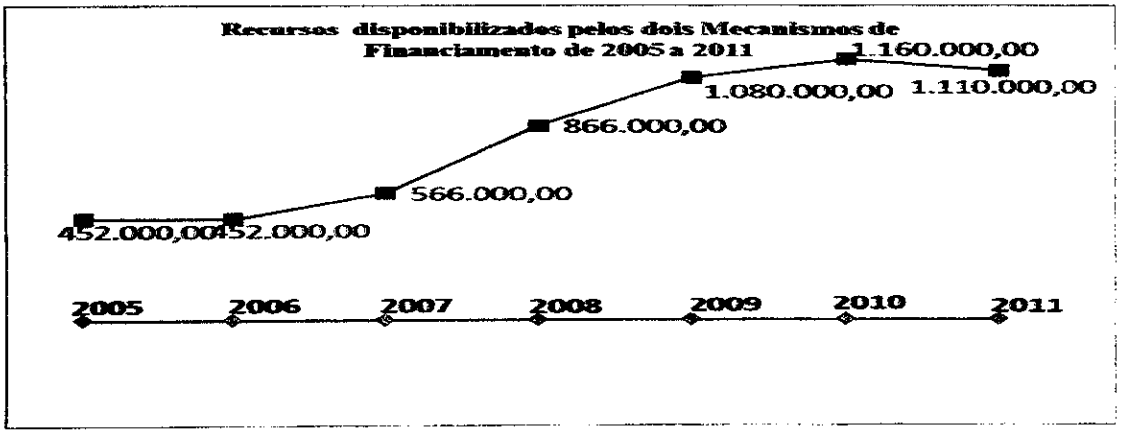
Gráfico 7 – Porcentagem de projetos aprovados nos dois mecanismos de financiamento



Apesar da insuficiência de recursos destinados ao financiamento de projetos apresentados pela sociedade, considerando os dois mecanismos de financiamento, no período de 2005 a 2011, houve um crescimento dos recursos disponibilizados. A Lei de Incentivo à Cultura partiu de R$ 452.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil reais) em 2005, para R$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais) em 2011, **apresentado um crescimento de 79,2%. A** partir de 2008, somou-se anualmente, ao recurso disponibilizado pela Lei de Incentivo, R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), referentes ao recurso do Fundo Municipal de Cultura.

O investimento realizado pelos dois mecanismos de financiamento saiu de R$ 452.000,00 (quatrocentos e cinqüenta e dois mil reais) em 2005, para R$ 1.110.000,00 (um milhão, cento e dez mil reais) em 2011, o que representa um crescimento de 145%. Ver gráfico.

Gráfico 8 - evolução do recurso nos dois mecanismos de financiamento 2005 a 2011



O recurso disponibilizado por meio dos mecanismos de financiamento na área cultural e esportiva, correspondente ao período em análise, representa o valor de R$ 5.686.000,00 (cinco milhões seiscentos e oitenta e seis mil reais) de investimento.

Neste sentido, torna-se cabal para a garantia da execução das políticas públicas de cultura do município de Rio branco, assim como para o funcionamento efetivo da Fundação de Cultura Garibaldi Brasil, o estabelecimento de um percentual não inferior a 3% do orçamento municipal.

Cabe destacar que o Artigo 2º da Lei Nº. 1.324/1999 determina que: "O Poder Executivo Municipal destinará 3% (três por cento) do valor previsto no Orçamento Geral do Município na arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, e do Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS para atender os incentivos fiscais desta Lei, mais 5% (cinco por cento) para aplicação em projetos especiais concernente à utilização, ampliação e construção de espaços físicos". Lei esta construída a partir de lutas e conquistas do meio cultural, e que, atualmente, encontra-se em processo de revisão.

Ponderando com a criação do Fundo Municipal de Cultura – FMC, implementado desde 2008, com o recurso de R$300.000,00 (trezentos mil reais), ainda partilhado entre as quatro (4) áreas, uma vez que o FMEL, criado e sancionado em 2010, ainda não foi implementado, facilmente constatamos a necessidade de ampliação desses recursos, frente a uma demanda cada vez maior. Importante acrescentar que essa demanda atualmente apresenta-se de forma organizada e legitimada nos espaços de deliberações - Fóruns e Conferências - do

Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) e do Conselho Municipal de Esporte e Lazer (COMEL).

Outro ponto fundamental é a necessidade de captação de recursos em outras fontes, além do orçamento municipal, o que poderia ser garantido com formação de quadro técnico capacitado, via concurso público.

Além disso, é preciso garantir, implementar e agilizar o repasse "Fundo a Fundo", tanto da esfera federal quanto da estadual, em cumprimento à Lei dos Sistemas Municipal, Estadual e Nacional de Cultura, que prevê o repasse Fundo a Fundo.

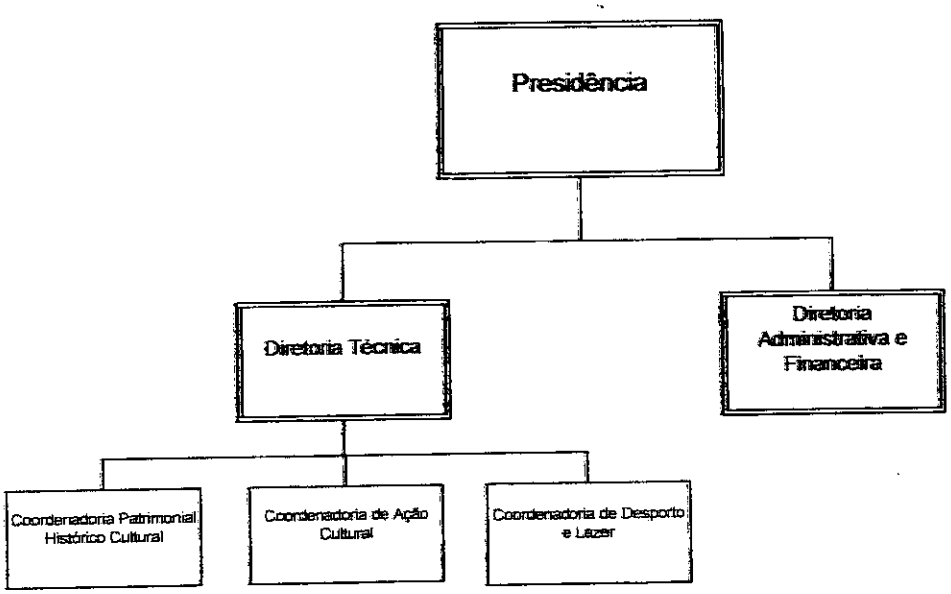
Na realidade, o orçamento da Cultura no âmbito do município de Rio Branco, não se destina exclusivamente à área cultural, visto que o montante de recursos tem sido dividido entre as áreas Arte e Patrimônio Cultural, abraçadas pela política cultural, mas também às áreas Esporte e Lazer e Turismo. A esse respeito, a Meta - 33 do Plano Nacional de Cultura reforça a necessidade de criação de órgão gestor exclusivo da Cultura, sem abranger outras áreas, como Esporte e Lazer, Turismo, Meio Ambiente e Educação, tal como ocorre em muitos municípios brasileiros.

3.2.4 A Situação dos Recursos Humanos

A **Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil – FGB** foi criada pela *Lei Nº 855, de 20 de abril de 1990*, com a denominação de Fundação Municipal de Cultura, destinando-se a "promover o desenvolvimento de recursos humanos, cultural e desportivo do Município de Rio Branco". O Estatuto desta Fundação, alterado pelo Decreto Nº 4.410, de 1º de julho de 1993, ainda em vigor, estabelece como sua finalidade "desenvolver a cultura, o desporto e o lazer, formar recursos humanos e proteger o patrimônio histórico e cultural do Município de Rio Branco".

A *Lei Nº 1.218, de 29 de dezembro de 1995*, estabeleceu a estrutura administrativa da Fundação com duas Diretorias: Técnica e Administrativa e Financeira, ligadas ao gabinete do Diretor-Presidente. As áreas temáticas de Patrimônio Histórico e Cultural, Ação Cultural e Desporto e Lazer eram geridas por coordenadorias ligadas à Diretoria Técnica.

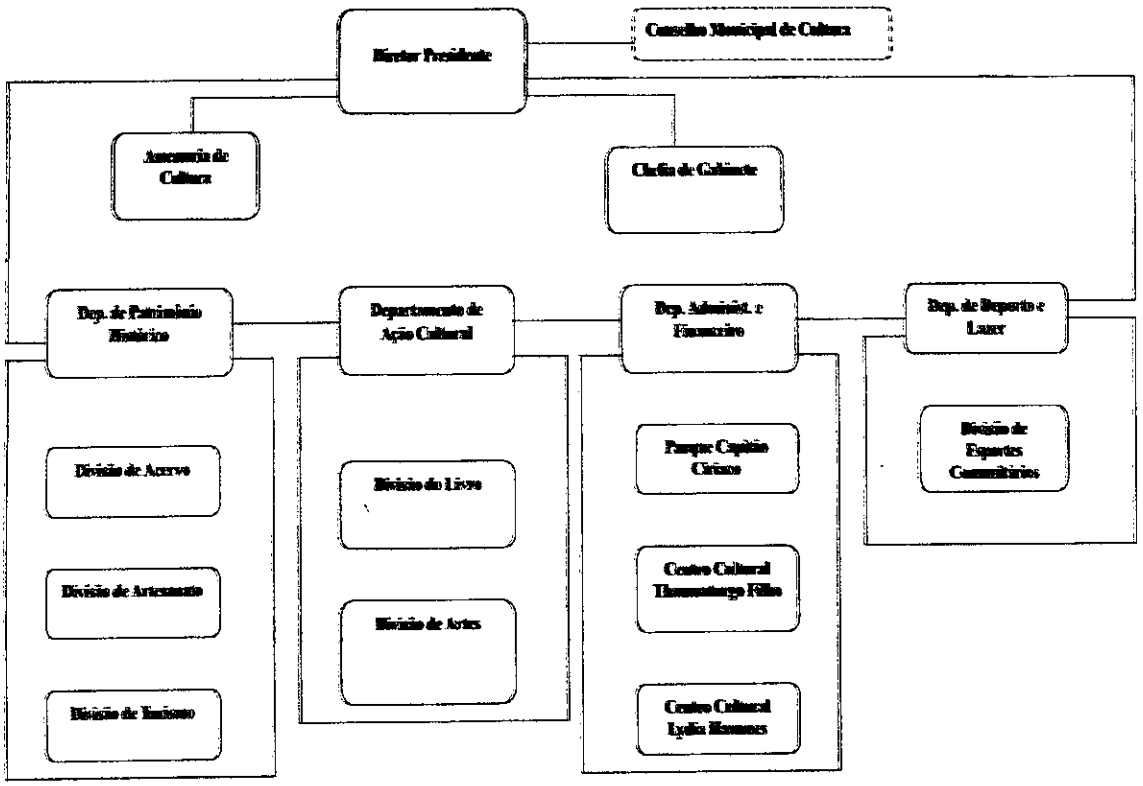
4



A *Lei Orgânica do Município de Rio Branco,* de 3 de abril de 1990, em seus Artigos 148 a 159, estabelece a responsabilidade do município em *garantir o exercício dos direitos culturais; gerir e proteger o patrimônio cultural; amparar e fomentar o desporto, a recreação e o lazer como direito de todos; e na definição de uma política de turismo.*

No ano de 2005, no início do primeiro mandato do Professor Angelim, ocorreu uma reforma administrativa em toda Prefeitura Municipal de Rio Branco. No âmbito da FGB buscou-se dar resposta à demanda da sociedade civil por um órgão de referência para suas respectivas políticas. Às áreas de ação cultural, patrimônio histórico/cultural, esporte e lazer, somou-se a área de turismo, que ganhou uma divisão, ligada ao Departamento de Patrimônio Histórico da FGB.

A estrutura administrativa atual da FGB é a mesma, desde que foi alterada pela *Lei Nº 1.551, de 08 de novembro de 2005 ("Dispõe sobre a organização da Administração Pública Municipal, estabelece suas estruturas, princípios e diretrizes e dá outras providências")*. Não foi alterada, portanto, pela *Lei Nº 1.733/2008*, que revisou a reforma administrativa de 2005, como fica evidenciado no organograma abaixo:

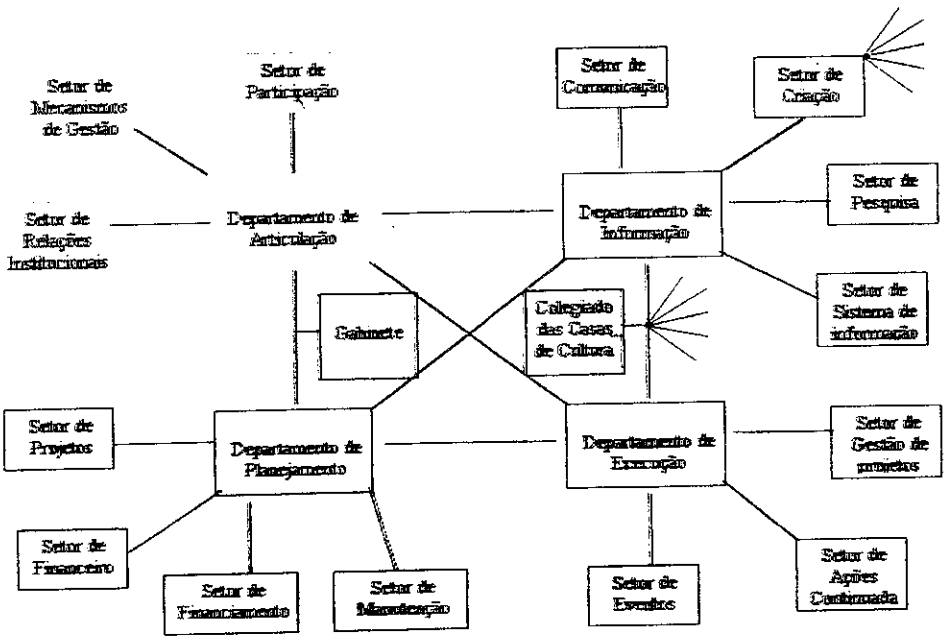


Esta estrutura, que passou por pequenas alterações ao longo de uma década, respondeu às necessidades do órgão enquanto sua principal política se concentrava na aplicação da *Lei Municipal de Incentivo à Cultura, ao Desporto, Preservação e Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural (Lei 1.324/1999).* Ocorre que, a partir de 2005, deu-se início a um amplo processo de diálogo com a sociedade civil, base para construção do Sistema Municipal de Cultura – SMC, Lei 1.676/2007, que estabeleceu novas atribuições para o órgão gestor da cultura.

A FGB é um órgão gestor municipal responsável por áreas que, nas esferas estadual e federal, são geridas por mais de uma secretaria ou Ministério. Esta é a complexidade que a Fundação tem por atribuição, em um contexto de defasagem na estrutura administrativa e no quadro de pessoal.

Buscando dar vazão a esta ampliação nas demandas de trabalho, a FGB reorganizou sua divisão interna de departamentos em 2009 sem, contudo, formalizar em lei esta mudança. Nesse sentido, foi realizada uma experiência piloto com vistas a fundamentar a proposta de reestruturação administrativa do órgão. Assim, as Diretorias/Departamentos passaram a ser organizadas não mais por áreas temáticas

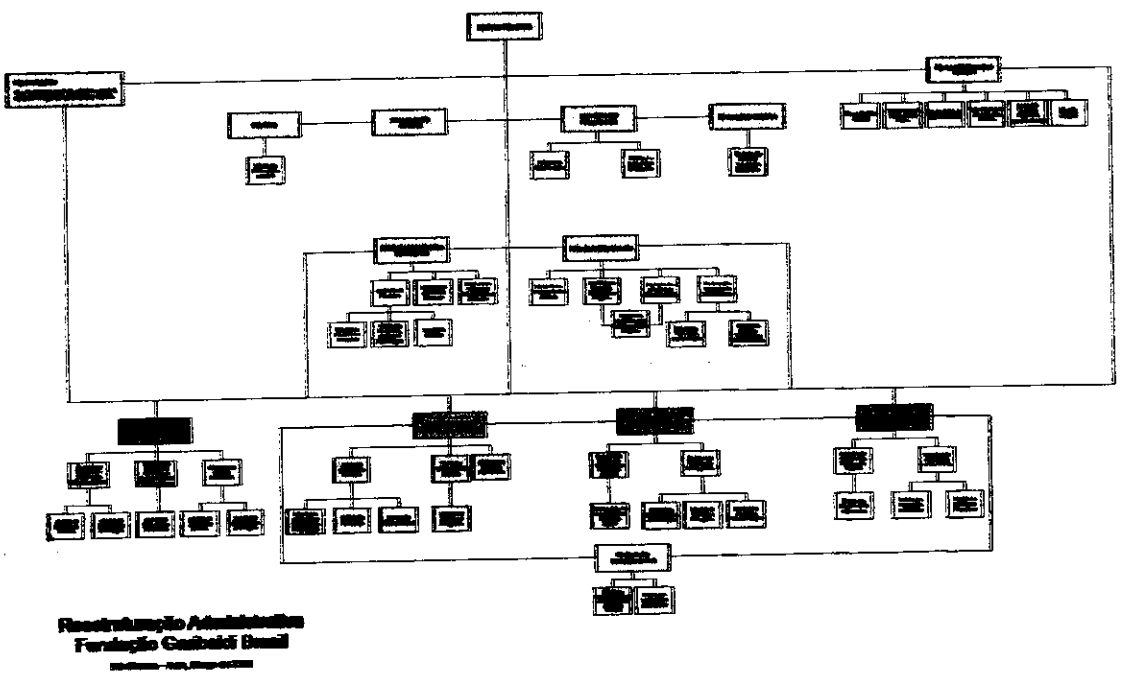
(Esporte e Lazer, Arte e Patrimônio Cultural), mas por processos (ver organograma abaixo). No entanto, dois problemas emergiram. Um deles foi relacionado aos técnicos das áreas temáticas, que enfrentaram o desafio de desenvolver funções diferentes às quais estavam habituados. O segundo disse respeito à relação com a sociedade civil. Com a falta de referência nas áreas temáticas, os grupos e agentes culturais passaram a não se reconhecer nos novos setores da Fundação. O organograma a seguir evidencia este esforço de modificação na estrutura da FGB:



A revisão na estrutura administrativa do município de Rio Branco estabelecida pela Lei n° 1.733/2008, não contemplou a estrutura da Fundação Garibaldi Brasil - FGB. Com a execução de programas, projetos e ações, novos espaços e equipamentos culturais foram criados e somaram-se às responsabilidades de gestão da Fundação Garibaldi Brasil – FGB. Além disso, o contato com a população, através dos mecanismos de participação social, entre eles os Conselhos de Políticas Culturais e de Esporte e Lazer, possibilitou a ampliação da percepção das demandas por parte do órgão gestor, bem como a manifestação por parte da sociedade de demandas outrora reprimidas. Associado a este fator, cresce a consciência referente à importância da execução de políticas culturais como recurso

para o enfrentamento dos fatores geradores de mazelas e desajustes sociais de diversas ordens e como gerador de uma condição cidadã mais ampla.

Em seus 21 anos de existência, a Fundação Garibaldi Brasil – FGB cresceu, mas não o suficiente para dar conta de todos os desdobramentos que o processo de criação e implantação dos Sistemas de Cultura - SMC e Esporte e Lazer - SMEL apresentaram. Dessa forma, após todo esse processo de vivências e experiências, resultante da construção de políticas públicas para as áreas sob a responsabilidade da FGB – Arte, Patrimônio Cultural, Esporte e Lazer e Turismo - e considerando as limitações orçamentárias que impossibilitam a Prefeitura de Rio Branco de estruturar um órgão gestor específico para cada uma dessas áreas, foi organizada uma proposta de reestruturação do órgão gestor, conforme tabela a seguir:



Outro grande desafio refere-se à implantação efetiva do **Sistema de Informações e Indicadores Culturais**, elemento central para a transparência e o planejamento das ações públicas.

Decorridos quase sete anos, é possível afirmar que Rio Branco avançou e muito na construção de seus marcos regulatórios. Especial ênfase deve ser dada ao

funcionamento do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC em seu modelo de participação direta. Cabe, ao presente, o desafio de consolidar no Plano Municipal de Cultura, as estratégias, ações e metas que ampliem o pleno exercício dos direitos culturais.

4. Equipamentos Culturais do Município de Rio Branco

O pleno exercício dos direitos culturais está assegurado no Art. 148 da Lei Orgânica do Município de Rio Branco, que garante o acesso dos cidadãos rio-branquenses às fontes de cultura e à inclusão social. Em atendimento a essa determinação, a Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil tem sob a sua responsabilidade seis (6) espaços culturais:

O ***Parque Urbano Capitão Ciríaco***, transformado em equipamento cultural desde 1994, além de abrigar a sede do órgão gestor, é um espaço turístico, paisagístico e ambiental, com casarões que retratam os antigos seringais da época do ciclo da borracha, além de traduzir simbolicamente as expressões antropológica e religiosa dos seringueiros que aqui chegaram. A partir de 2005, foi iniciado o processo de "Musealização do Seringal". A proposta, inovadora na região, era a de criar um museu histórico e ambiental a céu aberto, de modo a explorar não só suas histórias e memórias, como também sua paisagem ambiental, uma vez que o Parque possui uma extensão de 4,5 hectares de área verde, com cerca de 400 seringueiras, além de inúmeras espécies raras de árvores frutíferas e ornamentais. Abriga, ainda, espaços culturais como o Departamento de Patrimônio Histórico e Turístico do Município de Rio Branco, composto de Hemeroteca, Acervo Fotográfico e Acervo Documental, e espaços para a prática de atividades esportivas e de lazer: pista de atletismo, campo de futebol, quadra de areia para voleibol, trilha para caminhadas – para a prática de atividades culturais e educativas. Importante destacar que todos os dias o Seu Aldenor, seringueiro, contador de histórias e mestre de marujada, produz "pélas" de borracha, defumadas no sistema tradicional, na "**Casa de Defumação**", e conversa com visitantes sobre modos de vida das populações tradicionais locais, presentes em suas vivências.

4

O ***Centro Cultural Lydia Hammes***, cujo nome é uma homenagem à esposa do governador José Guiomard Santos, foi construído para abrigar a Antiga Estação de Passageiros Salgado Filho, o primeiro aeroporto de Rio Branco, entregue aos cuidados do município. Após a inauguração do novo Aeroporto, a antiga Estação de Passageiros foi sendo gradativamente abandonada, de modo que passou a ser conhecida como Aeroporto Velho. O prédio foi doado em junho de 1978 pelo governador Geraldo Mesquita para o INPA (Instituto Nacional Pesquisa da Amazônia), que instalou um núcleo de pesquisa voltado para questões referentes à agricultura e meio ambiente da Amazônia. A partir de então, em volta do prédio foram plantadas mudas de frutas da região. O INPA ficou no espaço até meados da década de 80, quando o prédio foi entregue ao município de Rio Branco, ficando sem uso específico até 1996, quando a Prefeitura Municipal de Rio Branco o reformou e revitalizou, transformando-o em Centro Cultural. Desde que foi revitalizado e transformado em espaço público cultural em 1996, o Centro Cultural Lydia Hammes oferece atividades diversas, voltadas para comunidades dos bairros do entorno. O forró, realizado todos os sábados à tarde, sob o comando do Grupo de Terceira Idade Redescobrindo a Vida, é uma dessas atividades, que revive os antigos forrós dos seringais acreanos. Entre as ações componentes da programação atual, destacam-se: capoeira, kung-fu, taekwondo, teclado e violão, dança de salão, ballet clássico, forró, teatro, artesanato. O Centro também abriga ações de projetos aprovados nos editais da Lei Municipal de Incentivo e do Fundo Municipal de Cultura. Todas essas ações possibilitam o encontro entre varias gerações, garantindo assim que o Centro Cultural seja um espaço profundamente ligado às comunidades do entorno, que o dinamizam com sua participação e presença.

O ***Centro Cultural Thaumaturgo Filho***, inaugurado em 1998, foi o primeiro espaço erguido como centro cultural no âmbito municipal, com o objetivo de difundir a produção artística local por meio de atividades como cinema, teatro, dança, entre outras. O Centro conta com espaço de leitura e pesquisa aberto diariamente, um teatro com capacidade para noventa e um (91) lugares, adequado com equipamentos que atendem às normas de acessibilidade, além de um amplo salão de atividades no qual são desenvolvidas aulas de ginástica, ioga, capoeira, dança, entre outras constantes no Programa Esporte e Lazer na Cidade – PELC,

enfrentando o desafio de fazer chegar também práticas esportivas e de lazer às comunidades dos bairros do entorno.

A **Casa de Cultura *Dona Neném Sombra*** foi construída para atender a demanda das comunidades dos bairros do entorno, conforme proposta oriunda do Programa de Gestão Participativa – PGP, articulada por lideranças locais e conselheiro/as da Regional I, com o objetivo de possibilitar às crianças, jovens, adultos e idosos o acesso às diversas expressões da Arte e do Patrimônio Cultural desenvolvidas por fazedores das culturas populares e das expressões artísticas locais, bem como funcionar como um espaço de encontros e reuniões. O espaço tem uma importância especial pelo valor simbólico: uma casinha de madeira com janelas para a rua, varanda na lateral com acesso para o quintal; onde foi erguida uma área coberta para reuniões e atividades diversas. Os quartos foram transformados em espaço de leitura e de exibição de vídeos. Na entrada, uma sala de visitas com cadeira de balanço, rádio de pilha, oratório, enfim, um ambiente que reconstitui a sala tal como era na época dos primeiros habitantes e que remonta às primeiras habitações erguidas no início do século passado, ricamente adornado pelas histórias e memórias de Dona Neném Sombra, sua primeira proprietária, matriarca de uma família tradicionalmente ligada à vida cultural de Rio Branco. Nas manhãs e tardes dos dias atuais, a Casa recebe crianças de 5 a 13 anos, quase todo/as filho/as de trabalhadore/as, jovens de 14 a 20 anos, moradores dos bairros do entorno, além de adultos e idosos que participam das atividades da Casa, tais como eletrodance, capoeira, ginástica para terceira idade, taekwondo, aulas de redação preparatórias para o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM, recreação, rodas de leitura e contação de histórias.

O ***Centro de Tradições Populares***, conhecido como *Quadrilhódromo*, foi construído com recurso proveniente de Emenda Parlamentar articulado pela Liga de Quadrilhas Juninas do Acre – LIQUAJAC, com a finalidade de ser um espaço de vivência, difusão e promoção das diversas manifestações das culturas populares existentes em Rio Branco. Além de contar com ações relacionadas aos tradicionais festejos juninos, o espaço abriga também shows musicais e atividades como capoeira, kung fu, taekwondo, balé, jazz, percussão, entre outras. A gestão do

Centro é compartilhada: Fundação Garibaldi Brasil – FGB e Liga de Quadrilhas Juninas do Acre - LIQUAJAC.

A Fundação Garibaldi Brasil optou por cuidar dos espaços culturais sob a sua guarda em diálogo com as comunidades e grupos organizados, buscando a consolidação e fortalecimento dos espaços culturais existentes. Do mesmo modo tem atuado no que diz respeito à criação de novos espaços em bairros (é o caso da Casa Dona Neném Sombra).

Nesse contexto, um dos principais desafios da política cultural é o aumento progressivo do orçamento destinado aos processos de criação, produção, circulação e difusão dos fazeres culturais dos rio-branquenses. Outro grande desafio refere-se à ampliação dos equipamentos culturais da cidade, com a criação de espaços de vivência em bairros, bem como em áreas rurais que ainda não contam com nenhum tipo de equipamento cultural.

5. Os Diversos Setores da Cultura de Rio Branco – Arte e Patrimônio Cultural

5.1 – Segmentos de Arte

5.1.1 Artes Cênicas

O início do século XX marca a chegada das chamadas artes cênicas em terras acreanas, por meio da presença de grupos mambembes, principalmente de teatro, que circulavam com suas apresentações pelos seringais. As décadas de 60 e 70 testemunharam o surgimento e a atuação de vários grupos, que produziram e circularam com seus espetáculos, na capital e no interior do estado. A década de 70 está relacionada também a um movimento nacional pela organização do teatro, do qual resultou a criação da Confederação Nacional de Teatro Amador (CONFENATA), organização que agregou um grande número de grupos teatrais amadores, atuantes na época.

Em 1977, alguns grupos acreanos participaram da I Conferência Nacional de Teatro, organizada pela CONFENATA. Ao retornar, decidiram criar a Federação de

Teatro Amador do Acre – FETAC (1978), inicialmente contando com seis grupos associados, todos com atuação bem focada nas questões sociais e políticas de uma época marcada pela Ditadura Militar, durante a qual o teatro amador acreano expunha a grande insatisfação existente com a situação vigente no Brasil.

Após o término da Ditadura, a FETAC passou gradativamente a assumir uma postura mais voltada à qualificação, formação e circulação da produção local. Isso não significa que tenha perdido sua função política, mas em tempos de democracia a Federação pôde construir e estabelecer um diálogo com o poder público e focar a sua atuação na promoção e no desenvolvimento das atividades de teatro no Acre. Além de encontros, fóruns, seminários e oficinas de formação artística, a FETAC realizou cinco edições do Festival de Teatro do Acre (FESTAC), de cunho nacional, quatro edições do FETAC em Cena, de cunho estadual, e 10 Mostras de Teatro, de cunho municipal. As demais manifestações das Artes Cênicas (circo e dança), apesar de terem atuação considerável, não se organizaram em entidades representativas.

Dois grandes fatores ocorridos em 2005 podem ser destacados como fundamentais para a ampliação da participação das Artes Cênicas no processo de construção de políticas públicas para a cultura: o primeiro fator refere-se à ativação do Conselho Estadual de Cultura – CONCULTURA, no qual as Artes Cênicas passaram a possuir assento específico. O segundo fator, no âmbito do município, está marcado pela realização do I Fórum Municipal de Cultura, primeiro passo para a construção de um Sistema de Cultura para Rio Branco – SMC. Durante o Fórum, foram realizadas duas reuniões: uma com fazedores da Dança, e a outra com representantes do Teatro, Circo e Ópera, de onde surgiram dois diagnósticos que apontaram para demandas comuns: necessidade de espaços adequados para ensaios e apresentações; formação dos profissionais e de plateia; incentivo do poder público para a realização de eventos (festivais, concursos, encontros etc.); criação de espaços de diálogo para promover integração entre as Artes Cênicas às demais linguagens artísticas; além da criação, revisão e ampliação dos mecanismos de financiamento de projetos culturais.

Durante o processo de elaboração da pré-proposta de SMC, todas as linguagens das Artes Cênicas estavam representadas nas reuniões, tanto nos

Fóruns Preparatórios, como na I Conferência Municipal de Cultura, contexto no qual as Artes Cênicas estavam representadas por grupos e artistas independentes, tanto do teatro, como da dança e do circo.

Havia um dissenso oriundo dos Fóruns Preparatórios para a Conferência, referente à permanência ou não da dança junto ao teatro e ao circo, em uma mesma Câmara Temática. Apesar da diversidade de opiniões, a Plenária da I Conferência Municipal de Cultura decidiu pela manutenção de apenas uma Câmara para as Artes Cênicas, principalmente por entender que a dança, mesmo sendo representada por vários grupos com atuação consistente no estado, não estava organizada para dar conta do funcionamento de uma Câmara Temática própria.

Em 2008, a Câmara Temática de Artes Cênicas iniciou seu funcionamento, reunindo representantes do teatro, circo e dança. Em um primeiro momento, esta Câmara Temática destacou como prioridade a formação continuada e a realização de um Seminário Municipal de Artes Cênicas, com o objetivo de mobilizar novos participantes.

Em agosto de 2009, a CT de Artes Cênicas realizou, em parceria com o CONCULTURA e a Federação de Teatro Amador do Acre – FETAC, contando com o suporte da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil – FGB e da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM, o I Fórum Setorial de Artes Cênicas, com a finalidade de discutir e apontar caminhos para a construção de políticas públicas para as Artes Cênicas no Estado do Acre. Foram trabalhados três eixos: formação, processos de organização social e políticas públicas. Merece destaque a discussão em torno do processo de formação e a criação, neste momento, do Movimento da Dança do Acre – MODA.

Ainda em 2009, os conselheiros participaram do processo de avaliação do SMC, em funcionamento desde 2008, e da II Conferência Municipal de Cultura. Para tal, atualizaram seu diagnóstico e apresentaram propostas para qualificação dos mecanismos de financiamento.

Em 2010, as discussões acerca da separação da Dança voltaram a aparecer no âmbito da Câmara Temática, inclusive com a participação do Movimento de Dança do Acre – MODA e de outros conselheiros ligados a essa linguagem, que passaram a se fazer mais presentes nas reuniões. Entretanto, mais uma vez a

maioria dos conselheiros optou pela manutenção da Câmara Temática de Artes Cênicas, como forma de fortalecer e consolidar a atuação das linguagens que a compõem. A Câmara Temática apontou ainda para a necessidade de realização do II Fórum Setorial de Artes Cênicas, partindo da prerrogativa da acumulação de propostas oriundas de diversos encontros já realizados, mas até o momento não concretizou o encontro.

Em 2011, os conselheiros discutiram propostas para os editais da Lei de Incentivo e do Fundo Municipal de Cultura, e participaram da construção do Plano Municipal de Cultura, pauta principal da III Conferência de Cultura de Rio Branco.

5.1.2 Arte Educação

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9.394/96 tornou o ensino de Arte obrigatório nas escolas. Entretanto, ainda hoje há uma distância considerável entre o que preconiza a LDB e a realidade do ensino de "Arte" na maioria dos estados e municípios brasileiros. Em Rio Branco, não é diferente.

Com a legislação, novos desafios são colocados para aqueles que trabalham a "Arte" no contexto escolar: quais as possibilidades de se concretizar o ensino de "Arte" nas escolas como uma área de conhecimento, e não apenas como entretenimento? Até 2005, os arte educadores de Rio Branco não estavam organizados, nem se enxergavam como um segmento da Cultura. A realidade, portanto, era de desconhecimento e dispersão, tanto no que se refere aos profissionais atuantes, quanto às ações de arte educação existentes no município. Aconteceram alguns encontros e seminários, cuja pauta principal deu-se em torno de reivindicações em prol da real aplicação da LDB. Não houve resultado prático.

No momento de realização do I Fórum Municipal de Cultura, a FGB convidou arte educadores para participar das discussões, integrando um grupo composto pelo segmento Leitura, Literatura e Bibliotecas. Consequentemente, no momento de realizar o diagnóstico e de traçar metas, o foco acabou se voltando para a leitura, até porque a grande maioria dos participantes estava mais ligada a esse campo de atuação. Mesmo diante disso, o documento final da reunião já apontava para o não

cumprimento da LDB, mais especificamente o Artigo Nº 26, que estabelece o ensino de Arte como componente curricular obrigatório.

No momento de realização dos Fóruns Preparatórios para a I Conferência Municipal de Cultura de Rio Branco, em 2007, nas reuniões que pautaram o "Cadastro Cultural de Rio Branco", foi solicitada a inclusão da Arte Educação como um segmento da área de Arte. Houve algumas manifestações contrárias, sob a alegação de se tratar de um segmento profissional mais ligado à Educação, não à Cultura. Contrapondo-se a essa ideia, diversos participantes defenderam a necessidade de a Arte Educação compor o Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco – SMC como um segmento específico, a exigir uma atenção maior e a construção e implementação de políticas públicas também no âmbito da Cultura. A inclusão acabou por ser aprovada por unanimidade pela Plenária da I Conferência Municipal de Cultura.

A partir da deliberação dos Fóruns Preparatórios, e da posterior aprovação do SMC na I Conferência Municipal de Cultura de Rio Branco, ambos em 2007, a Arte Educação se desgarrou do segmento da Leitura, Literatura e Bibliotecas, e passou a constituir uma Câmara Temática específica do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC. Esta Câmara iniciou seus trabalhos em 2008, contando com uma média de oito participantes por reunião. Em seu primeiro ano de funcionamento, priorizou a organização do segmento, buscando mapear e identificar os arte educadores de Rio Branco e as ações que desenvolviam. Foi realizado um trabalho de mobilização e sensibilização para a participação nas reuniões da Câmara Temática e demais instâncias do Conselho. A Câmara também participou das discussões mais gerais do CMPC: apresentou propostas para o formato dos mecanismos municipais de financiamento, atualizou seu diagnóstico para compor o Plano Municipal de Cultura, avaliou o funcionamento do SMC e participou da II Conferência Municipal de Cultura.

Em 2009, por iniciativa de alguns conselheiros atuantes na Câmara, foi formada a Associação Acreana dos Arte Educadores, como mais um espaço para o fomento e para a discussão da Arte Educação no âmbito municipal.

Além disso, a Câmara apresentou ao Edital 2010 da Lei Municipal de Incentivo à Cultura um projeto próprio, com o objetivo de realizar o I Fórum de Arte Educação de Rio Branco.

Com a aprovação do projeto, o Fórum aconteceu em setembro de 2010, reunindo gestores públicos, professores e coordenadores pedagógicos das escolas da rede municipal e estadual de ensino. Especialistas de renome nacional e internacional, além de artistas das mais diversas áreas e segmentos fomentaram as discussões e estimularam a reflexão acerca da Arte Educação. Este Fórum gerou um documento final, cujas propostas foram incorporadas ao Plano Municipal de Cultura.

Um dos principais desafios do segmento é garantir o estrito cumprimento da LDB e de suas respectivas Leis complementares, Lei Nº 11.769/08 e Lei Nº 12.287/10, na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação à Distância e Educação Indígena, conforme proposta aprovada no I Fórum de Arte Educação. Para que essa proposta seja viabilizada, há necessidade de realização de concurso público para contratação de professores efetivos de Arte para as redes de ensino municipal e estadual, com editais específicos para cada linguagem artística (música, teatro, dança e artes visuais). Cabe destacar que o último concurso realizado pelo Governo do Estado do Acre, em 2010, tratou ainda os professores como polivalentes, não contemplando a proposta de prever a contratação de professores, por linguagem artística.

Os desafios também apontam para a necessidade de fortalecimento dos cursos superiores destinados à formação de professores de Música, Artes Cênicas e Artes Visuais existentes no município, bem como para a abertura de novos cursos, além da criação de estruturas físicas que viabilizem um ensino de qualidade nas escolas e nas universidades.

Em 2011, a Câmara Temática de Arte Educação não realizou reunião, por falta de quórum, entretanto, os conselheiros que participavam mais ativamente da Câmara continuaram a participar das discussões da política cultural, nas Câmaras correspondentes às linguagens artísticas com as quais atuam.

5.1.3 Artesanato

Entre os vários saberes e fazeres tradicionais característicos do povo acreano, como o corte da seringa, os rituais ayahuasqueiros e a medicina natural utilizando plantas da floresta, por exemplo, o artesanato é um dos destaques. Além de refletir a grande biodiversidade da região, através da utilização de matérias-primas locais (sementes, fibras, raízes, cocos, madeiras, látex, ouriços de castanha, entre outros) de maneira sustentável, configura-se também como importante vertente de nossa Cultura. Não há quem visite o estado sem levar consigo uma peça artesanal, que de alguma forma conte um pouco da história ou retrate os costumes da região.

Em Rio Branco, a atividade artesanal ocupa um espaço relevante na vida da comunidade, gerando ocupação e renda para muitos rio-branquenses. Por esse motivo, os artesãos têm buscado se organizar e atualmente são várias as cooperativas e associações que os congregam, como a Associação Acreana de Artesanato – ASAARTE, a Cooperativa de Artesanato Paiol, Cooperativa de Produtos e Serviços Econômicos e Solidários do Acre – COOESA, Buricuri Joias, Buriti da Amazônia, entre outras. Essas entidades têm recebido apoio por parte dos poderes públicos e privados, como SEBRAE/AC, Governo do Estado do Acre e Prefeitura Municipal de Rio Branco (os últimos, através de várias secretarias e coordenadorias, como a Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer, a Coordenadoria Municipal da Mulher, a Coordenadoria Municipal de Economia Solidária, a Fundação Estadual de Cultura e Comunicação Elias Mansour, entre outras), principalmente no que se refere à formação e à participação em eventos nacionais.

No I Fórum Municipal de Cultura, realizado em 2005, o Artesanato realizou uma reunião específica, que contou com a presença tanto de artesãos independentes, como de cooperativas e associações. Nesse momento, alguns representantes do Turismo (com atuação no Artesanato) participaram da reunião, uma vez que o Turismo não contou com reunião específica neste Fórum. No diagnóstico construído, apareceram demandas ligadas à formação continuada, à construção de políticas públicas específicas, à realização de ações continuadas e permanentes (como feiras), à necessidade de um espaço de referência para

exibição e venda de produtos, bem como à necessidade de organização do segmento.

Alguns artesãos participaram ativamente do processo de construção do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco – SMC, nos Fóruns Preparatórios e na I Conferência Municipal de Cultura. A Câmara Temática do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC iniciou seu funcionamento em 2008, contando com conselheiros dos mais diversos grupos, associações e cooperativas, além de artesãos independentes. Os conselheiros discutiram a situação do segmento, destacando sempre a preocupação com a qualidade do Artesanato produzido no município, e reiteraram a necessidade de um espaço de referência, como um Mercado do Artesanato, para venda dos produtos. Além disso, até 2009, a Câmara Temática discutiu as pautas propostas pelo CMPC, como a revisão do diagnóstico de 2005, a construção do Regimento Interno do CMPC e o formato dos editais da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e do Fundo Municipal de Cultura.

Em 2010, a Câmara discutiu a necessidade de realizar um Encontro Setorial de Artesanato, mas não avançou na discussão, de modo que o encontro não foi realizado.

Em 2011, apesar de atuar com um quórum reduzido, a Câmara discutiu e encaminhou propostas para o Plano Municipal de Cultura e pautou a necessidade de articular novas formas de mobilização, considerando que o segmento tem suas políticas tratadas no âmbito de vários setores e secretarias municipais e estaduais, tais como Economia Solidária, Turismo, Pequenos Negócios, entre outros, além da Cultura, bem como no âmbito de entidades do terceiro setor, como o Sebrae, por exemplo.

5.1.4 Agente/Gestor e Produtor Cultural

É indiscutível a importância do produtor cultural para o sucesso de projetos e ações no campo da cultura, sendo ele o profissional responsável por realizar a intermediação com o mercado cultural. Entre suas atribuições estão a criação, o planejamento, a organização e a divulgação de eventos, feiras, projetos etc. e, em alguns casos, também a captação e gestão de recursos para viabilizar essas

atividades. Sua atuação permeia todas as linguagens e campos da cultura, estando presentes em shows musicais, espetáculos teatrais, exposições de artes plásticas, produções audiovisuais e festivais de cultura popular, por exemplo.

Essa importância foi reconhecida pelos fazedores de cultura de Rio Branco, no momento da formatação de seu Sistema Municipal de Cultura – SMC. Na etapa preliminar, em 2005, quando foi realizado o I Fórum Municipal de Cultura, os produtores culturais não participaram de reunião específica, mas das reuniões de várias linguagens artísticas e culturais já organizadas, como música, teatro, audiovisual, artes visuais, culturas populares, entre outras. Nessas reuniões também se constatou que, o papel de produtor cultural era/é desempenhado pelos próprios artistas e fazedores, que acumulam responsabilidades: a atuação criativa e a atuação técnica.

Portanto, no contexto da discussão do formato da Pré-Proposta do SMC, os próprios participantes optaram, em reunião ocorrida no contexto dos Fóruns Preparatórios para a I Conferência Municipal de Cultura, por incluir no Cadastro Municipal de Cultura – CMC uma alínea específica para os "Produtores Culturais", além de uma segunda alínea específica para "Agentes Culturais", o que consequentemente levaria ao funcionamento de duas Câmaras Temáticas diferenciadas. É importante destacar que no documento preliminar sistematizado pela equipe da FGB não havia previsão desses dois segmentos no Cadastro Cultural - CCM, talvez como um reflexo da condição do artista ou fazedor, que quase sempre acumulam funções, como já exposto anteriormente.

Em 13 de março de 2008, a Câmara Temática de Produtores Culturais iniciou seu funcionamento. Na primeira reunião realizada foi possível observar que, grande parte dos conselheiros atuantes na Câmara, eram produtores do segmento Música. Devido à falta de quórum suficiente para a realização das reuniões seguintes, o que também foi observado na Câmara Temática de Agentes Culturais, a equipe da FGB optou por tentar realizar reuniões integradas entre essas duas Câmaras Temáticas citadas, como uma estratégia para mobilizar novos conselheiros e fortalecer essas Câmaras. Em 2008, aconteceram doze reuniões, sendo seis integradas das duas Câmaras Temáticas, com um total geral de 96 participantes, de modo que inicialmente a articulação entre esses segmentos mostrou-se bastante proveitosa: os

conselheiros apresentaram e aprovaram um projeto no Fundo Municipal de Cultura – FMC, com o objetivo de realizar um Curso de Produção Cultural. Como a iniciativa das reuniões integradas resolveu o problema da participação e funcionamento da Câmara, alguns conselheiros propuseram unificar definitivamente as Câmaras Temáticas, proposta que naquele momento não obteve consenso.

Além disso, nesse mesmo ano, a CT de Produtores e Agentes Culturais uniu-se a CT de Música para realizar o Show Cantos da Cidade, como parte da programação do Aniversário de Rio Branco.

Em 2009, em função da necessidade de atualização dos diagnósticos dos segmentos, com vistas à construção do Plano Municipal de Cultura – PMC, bem como do processo de construção do Regimento Interno do CMPC, as Câmaras Temáticas de Produtores Culturais e de Agentes Culturais passaram a realizar reuniões separadas. Nas discussões para atualização do diagnóstico, os produtores culturais reforçaram como questão central o reconhecimento de sua atuação no cenário cultural. Como prioridades, destacaram regulamentação da atividade de produção cultural, a necessidade de formação para os agentes e produtores em atuação e a necessidade de se investir na formação de público. Além disso, contribuíram com a construção do Regimento Interno do CMPC e dos editais da Lei de Incentivo e do Fundo de Cultura - FMC.

No decorrer das dez reuniões realizadas em 2009, os 69 conselheiros participantes construíram o diagnóstico do segmento, pactuaram a proposta de junção das Câmaras Temáticas de Produtores Culturais e Agentes Culturais, que foi reforçada e reorientada, no sentido de se considerar também como componentes da Câmara os gestores culturais, tanto os que atuam no âmbito das diversas entidades e grupos da sociedade civil, quanto os que têm atuação no âmbito do poder público. Em Fórum Setorial realizado em 2009, formalizou-se a proposta da Câmara Temática de Produtor, Agente e Gestor Cultural, encaminhada e aprovada pela Plenária da II Conferência Municipal de Cultura, também em 2009.

Em 2010, a Câmara passou por um momento de retração da participação, de modo que foram realizadas apenas duas reuniões, com 18 participantes. Em 2011, ano da III Conferência Municipal de Cultura, cuja pauta principal foi a deliberação do Plano Municipal de Cultura, a Câmara conseguiu realizar quatro reuniões, com 43

participantes, a fim de debater e construir propostas do segmento a serem encaminhadas para compor o Plano.

5.1.5 Artes Visuais

A partir da década de 70 as Artes Plásticas passaram a marcar presença no cenário cultural de Rio Branco, com a atuação de artistas locais e a organização de uma série de exposições individuais e coletivas. A efervescência artística foi pautada por eventos importantes, como a I Exposição Acreana de Artes Plásticas, em 1977, a inauguração da Galeria de Arte da Universidade Federal do Acre (UFAC), em 1978, o I Salão Universitário de Artes Plásticas, em 1979, e a II Exposição Acreana de Artes Plásticas, em 1980. Esse contexto acabou estimulando a produção dos artistas já tradicionais e também o surgimento de novos talentos. Cabe destacar que na década de 80 foi criado, no âmbito estadual, o órgão gestor da cultura, marcando o início da presença institucional no cenário artístico local.

A partir de então, as exposições passam a acontecer anualmente, despertando nos artistas a necessidade de organização, com uma perspectiva de trabalho coletivo. Estavam abertos os caminhos para a criação da Associação de Artistas Plásticos do Acre – AAPA, o que aconteceu em 1988, com a finalidade de atuar na promoção e no incentivo às Artes Plásticas, funcionando também como ponto de encontro entre artistas e público. A atuação da AAPA, entretanto, estava voltada para a realização de exposições, oficinas de formação e a produção artística propriamente dita, e não para debates e articulações que visassem à construção de políticas públicas para a cultura.

O ano de 2005 foi marcado por alguns avanços, nesse sentido, pela implementação do Conselho Estadual de Cultura – CONCULTURA, como um espaço de diálogo e de organização de demandas, no qual as Artes Plásticas receberam assento específico. Também merecem destaque a inauguração da Galeria Juvenal Antunes e a realização da primeira edição do Salão Hélio Melo de Artes Plásticas, uma parceria entre a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM e a AAPA.

Ainda em 2005, por iniciativa da FGB, foi realizado o I Fórum Municipal de Cultura, com a finalidade de construir um diagnóstico inicial sobre a cultura local, a fim de se iniciar a discussão da política cultural, no âmbito municipal. Os artistas plásticos participaram pautando suas demandas para Rio Branco. No diagnóstico construído, os artistas da AAPA destacaram a necessidade de apoio e de incentivo por parte do poder público, no que se refere à criação de espaços de exposição, programas de formação - voltados tanto para os artistas como para o público, e incentivos financeiros, entre outros aspectos.

Em 2006, foi criado o primeiro curso de graduação em Artes Visuais do Acre, na Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO. No mesmo ano, o governo do estado inaugurou a Usina de Arte João Donato, uma escola de arte voltada a realização de cursos gratuitos de Artes Visuais, Música, Cinema e Teatro.

A partir de estímulo do poder público, os artistas plásticos participaram ativamente das discussões que pautaram a construção do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco – SMC, deliberado na I Conferência Municipal de Cultura e transformado em Lei, em dezembro de 2007. No âmbito do SMC, as Artes Visuais integram a área de Arte, identificada no Cadastro Cultural do Município de Rio Branco – CCM e Câmara Temática do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, por deliberação da Plenária da I Conferência Municipal de Cultura, instância em que houve discussões acerca da nomenclatura do segmento: Artes Plásticas ou Artes Visuais. Por deliberação da Plenária da I Conferência Municipal de Cultura, no Cadastro Cultural – CCM e no âmbito do SMC, o segmento é denominado "Artes Visuais", contemplando o cenário contemporâneo, que inclui outras manifestações, além da pintura e do desenho, e as novas tecnologias, não se restringindo, portanto, ao universo da pintura e do desenho.

Em 2008, foi implementada a Câmara Temática de Artes Visuais, no âmbito da qual as primeiras discussões realizadas trataram de temas como: formação, intercâmbio, criação de espaços de exposição e divulgação dos trabalhos produzidos pelos artistas plásticos residentes em Rio Branco. Além disso, os conselheiros destacaram a necessidade de fortalecimento dos espaços de discussão e de organização do segmento, principalmente a AAPA. Por demanda dos conselheiros, que durante as reuniões fizeram algumas críticas ao Concurso de

Pintura "As Cores da Cidade", realizado pela FGB em 2007, a Câmara Temática passou a ser parceira na organização do Concurso, assumindo a discussão e organização do edital, bem como os critérios de avaliação das obras e a composição da Comissão de Avaliação, de modo que, a partir de 2008, o concurso passou a ser discutido e organizado no âmbito da CT.

A Câmara Temática de Artes Visuais participou da avaliação do SMC no contexto da II Conferência Municipal de Cultura, apresentou propostas para o formato dos editais dos mecanismos municipais de financiamento e atualizou o diagnóstico construído em 2005, com vistas à elaboração do Plano Municipal de Cultura de Rio Branco – PMC, além de discutir questões específicas do segmento, como por exemplo, a dificuldade de mobilização dos conselheiros para participação nas reuniões da Câmara Temática, além da idéia de elaborar um projeto conjunto, como forma de dinamizar e trazer novos participantes para as reuniões.

Os conselheiros da Câmara Temática e gestores da FGB participaram da Semana de Artes Visuais da FAAO, com o objetivo de divulgar o SMC e sensibilizar os acadêmicos para a importância desse espaço para as Artes Visuais, no âmbito do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC.

No processo de construção do Plano Municipal de Cultura – PMC, os conselheiros pautaram a realização de um encontro setorial para a organização das propostas do segmento a serem encaminhadas ao PMC, como uma de suas prioridades. Entre as várias colaborações, vale destacar a necessidade de dinamizar a Câmara Temática com novos conselheiros, como forma de fortalecer os espaços de discussão e de proposição, a necessidade de criação de novos espaços de exposição, e de um programa de formação de público para apreciação de obras artísticas. Esta última, de acordo com os conselheiros, poderia ser construída em parceria com a Câmara Temática de Arte Educação, bem como com técnicos dos órgãos responsáveis pela gestão da Educação, do município e do estado.

Em janeiro de 2012, Vânia Leal, consultora do Itaú Cultural, realizou uma palestra e ministrou consultoria técnica a onze (11) ateliês, com o objetivo de qualificar os aspectos relacionados à cadeia produtiva desse segmento, ampliando as possibilidades de produção, exposição, circulação e venda de produtos. Essa ação foi realizada pela Rede Acreana de Cultura – RAC, compondo o Projeto

Cultura Acreana. Outra pauta retomada e fortalecida foi a demanda pela criação de um espaço ou galeria das Artes Visuais de Rio Branco, que funcione como uma espécie de museu sobre as histórias do município. Em 2012, foi inaugurado um espaço de exibição e venda de produtos (quadros e esculturas), atendendo a reivindicação dos conselheiros da Câmara Temática de Artes Visuais do CMPC, na Rodoviária Internacional de Rio Branco, a ser gerido pela FGB, em parceria com a Câmara Temática. Por decisão dos conselheiros, o espaço recebeu o nome de Sebastião Sales Pires, em homenagem ao artista riobranquense.

5.1.6 Audiovisual

Em Rio Branco, a atividade cinematográfica fez parte do apogeu da extração do látex e comercialização da borracha, à semelhança do que ocorreu nos estados do Amazonas e Pará, de acordo com estudos coordenados pela Professora e Doutora Maria José Bezerra, publicados no Álbum Cidade de Rio Branco – a marca de um tempo: história, povo e cultura (Editora Globo, 1993). Como em outras regiões brasileiras, o cinema chegou por meio dos **cinematógrafos ambulantes**, operados principalmente por italianos e portugueses, a partir de 1912, época que marca a chegada do cinema **Elo de Ouro**, da empresa Oliveira & Irmãos, que exibia filmes em espaços abertos, de modo itinerante, como a antiga Praça Eurico Dutra, em frente ao Rio Branco Futebol Clube. Em 1913, surgiu o cinema **Olymphia**, o primeiro a alugar salas para exibição de filmes. Em 1916, surgiram o **Polytheama** e **Cine Facre**, este último de propriedade do italiano José Facre, diversas vezes contratado para exibir filmes ao ar livre, em datas comemorativas.

Somente em 1920, foi inaugurada a primeira casa exibidora de filmes, o **Ideal Cinema**, que posteriormente foi adquirido pela firma Leonel & Cia. e passou a se chamar **Cine Éden**, tornando-se um local de encontro de artistas e intelectuais do cinema, teatro, música, literatura. Em 1925, o **Cine Pipira**, da família Fuzarka, funcionava no campo de futebol do 2º Distrito e exibia filmes em um pano branco, esticado em uma das traves. Na década de 40 o Cine Pipira passou a ser gerenciado pela Santa Casa de Misericórdia, da Ordem das Irmãs Servas de Maria Reparadoras. No final dos anos 20, foram inaugurados os cinemas **Iris** e **Popular**.

Em 1928, o Cine Éden foi comprado pelo Sr. José Ferrante que, por sua vez, o revendeu para a Sociedade Recreativa Tentamen. Nessa época, as apresentações de filmes mudos são substituídas pelas de cinema falado.

Nos anos 40, em uma casa do bairro Papoco, reduto da boemia local, surgiu o **Cine Biriba**. Ainda no final da década de 40, foi inaugurado o **Cine Rio Branco**, nas proximidades do Palácio do Governo e da Catedral Nossa Senhora de Nazaré, no prédio onde atualmente funciona a loja O Formigão. O Cine Rio Branco fez exibições durante quatro décadas, de 40 a 80, e fechou suas portas no momento em que os demais cinemas de Rio Branco também o fizeram, declarando falência. As décadas de 70 a 80 testemunharam a existência do **Cine Acre**, localizado em frente à Praça da Revolução, no prédio do atual Hotel Guapindaia. Outros espaços, como o **Cine Guamar**, que funcionou também no centro da cidade, em frente ao atual prédio da Secretaria Estadual de Saúde – SESACRE, e o **Cine Eldorado**, este mais descentralizado, no Bairro Estação Experimental, em prédio localizado logo após o atual Departamento de Trânsito – DETRAN, também contam a história da presença de espaços de exibição de filmes em nossa capital.

Em 13 de junho de 1948, foi criado e instalado no prédio do extinto Cine Éden, o **Cine Teatro Recreio**, erguido em alvenaria e madeira no período áureo da borracha, e restaurado em 1987 para promover apresentações teatrais, shows musicais, palestras e cursos de dança. Suas memórias incluem um personagem muito especial, o **Raimundo Doido**, mensageiro "nada oficial" da cidade, que anunciava os acontecimentos importantes pelas ruas do centro da cidade, em especial as inaugurações e as sessões do Cine Teatro Recreio. Contam alguns que ele sempre anunciava informações erradas. O certo é que Raimundo vestia-se de forma singular, sempre com calças curtas, sapatos de seringa e touca na cabeça. Recentemente reformado, o Cine Teatro Recreio conta com uma Sala de Cinema, que exibe sessões promovidas por entidades de cineclubistas, nos fins de semana; uma Sala de Teatro, onde circulam grupos teatrais locais e vindos de outros estados e países, além de eventualmente abrigar eventos relacionados às políticas culturais.

A década de 70 testemunhou também a organização do primeiro grupo voltado para o audiovisual, chamado **Estúdio Cinematográfico Amador de Jovens Acreanos – ECAJA**, que reunia cerca de oito pessoas, era constituído formalmente

e tinha sua atuação focada na produção de longas e curtas metragens, em película na bitola Super 8 mm. Seus integrantes, além de produzirem vídeos, discutiam roteiros, produção, estratégias de exibição e realizavam festivais. Também dialogavam com o poder público, e sua principal reivindicação naquele período era a criação de um órgão estadual voltado para a gestão da cultura. A partir dessas reivindicações, foi criado o Departamento de Assuntos Culturais – DAC, dentro da estrutura da Secretaria Estadual de Educação. O DAC foi o embrião do primeiro órgão gestor de cultura do Acre, a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, no final da década de 70. A década de 70 também marcou o surgimento do primeiro cineclube de Rio Branco: **Cine Clube Aquiry**, que funcionou tanto como um canal de fruição e discussão da arte cinematográfica, quanto como um local de encontro e resistência política.

Em 1982, após a realização da 4ª edição do Festival de Cinema do ECAJA, seus integrantes optaram por fundar uma entidade de caráter mais abrangente, de modo a congregar outros grupos, entidades, produtores de cinema do Acre e de Rio Branco: a **Associação Acreana de Cinema – ASACINE**, inicialmente com três grupos filiados. Desde então, a ASACINE atua no cenário Audiovisual acreano, produzindo filmes, realizando festivais de cinema, simpósios, ciclos de debates e projetos de circulação.

Importante registrar que, na década de 80, foi inaugurado o **Cine João Paulo**, cinema comercial, que fechou suas portas recentemente, em 2012, coincidindo com a inauguração do **Shopping Center Via Verde**, primeiro da cidade, que abriga várias salas de cinema.

Ao longo de sua história, o cinema vem se desenvolvendo e ocupando seu espaço no cenário local da cultura acreana. Novas entidades foram criadas, como a **Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-Metragistas do Acre – ABDeC/AC**, em 2005, e a **Associação Samaúma de Cinema e Vídeo**, em 2009, além do **Curso de Cinema e Vídeo da Usina de Arte João Donato**, em 2006, garantindo assim o fomento das atividades e da produção Audiovisual local. Novos espaços de exibição e de produção também surgiram, como o **Cine Sessão das Sete**, no Centro Cultural Thaumaturgo Filho; a **Filmoteca Acreana** – Anexo da Biblioteca Pública Estadual; o **Núcleo de Produção Digital – NPD** da Usina de Arte

João Donato. Em 2009, o Acre foi primeiro estado brasileiro a captar recursos, por meio do projeto Cine Mais Cultura, conveniado com o Governo Federal, para a instalação de cineclubes em seus 22 municípios.

Em 2005, foi implementado o Conselho Estadual de Cultura – CONCULTURA, no qual o Audiovisual tem representação, e realizado o I Fórum Municipal de Cultura, que contou com a participação de representantes da ASACINE, da ABDeC/AC e da Filmoteca Acreana, além de alguns produtores independentes. Em seu diagnóstico inicial, os participantes discutiram problemas e elaboraram propostas diversas, contemplando questões como: políticas de formação, de conservação do acervo audiovisual local, de criação de espaços alternativos de exibição, de financiamento específico para o audiovisual. Discutiram também sobre a necessidade de se criar uma coordenação para o Audiovisual, na estrutura da FGB. Essa proposta estava baseada no modelo apresentado pelo governo federal, que além de disponibilizar editais específicos, fundou a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, em 2001.

Os fazedores do Audiovisual participaram ativamente da criação do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco – SMC, desde a elaboração da minuta, até sua aprovação na I Conferência Municipal de Cultura, em 2007. Com a implementação do Sistema Municipal de Cultura - SMC, em 2008, e o início do funcionamento do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, a **Câmara Temática de Audiovisual** iniciou suas reuniões como um dos segmentos mais participativos. Frequentavam as reuniões, nesse primeiro momento, representantes da ASACINE, da ABDeC/AC e alunos do Curso de Cinema e Vídeo da Usina de Arte João Donato, além de alguns produtores independentes. No âmbito desta Câmara Temática e do curso da Usina de Arte, em 2009, surgiu a Associação Samaúma de Cinema e Vídeo, mais uma entidade para trabalhar em prol do desenvolvimento e do fomento do Audiovisual no Acre e em Rio Branco.

A Câmara Temática acompanhou as discussões realizadas no âmbito do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC, como a revisão e atualização do diagnóstico construído pelo segmento em 2005, a elaboração de propostas para o formato dos mecanismos de financiamento municipais e a avaliação do funcionamento do Sistema Municipal de Cultura - SMC na II Conferência Municipal

de Cultura. Em 2009, organizou I Fórum Setorial do Audiovisual, com o apoio da FEM, da FGB, da ABDeC/AC, da ASACINE, da Associação Samaúma Cinema e Vídeo, do Concultura e da Usina de Arte João Donato. Todas as entidades citadas participaram do Fórum, além das universidades locais e de produtores do interior do estado. O objetivo do Fórum foi discutir e apontar caminhos para a construção de políticas públicas, por meio de propostas organizadas em documento final contendo as propostas pactuadas coletivamente e deliberadas no Fórum, a ser encaminhado formalmente aos órgãos gestores de cultura nos âmbito estadual e municipal, a FEM e a FGB, respectivamente.

Outra ação que merece destaque, pensada e pactuada no âmbito da Câmara Temática, foi a realização da 1ª Maratona Cineclubista. A Maratona propunha a realização de exibições mensais na Filmoteca Acreana, agregando todos os grupos dos Cineclubes e demais espaços de exibição, que se comprometiam a não realizar nenhuma outra ação no dia marcado, de modo a fortalecer a Maratona.

Na avaliação de seus conselheiros, a Câmara Temática representa um avanço importante, por se constituir um espaço de diálogo, de interlocução e de pactuação de ações, projetos e políticas. Nas discussões mais recentes, os conselheiros destacam como prioridade a realização do II Fórum Setorial do Audiovisual, com o objetivo de traçar estratégias para a concretização das propostas aprovadas no I Fórum, a serem encaminhadas aos órgãos competentes.

5.1.7 Culturas Urbanas

As primeiras influências das chamadas Culturas Urbanas vieram para o estado do Acre, de Rondônia, no final da década de 80, época em que a exibição do filme "Break Dance" influenciou a formação de vários grupos de Hip Hop, que passaram a produzir e atuar em Rio Branco.

Os primeiros passos que apontaram para o início da organização do movimento aconteceram já no final da década de 90, com a criação do Centro Acreano de Cultura Hip Hop – CEAH2, que tinha como objetivo contribuir com o reconhecimento e a valorização dessa manifestação cultural junto à sociedade e, ao mesmo tempo, funcionar como um ponto de encontro e de articulação. No CEAH2

estão presentes o rap, o grafite, o break dance e os DJs, atuando nos bairros mais afastados do centro, nas periferias da capital e em outros municípios do estado.

Para isso, ainda no final da década de 90, foi iniciado um projeto itinerante, que ganhou força quando novas entidades começaram a participar, como o Núcleo Mocambo de Hip Hop – NHHM, o Movimento Hip Hop Cristão – MHC e Fundação Alvos de Cristo, além de grupos e produtores independentes. Nesse momento, a idéia era criar um movimento Hip Hop unificado, que tivesse condições de ampliar seu campo de atuação e dialogar com o poder público municipal e estadual, em busca de incentivo e apoio.

A partir desse movimento inicial do Hip Hop, outras manifestações das chamadas "Culturas Urbanas" foram conquistando espaço em Rio Branco, manifestando-se não apenas na música, mas também nas artes visuais, na dança, na moda, na comunicação e no esporte, entre outras linguagens.

No momento em que a FGB convocou o movimento cultural para participar do I Fórum Municipal de Cultura, em 2005, o grupo que participou das discussões relacionadas às Culturas Urbanas não contou com participantes de todas as manifestações da cultura urbana presentes em Rio Branco, não havendo, inclusive, nenhuma representação do Hip Hop. O diagnóstico construído contemplou demandas como a necessidade de articulação entre as diferentes manifestações, a valorização e o reconhecimento das Culturas Urbanas, a necessidade de se criar espaços de convivência, onde os grupos possam se encontrar e realizar oficinas, campeonatos, mostras e ensaios, o aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento existentes e a criação de outros mecanismos, menos burocráticos, entre outras reivindicações.

A partir da construção e da implementação do Sistema Municipal de Cultura - SMC, outras representações das Culturas Urbanas passaram a fazer parte do processo. Assim, em 2008, a Câmara Temática de Culturas Urbanas iniciou seu funcionamento contando com representantes do Hip Hop, dos Aventureiros Mirins e do Grafite. As discussões realizadas reiteraram a necessidade da criação de espaço específico, o Centro de Convivência das Culturas Urbanas e os conselheiros pactuaram como prioridade a captação de recursos para a construção e manutenção do referido Centro, voltado à realização de atividades gratuitas para a comunidade.

Para a II Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2009, os conselheiros atualizaram o diagnóstico construído no I Fórum de 2005, participaram da avaliação do SMC, também na II Conferência Municipal de Cultura, e apresentaram anualmente suas propostas para o formato dos editais do FMC e da Lei de Incentivo.

Os grupos (principalmente os de Hip Hop, já organizados), marcaram presença na discussão das políticas culturais, têm apresentado seus projetos, tanto em editais locais como em editais em nível nacional. No Prêmio Cultura Hip Hop – Edição Preto Góes 2010, disponibilizado pelo Ministério da Cultura – MinC, por exemplo, foram premiados três projetos de grupos e produtores acreanos.

Apesar desse movimento intenso, no que diz respeito à atuação de cada grupo, no ano de 2010 a CT de Culturas Urbanas viveu um momento de desarticulação, deixando de realizar várias reuniões por falta de quórum, de modo que foi bastante tímida a discussão das políticas culturais voltadas às Culturas Urbanas, no âmbito do Plano Municipal de Cultura – PMC, principal pauta do CMPC nos dois anos que antecederam a III Conferência de Cultura de Rio Branco (2011).

Observando essa situação, os gestores da FGB investiram na mobilização das diversas manifestações das Culturas Urbanas presentes em Rio Branco, buscando reativar e fortalecer essa Câmara Temática. Nas reuniões realizadas em 2011, participaram representantes do Skate, Tectonic, Le Parkour, Hip Hop, Aventureiros Mirins e Grafite, todos comprometidos com a mobilização de novos participantes. Entre as pautas discutidas, está a realização do I Fórum de Culturas Urbanas, com o objetivo de discutir e pactuar propostas de políticas públicas para o segmento.

5.1.8 Literatura

A Literatura, entendida em sua forma mais ampla, sempre foi uma linguagem cultural com presença expressiva em Rio Branco e no Acre. Desde os tempos dos seringais, práticas de leitura coletiva, em rodas de conversa, declamação de folhetos de cordel e contação de histórias eram parte dos costumes locais. Com o passar dos tempos, novas formas literárias foram chegando, e com elas escritores e poetas, com seus trabalhos, foram enriquecendo o cenário cultural rio-branquense. Nesse

contexto, em 1937 foi fundada a Academia Acreana de Letras – AAL, filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil.

A dinâmica da Literatura em nosso município também é pautada pela atuação dos órgãos públicos. O governo do Estado inaugurou a Biblioteca Pública Estadual em 1973. Além disso, em 1999 iniciou o Programa "Paneirode Leitura", de incentivo à leitura e formação de leitores e criou a primeira Casa de Leitura. Hoje, o estado já conta com seis Casas de Leitura, sendo quatro localizadas em Rio Branco.

No âmbito municipal, em 1992 foi criada a Biblioteca Pública Municipal, que abrigava o Centro de Multimeios da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco – SEME. O Multimeios, desde então, realiza ações de incentivo à leitura no âmbito da educação infantil e primeiros anos da educação básica. A FGB, a partir de 2005, também iniciou ações como a Feira do Sebo, a Semana do Livro Infantil e manteve a disposição da comunidade riobranquense um acervo significativo, entre outras ações de caráter mais pontual.

Além da atuação do poder público, é importante também destacar o desempenho das livrarias, das editoras locais e das universidades, que mesmo mais timidamente, também movimentam o cenário da Literatura, focadas principalmente no lançamento de publicações e na realização de ações de formação.

Apesar dessa dinâmica, até 2005 não havia grupos organizados e articulados no sentido de pensar e discutir a Literatura. Esse quadro vai começar a se modificar com a instalação do Conselho Estadual de Cultura do Acre – CONCULTURA, com uma cadeira para as "Bibliotecas", e com a realização de uma reunião com pessoas atuantes nos segmentos "Leitura, Literatura, Bibliotecas e Arte Educação", no âmbito do I Fórum Municipal de Cultura.

Entre os participantes do I Fórum estavam gestores de bibliotecas e espaços de leitura, gestores das Secretarias Municipal e Estadual de Educação, membros da AAL, professores, arte educadores, contadores de histórias, escritores, poetas e bibliotecários. No diagnóstico construído, além de questões ligadas à formação, à necessidade de espaços e programas de leitura e ao ensino de arte e incentivo à leitura nas escolas, apareceu a urgência de se criar e consolidar um espaço comum de diálogo para todos os fazedores deste segmento.

Na minuta do Sistema Municipal de Cultura – SMC, por proposição dos arte educadores, a Literatura acabou por se desgarrar da Arte Educação. O entendimento final, após discussões realizadas nos Fóruns Preparatórios, foi de que apesar de ambas possuírem alguns focos comuns, na realidade trata-se de segmentos distintos. Foi deliberado, então, pela criação de um segmento específico para a Literatura e outro para a Arte Educação, ambos na área de Arte, e consequentemente, o funcionamento de uma Câmara Temática de Literatura e uma Câmara Temática de Arte Educação, no âmbito do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC.

Em 2008, no início das reuniões da Câmara Temática de Literatura, em um primeiro momento optou-se por atualizar o diagnóstico construído em 2005, incorporando tudo o que vinha sendo desenvolvido pelos diversos fazedores deste segmento. Além disso, foi o momento de mobilizar as principais representações (bibliotecas, casas de leitura, livrarias, universidades, professores de língua portuguesa e literatura das escolas de ensino médio, agentes de leitura, escritores, AAL, poetas, entre outros interessados) para a importância de garantir presença no CMPC. A participação nas reuniões permitiu que essas pessoas se "olhassem" e se "conhecessem", divulgando também projetos, ações e as atividades que já eram realizadas, fossem elas individuais ou coletivas. A Câmara Temática tornou-se um espaço de troca de informações e de experiências. Os conselheiros também participaram efetivamente da agenda geral do SMC, apresentando suas propostas para o formato dos editais do Fundo Municipal de Cultura – FMC e da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, discutindo e pactuando propostas para o Plano Municipal de Cultura – PMC e avaliando o funcionamento do SMC, em seu primeiro ano de funcionamento.

Em 2009, através do Projeto Cultura Acreana, desenvolvido pela Rede Acreana de Cultura - RAC, foi criada a Associação de Literatura do Acre – ALA, com o objetivo de funcionar com estrutura formal, possibilitando maiores oportunidades aos fazedores da Literatura, para a captação de recursos, e conseqüentemente para a realização de novos projetos. Todas as discussões que culminaram com a criação da ALA aconteceram no âmbito da Câmara Temática.

Em 2010, partindo para a realização de ações práticas, a Câmara Temática aprovou um projeto na Lei Municipal de Incentivo à Cultura, e realizou, em parceria com a Biblioteca Pública Estadual, Fundação Elias Mansour – FEM e FGB, o "I Fórum Acreano do Livro, Leitura e Literatura". A proposta principal do Fórum, seguindo as orientações do Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL foi contribuir com a criação dos Planos Estadual e Municipal do Livro e da Leitura.

Como desafios atuais, a Câmara Temática destaca a necessidade de ampliar e qualificar sua atuação, integrando novos conselheiros, e partindo para ações mais práticas de incentivo à leitura em Rio Branco. Essas ações incluem tanto programas de formação, em parceria com o governo do estado e com a prefeitura de Rio Branco, como a realização de rodas e atividades de leitura nos espaços públicos municipais. Além disso, os conselheiros aguardam a implementação do Plano Municipal de Cultura, aprovado na III Conferência de Cultura de Rio Branco, realizada em 2011, e a elaboração e aprovação do Plano Estadual de Cultura, contemplando as demandas de Literatura, previstas para 2012.

Entre as demandas prioritárias dos conselheiros, estão a construção e implementação do Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura; a criação de um programa editorial, com linha editorial pactuada no âmbito do CMPC e pelo menos uma publicação anual; a instalação de Pontos de Comercialização de produtos culturais, e a realização anual do Prêmio Garibaldi Brasil de Literatura, como ação permanente.

5.1.6 Música

Uma região marcada pelo encontro de tantas culturas não poderia deixar de apresentar uma rica diversidade cultural, composta tanto pelos saberes e fazeres tradicionais dos chamados "povos da floresta", que aqui já habitavam há milhares de anos, como pelas influências de muitos homens e mulheres que chegaram pelos rios, vindos de várias partes do Brasil e do mundo, para tentar a sorte na extração da borracha.

Não poderia ser diferente na Música, linguagem artística sempre presente no cotidiano do homem. E no Acre, nas aldeias indígenas ou nos seringais, a

musicalidade esteve sempre presente como forte elemento, traduzindo, em grande medida, as identidades culturais do povo acreano.

Com as mudanças trazidas pelo passar dos anos, principalmente no que se refere ao crescimento do meio urbano na região e a chegada de imigrantes, enriqueceu-se ainda mais o processo criativo local, e consequentemente, surgiram novas formas de expressão, ritmos, gêneros musicais, compositores, intérpretes e bandas.

No que se refere à organização e representatividade dos músicos acreanos, cabe destacar entidades como a Associação dos Músicos e Produtores do Acre – AMUPAC e a Associação dos Músicos do Acre – AMAC, entre outras ligadas a gêneros musicais específicos. Além disso, a Música possui representação no Conselho Estadual de Cultura – CONCULTURA, desde sua ativação, em 2005.

Nas discussões levadas a cabo pela gestão municipal a partir de 2005, a Música esteve representada, participando da realização do I Fórum Municipal de Cultura de Rio Branco. Apesar de a reunião não ter sido marcada pela presença da intensa diversidade musical existente no município, os músicos presentes discutiram e produziram seu diagnóstico, que destacou a necessidade de maior aporte de recursos via editais, de cursos de formação, da criação de uma entidade representativa e da retomada de festivais, a exemplo do Festival Acreano de Música Popular – FAMP.

O processo que se desenvolveu a partir do I Fórum contou com uma participação mais ampla e diversificada desse segmento, com seus representantes discutindo e contribuindo para a formatação do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco – SMC. Como não poderia ser diferente, o Cadastro Municipal de Cultura – CMC contemplou a Música como um segmento da área de Arte, o que consequentemente resultou no funcionamento de uma Câmara Temática específica, do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, que iniciou seus trabalhos em 2008, contando com representantes de vários gêneros musicais, e atuando como uma das Câmaras Temáticas mais dinâmicas do CMPC.

Logo nas primeiras discussões veio à tona uma questão já pautada no I Fórum, referente à criação de uma entidade que representasse os músicos com atuação consolidada no município e no estado. Nesse momento, no entanto, os

conselheiros não definiram o formato dessa entidade, se cooperativa, associação ou sindicato. Paralelamente a essa discussão, os conselheiros também pautaram como prioridade a regulamentação da atuação dos profissionais da Música, discutiram a possibilidade de apresentação de projetos aos mecanismos municipais de financiamento e passaram a organizar, ainda em 2008, em reuniões integradas com a Câmara Temática de Produtores Culturais, o show Cantos da Cidade, realizado pela Fundação Garibaldi Brasil – FGB, compondo a programação do Aniversário de Rio Branco.

Os conselheiros também participaram efetivamente das pautas gerais do CMPC, como as oficinas preparatórias para a elaboração do Plano Municipal de Cultura, a atualização do diagnóstico do segmento Música para o PMC, a construção do Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, a discussão e definição anual do formato dos editais dos mecanismos municipais de financiamento, e a avaliação do funcionamento do SMC.

Em 2009, as reuniões foram marcadas por um aprofundamento das discussões acerca da organização dos músicos acreanos. Nesse contexto, destaca-se a parceria do SEBRAE, no âmbito da Rede Acreana de Cultura – RAC, com o Projeto "Cultura Acreana", fornecendo consultoria e orientação aos grupos que desejassem se formalizar. Depois da realização de diversas reuniões, ordinárias e extraordinárias, os conselheiros, orientados pela consultoria "Procure seu CNPJ", do Projeto "Cultura Acreana", optaram pelo formato de cooperativa, e deram início à criação da Cooperativa de Música do Acre – COMAC, que hoje já conta com mais de 500 associados.

Os conselheiros também realizaram articulações importantes, como a solicitação oficial de pauta junto ao Secretário Municipal de Finanças para discutir a isenção de ISS para artistas e, junto ao Governo do Estado do Acre, de um novo formato para o carnaval de Rio Branco, contemplando as manifestações culturais locais, além de questões como a necessidade de um espaço maior para os músicos locais na programação da EXPOACRE.

Ainda em 2009, a Câmara Temática também organizou, em parceria com a Fundação Elias Mansour – FEM, Universidade Federal do Acre – UFAC, Conselho Estadual de Cultura – CONCULTURA, SEBRAE/AC e com a FGB, a Semana da

Música 2009, que contou com uma programação bastante diversificada, reunindo artistas, gestores de cultura, centros educacionais e empresários ligados ao ramo musical, em mesas de discussões, oficinas e shows. Entre outros temas importantes, debateu-se o mercado da Música no Acre, a Educação Musical nas escolas públicas e a organização dos músicos no estado.

Em 2011, a segunda edição da Semana da Música, além da programação artística e das mesas de debate, contou com a inauguração da Escola Acreana de Música e com a eleição dos representantes para a cadeira de Música do CONCULTURA. A CT foi parceira da FEM, FGB, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/AC, SEBRAE e Cooperativa de Música de Minas Gerais – COMUM, na realização do I Seminário do Cooperativismo Musical, que reuniu cooperativas de música registradas em todo Brasil. O Seminário teve como objetivo integrar os estados por meio de uma ação organizada, com enfoque na organização do segmento musical dentro do cooperativismo, e discutiu pontos importantes como a regulamentação da Lei nº 11.769/08, que torna o ensino de música obrigatório na Educação Básica; a Lei nº 3857/60, que cria a Organização de Músicos do Brasil – OMB e regulamenta a profissão de Músico; e a reforma da Lei nº 9.610/88, que consolida a legislação sobre Direitos Autorais no país. O principal resultado do Seminário foi a elaboração e aprovação da Carta de Rio Branco, enviada ao Congresso Nacional, com propostas para regulamentar a profissão de músico, oficializar a Arte como atividade econômica e inserir a Cultura na categoria de Cooperativismo.

No âmbito da Rede Acreana de Cultura – RAC foram articuladas várias ações voltadas ao fortalecimento da cadeia produtiva da Música, entre elas a ida de dois produtores musicais riobranquenses na 10ª Feira Internacional da Música de Fortaleza/CE, para participar das rodadas de negócios, fazer contatos com outros produtores brasileiros e divulgar trabalhos dos artistas acreanos; o Curso de "Produção Executiva para o Mercado Fonográfico", ministrado por Leandro Fregonesi a vinte e dois produtores culturais de Rio Branco, no período de 17 a 18 de outubro, e Consultoria Técnica a nove (9) Estúdios/Home Estúdios de Gravação de Rio Branco / AC, realizada no período de 09 e 12 de novembro, por Eduardo Pinheiro (AES 83.223) de Natal / RN, representando a Associação Cultura do Sol.

Também em 2011, merece destaque o trabalho de organização do I Festival de Música Som da Cidade, uma evolução do antigo Show Sons da Cidade, demandado, discutido e deliberado no âmbito da Câmara Temática de Música, contexto no qual os conselheiros propuseram o formato, as modalidades e os critérios a serem utilizados na seleção das músicas concorrentes.

5.2 Segmentos de Patrimônio Cultural

5.2.1 Comunicação

A história da imprensa acreana data dos chamados "Anos Bolivianos no Acre". O primeiro jornal a circular no território foi o "El Acre", em 1901, lançado por bolivianos, como forma de consolidar sua dominação no território. O "El Acre" publicava atos oficiais, estatísticas sobre a produção e o comércio da borracha, notícias de "interesses militares" e notas com informações sobre o cotidiano local. O primeiro jornal feito por brasileiros surge em 1904, impresso em Thaumaturgo de Azevedo, atualmente município Marechal Thaumaturgo. As primeiras décadas do século XX testemunham uma proliferação de periódicos todos, porém, de curta duração.

A inauguração da Rádio Difusora, nos anos 1940, do Jornal O Rio Branco, em 1969, da TV Acre e do Jornal Varadouro, na década de 70 - marcam a história do jornalismo em nosso estado, que atualmente conta com quatro jornais de circulação diária, dois semanários e dois jornais on-line, além de sete emissoras de televisão e seis de rádio.

No que se refere à organização dos profissionais, a primeira entidade criada foi a Associação de Jornalistas do Acre (AJA) que, por decisão dos próprios associados, em 1988 deu lugar ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Acre (SINJAC). A criação do SINJAC significou avanço importante na organização da categoria, em suas reivindicações por melhorias salariais e de trabalho.

No contexto da construção de políticas públicas para a Cultura, a Comunicação entrou em discussão em 2005, no âmbito da I Conferência Nacional de Cultura, marcando sua importância ao constar entre as 30 propostas prioritárias,

entre as quais constam as reivindicações para a regulamentação das leis dos meios de comunicação de massa (Art. 221 CF/88), através do Projeto de Lei 256, garantindo a veiculação e divulgação das produções e manifestações culturais regionais em rádio e TVs, bem como a garantia da participação da sociedade civil, através de seus fóruns, na discussão da elaboração da lei geral de comunicação de massa, de modo a assegurar descentralização, universalização, democratização e o controle da sociedade civil sobre os meios de comunicação. Também compunha essa pauta, a regulação do sistema de concessão e produção de conteúdo para rádios comunitárias, rádio e TV digital, telefonia móvel e banda larga, cinema, TV e produção audiovisual, além da criação de um fundo para manutenção das rádios e Tvs comunitárias, e de uma legislação para facilitar a existência e manutenção dos meios alternativos, como TVs, rádios e jornais comunitários.

Embora não tenha participado das reuniões que compuseram o I Fórum Municipal de Cultura, realizado em 2005, a Comunicação entrou na discussão em 2006, no processo de construção do Sistema Municipal de Cultura – SMC de Rio Branco. No momento inicial, ocorreram discussões acerca da nomenclatura do segmento, tratado então como Jornalismo ou Jornalismo Cultural. Por decisão da Plenária dos Fóruns Preparatórios para a I Conferência de Cultura de Rio Branco, optou-se pelo termo "Jornalismo" que, em 2010, por demanda da Câmara Temática, deliberada e aprovada em Fórum Setorial, mudou para Comunicação.

A discussão posta envolve a necessidade de se construir e implementar uma política integrada de Comunicação para a Cultura, que vise a fomentar iniciativas que ampliem o exercício do direito humano à liberdade de expressão cultural e do direito à comunicação, o que exige do poder público a formulação de políticas que contemplem as dimensões da produção, da geração de conteúdos e da distribuição de bens e conhecimentos culturais, por vias tecnológicas como, por exemplo, a banda larga, os *softwares* livres e os acervos digitais, mas também o reconhecimento da importância dos meios analógicos de comunicação como objeto de políticas culturais, na perspectiva de democratização dos meios e do acesso à comunicação. De um lado, constitui de grande importância o desenvolvimento de ações de formação para a produção crítica de comunicação, promovendo uma rede de comunicadores populares que valorize a diversidade cultural. Do outro lado, é de

fundamental importância a promoção de infraestrutura e meios adequados para abrigar, trafegar e disponibilizar a produção cultural produzida nestes ciclos de formação, para que vozes historicamente silenciadas possam ganhar mundo.

Em 2008, início do processo de implementação do SMC, a então Câmara Temática de Jornalismo iniciou seu funcionamento, com estudantes e docentes dos cursos de Jornalismo das universidades locais, reunidos com o objetivo de agregar mais participantes para fortalecer a CT, de modo que gestores da FGB e conselheiros da CT realizaram visitas às universidades, às redações de jornais e televisão, e ao SINJAC, informando sobre o Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC. Entre as pautas discutidas nessas reuniões iniciais, constam a pactuação de projetos para os mecanismos de financiamento municipais e a necessidade de construir articulação com outras Câmaras Temáticas.

Em 2009, a Câmara Temática viveu um momento de retração da participação e, com o quórum bastante reduzido, iniciou a construção do diagnóstico do segmento, e apresentou propostas para o formato dos editais da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e do Fundo Municipal de Cultura – FMC. No mesmo ano, os conselheiros, apresentaram e aprovaram o projeto "Jornal Acreando" no Edital do FMC, com o objetivo de transformá-lo em publicação trimestral, com textos produzidos pelos próprios conselheiros e, a partir da sua circulação, sensibilizar e motivar a participação de outros fazedores deste segmento. Entretanto, a desmobilização dos conselheiros comprometeu a realização do projeto e o jornal não chegou a ser publicado.

Ainda em 2009, foi realizada a I Conferência Estadual de Comunicação, com o objetivo de ajudar na formulação de uma política pública de Comunicação para o país. 308 participantes discutiram e deliberaram 127 propostas para a etapa nacional, resultado de dois dias de discussão, com representantes de várias cidades do Acre, algumas, localizadas em regiões muito isoladas. Também elegeram três delegados do Poder Público, dez da sociedade civil e nove da sociedade civil empresarial.

A construção de políticas de Comunicação para a Cultura assume uma importância estratégica no âmbito do Plano Municipal de Cultura, como forma de garantir o fortalecimento da diversidade e pluralidade cultural, por meio da promoção

do direito à comunicação. Por isso, em 2010, numa tentativa de reativar a CT, a FGB convidou fazedores do segmento para discutir a situação da Câmara Temática e construir propostas de políticas de comunicação para o Plano Municipal de Cultura. Os conselheiros comprometeram-se em realizar uma mobilização mais qualificada junto ao SINJAC, ao Sistema Público de Comunicação, a Secretaria Estadual de Comunicação – SECOM, às universidades e aos jornalistas, e propuseram a realização de um seminário, além da criação de um blog. Mesmo assim, a CT não conseguiu se rearticular, e encontra-se desativada, por falta de quórum em suas reuniões.

5.2.2 Comunidades Tradicionais/Culturas Indígenas

Até meados da década de 1970, grande parte da população acreana ainda vivia na floresta, na condição de indígena, seringueiro, ou ribeirinho. O avanço da fronteira agropecuária, baseada em um "novo" modelo desenvolvimentista para a Amazônia, marcou uma mudança significativa na história dos chamados "povos da floresta". Mas seus modos de vida representam muito mais que um modelo econômico, e os saberes e fazeres dos povos tradicionais fazem parte da formação da sociedade acreana e rio-branquense.

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI, criada em 1967, foi instalada no Acre em 1976, com o objetivo de prestar assistência às comunidades, delimitar suas terras, oferecer assistência médica e desenvolver projetos econômicos de base comunitária. No entanto, a FUNAI não tem conseguido efetivar seus objetivos, nem os referentes à demarcação de terras indígenas, muito menos os relacionados à saúde indígena e aos projetos de base comunitária. Durante nove meses, em 2011, indígenas ocuparam o prédio da FUNASA, em Rio Branco. Em maio de 2012, cerca de 200 indígenas de dez povos do Acre ocuparam o prédio da FUNAI/AC e suas reivindicações eram as mesmas de 2011: sérios problemas de saúde básica, de prevenção e saneamento básico; a demarcação de 21 terras indígenas espalhadas pelo estado e região de Boca do Acre, município que adentra o sul do Amazonas. Há mais de dez anos os povos Jaminawá, Huni Kui, Apurinã, Jamamadi, entre outros, esperam que a FUNAI resolva a questão fundiária. Também lutam por

providências imediatas relacionadas a graves problemas na educação e na saúde. Nos últimos dois anos, houve dezenas de mortes de crianças indígenas, vítimas de diarreia ou gripe.

Outras entidades também foram criadas com o objetivo de subsidiar a luta indígena, tanto de caráter abrangente, envolvendo vários povos, como voltadas para representações mais específicas. Entre elas: a Comissão Pró-Índio – CPI/AC, Conselho de Missão entre Índios – COMIN, o Centro de Trabalho Indigenista – CTI, a União das Nações Indígenas do Acre – UNI/AC, Organização dos Professores Indígenas do Acre – OPIAC, Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá – OPIRJ, Federação do Povo Huni Kui do Acre – FEPHAC, Organização de Mulheres Indígenas – SITOAKORE, entre outras.

As políticas públicas vêm sendo construídas e implementadas, em descompasso com a urgência de questões tão graves Neste sentido, a Secretaria Estadual de Educação – SEE/AC tem paulatinamente, buscado implementar uma política de educação escolar indígena diferenciada, bilíngue e intercultural nas aldeias de diversas etnias; o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi tem promovido, desde 2005, ações de formação continuada e de capacitação de gestores indígenas de projetos; em 2008, foi realizado o "Fórum dos Povos Indígenas do Acre", propondo-se a ser um evento anual, e constituir-se em um espaço de diálogo para a definição das políticas públicas indigenistas a serem levadas a cabo pelo governo estadual. A ação, porém, não teve continuidade, pois temos o registro de apenas três realizações do Fórum.

Em 2003, merece destaque a criação da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas – SEPI e a nomeação do primeiro indígena como secretário de estado. Em 2007, porém, a Secretaria foi extinta, dando lugar a uma Assessoria Especial dos Povos Indígenas, ligada ao Gabinete do Governador.

Em 2005, foi implementado o Conselho Estadual de Cultura – CONCULTURA, no qual as Culturas Indígenas foram contempladas com um assento, no âmbito do poder público. Não há diálogo eficiente estabelecido entre poder público e povos indígenas do Acre.

No que se refere às demais comunidades tradicionais, seringueiros e ribeirinhos, estão representadas fundamentalmente por lideranças das associações de moradores da área rural de Rio Branco.

Em 2005, quando a Fundação Garibaldi Brasil – FGB iniciou o processo de construção coletiva de políticas públicas para a Cultura, com a realização do I Fórum Municipal de Cultura, convidou indígenas, ribeirinhos, seringueiros, capoeiristas, ayahuasqueiros, quadrilheiros, entre outros, para participar do processo. Entretanto, não houve participação efetiva de indígenas, seringueiros e ribeirinhos no I Fórum.

No decorrer do processo, percebeu-se que a participação efetiva de indígenas, seringueiros e ribeirinhos, nas discussões da política cultural do município de Rio Branco, está longe de ser alcançada, a partir das condições postas e do modelo de funcionamento dos mecanismos que compõem o Sistema Municipal de Cultura. Embora componham esse Sistema, como segmento específico reconhecido no Cadastro de Cultura de Rio Branco - CCM, e com uma Câmara Temática, da área de Patrimônio Cultural, no âmbito do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC.

Em 2008, com a implementação do CMPC, a Câmara Temática de Comunidades Tradicionais contou com a participação de representantes de algumas comunidades rurais atuantes em associações de moradores, sem participação de indígenas. Naquele momento, os conselheiros discutiram pautas mais gerais do CMPC e a possibilidade de apresentar projetos integrados com outras Câmaras Temáticas, como a Câmara Temática de Turismo, por exemplo, com quem chegou a acontecer uma reunião integrada.

Em 2009, os indígenas passaram a participar e tornaram-se maioria nas reuniões, com destaque para as etnias Huni Kui, Yawanawá, Apurinã, Jaminawá e Manchineri. A esse movimento correspondeu o afastamento dos conselheiros representantes de associações de moradores da área rural, que migraram para a Câmara Temática de Movimentos Sociais, também da área de Patrimônio Cultural. Nesse momento, os indígenas reivindicaram uma Câmara Temática específica, demandando uma atenção maior às especificidades das culturas indígenas. Em 2010 os conselheiros foram convidados a atualizar o diagnóstico das Comunidades Tradicionais, construído no I Fórum de Cultura, realizado em 2005, sem a

participação de indígenas. Frente às informações, os conselheiros indígenas recusaram-se a avaliar grande parte dos itens, por se tratarem de demandas específicas das comunidades representadas pelos conselheiros que estavam presentes naquele momento. Discutiram então, a construção de um novo diagnóstico que contemplasse as culturas indígenas, abordando questões relacionadas a seus modos de vida, aos problemas de diversa natureza enfrentados por eles, à necessidade urgente de construção de políticas de preservação e promoção das tradições indígenas, para que sobrevivam ao contato com o meio urbano. Os conselheiros discutiram ainda estratégias de mobilização, para buscar representações de mais povos e etnias na Câmara Temática, e iniciaram a discussão da proposta de realização de um Seminário das Culturas Indígenas, com o objetivo de discutir e construir políticas culturais voltadas aos diversos povos indígenas do Acre. Decidiram que a proposta seria encaminhada a II Conferência Municipal de Cultura, junto com a proposta de alteração da nomenclatura da Câmara Temática para "Comunidades Tradicionais/Culturas Indígenas". A proposta foi discutida e aprovada por consenso, pela Plenária da II Conferência de Cultura de Rio Branco.

Após a II Conferência, representantes das comunidades rurais chegaram a se fazer presentes em algumas reuniões da Câmara Temática, e argumentaram que a dificuldade de transporte e a divulgação inadequada das reuniões do CMPC, no que tange à zona rural, têm dificultado a participação. Desse modo, em 2010 a Câmara Temática acabou por ter predominância de conselheiros indígenas que, em maioria, pautaram as reuniões realizadas. Em 2011 houve uma retração da participação dos indígenas nas reuniões da Câmara Temática e demais instâncias do Conselho. De um lado, em função de demandas específicas relacionadas à Saúde, Educação, e à demarcação de terras indígenas. De outro, um modelo de funcionamento do Conselho, que não atende às especificidades de povos indígenas tão diversos, no contexto urbano.

Os povos indígenas têm se empenhado na unificação das bandeiras de lutas, como por exemplo, a demarcação de terras indígenas, as lutas por melhores condições de saúde, saneamento básico e educação. Em agosto de 2011, povos indígenas originários **Huni Kui, Shanenawa, Nawa, Manchineri, Nukini,**

Kuntanawa, Madja, Apurinã, Jamamadi, Kaxarari, Jaminawa, Yawanawa, Apolima-Arara, Nawa, Poyanawa, Jaminawa Arara organizados em um Movimento Indígena Unificado – MIU realizaram o I Fórum de Saúde Indígena - Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia. O Fórum contou com a participação de 400 indígenas, entre eles caciques, lideranças, representantes de organizações indígenas, pajés, parteiras, mulheres e crianças, e com a presença convocada de autoridades e gestores públicos, para ouvirem dos indígenas reivindicações como: a criação do Conselho dos Povos Indígenas, ações de saneamento básico, de segurança alimentar, de infraestrutura física nos pólos, nas aldeias e nas unidades de saúde, criação de políticas diferenciadas de prevenção de doenças e promoção de saúde indígena.

Em 2012, diversos indígenas à época acampados na FUNAI por questões relacionadas à demarcação de terras, saúde e educação, compareceram ao I Fórum Setorial Integrado das áreas de Arte, Esporte e Patrimônio Cultural, acompanhados do articulador da Câmara Temática, e reivindicaram flexibilidade no Regimento Interno do CMPC, no que diz respeito ao direito de votar. O Regimento determina que um conselheiro só tem direito a voto nas instâncias de deliberação, se participar das três últimas reuniões da Câmara Temática de seu segmento de atuação. Grande parte das lideranças indígenas vive em trânsito, passando parte de seu tempo nas aldeias e outra parte nas cidades, de modo que as regras do Regimento prejudicam sua participação. Não assegurando seu direito a voto, os indígenas retiraram-se do Fórum.

A Câmara Temática Comunidades Tradicionais/Culturas Indígenas apresenta atualmente um funcionamento muito frágil, com poucas reuniões realizadas, baixa participação de indígenas e nenhuma de outras comunidades tradicionais.

5.2.3 Culturas Ayahuasqueiras

Praticados milenarmente por povos indígenas amazônicos, os rituais realizados com a bebida Ayahuasca começaram, a partir da década de 30, a transpor os limites da floresta e ganhar o mundo. O contato entre indígenas e seringueiros originou a Doutrina do Santo Daime, manifestação religiosa e cultural

nascida em Rio Branco, que inclui fundamentos cristãos, afro brasileiros, espíritas e indígenas, caracterizando um sincretismo religioso popular único. Dessa linha inaugurada por Raimundo Irineu Serra, surgiram outras, como a Barquinha, de Daniel Pereira de Matos, em 1945, e a União do Vegetal – UDV, de Gabriel Costa, em 1960.

Hoje, os rituais ayahuasqueiros são considerados como uma das principais bases das identidades culturais de Rio Branco e do Acre, nascida no seio da Floresta Amazônica em pleno século XX. Em Rio Branco, existem aproximadamente 21 centros com registro formalizado que fazem uso da Ayahuasca em rituais religiosos, divididos entre as linhas doutrinárias existentes: Alto Santo, Barquinha e UDV.

As gestões municipal, estadual e federal, a partir de 1999, passaram a enxergar a Ayahuasca, em suas diferentes manifestações, como uma das mais autênticas vertentes culturais de Rio Branco, reunindo elementos dos patrimônios material e imaterial. Nesse sentido, em setembro de 2006, o Centro de Iluminação Cristã Luz Universal – CICLU - Alto Santo, foi tombado como patrimônio histórico e cultural de Rio Branco e do Acre. Entretanto, apesar dessa nova perspectiva, os ayahuasqueiros necessitavam de políticas públicas que respondessem a demandas específicas deste segmento. Além disso, eles ainda não se enxergavam como parte integrante da cultura local e as diversas comunidades ayahuasqueiras também não tinham o hábito de debater coletivamente assuntos de interesse comum.

Em 2005, no I Fórum Municipal de Cultura, a FGB iniciou um novo tipo de diálogo com os setores culturais, e propôs a ampliação da abrangência de sua atuação para além das linguagens artísticas, incluindo as diversas expressões do Patrimônio Cultural no processo de construção da política cultural de Rio Branco. As comunidades ayahuasqueiras foram convidadas para conversar e, junto aos demais segmentos, expor suas expectativas e demandas. No momento da realização do I Fórum, não havia representação específica da Ayahuasca, de modo que os fazedores deste segmento trabalharam junto às demais comunidades tradicionais locais. O documento final do Fórum apresentou várias demandas dos ayahuasqueiros, como o combate ao preconceito, a realização de um mapeamento

dos centros e comunidades ayahuasqueiras e a organização de espaços de memória.

No contexto das reuniões para a construção do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco – SMC os representantes das "Culturas Ayahuasqueiras" reivindicaram a separação das Comunidades Tradicionais e passaram a compor um segmento da área de Patrimônio Cultural. Consequentemente, constituíram uma Câmara Temática específica no âmbito do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Rio Branco – CMPC.

A CT de Culturas Ayahuasqueiras iniciou seu funcionamento em 2008, passando a discutir e pactuar pautas de interesse comum. E o mais importante: integrando ativamente o movimento cultural acreano, vislumbrando a possibilidade de garantir espaço dentro das políticas públicas municipais.

A Câmara trabalha com uma média de 25 conselheiros por reunião, agregando cerca de sete, dos 21 centros formalizados situados em Rio Branco. Em 2009, aprovou um projeto, pactuado coletivamente na Câmara, no edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e realizou um curso de formação em História Oral e Memória, voltado à organização e qualificação dos espaços de memória das comunidades.

Em 2010, com o apoio da FGB e da FEM, realizou o Seminário "Comunidades Tradicionais da Ayahuasca: Construindo Políticas Públicas para o Acre". No Edital 2011, da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, a CT apresentou e aprovou a segunda etapa do curso de formação, dessa vez com temática voltada para o registro audiovisual. Além disso, seus conselheiros participam efetivamente das reuniões de todas as instâncias do CMPC: câmara, colegiado fóruns e conferências, realizando ações como a atualização do diagnóstico construído em 2005 para compor o Plano Municipal de Cultura, a elaboração de propostas para o formato dos editais dos mecanismos de financiamento e a avaliação do funcionamento do SMC. Ao longo desses anos, as comunidades também apresentaram seus projetos, com foco no resgate e no registro de suas histórias, na criação de espaços de memória, na realização de pesquisas e na publicação de álbuns e revistas, entre outras ações.

Importante ressaltar as discussões da Câmara Temática de Culturas Ayahuasqueiras junto a instituições como o Instituto de Meio Ambiente do Acre –

IMAC, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA e a Secretaria Estadual de Floresta – SEF. Desde 2007, um grupo composto por representantes das três linhas autodenominadas tradicionais iniciou, com os referidos órgãos, a discussão sobre a regulamentação da colheita e do transporte do cipó Banisteriopsis (jagube) e da folha Psychotria Viridis (chacrona), plantas utilizadas no preparo da bebida Ayahuasca. A Câmara Temática encampou esse diálogo e, após a realização do Seminário, uma Resolução conjunta do Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - CEMACT e do Conselho Estadual de Floresta - CFE, de 20 de dezembro de 2010, foi aprovada, regulamentando a extração, a coleta e o transporte do cipó Banisteriopsis e das folhas do arbusto Psychotria Viridis, utilizadas na preparação da Ayahuasca - também conhecida como Daime, Santo Daime, Vegetal ou Hoasca - no território do Estado do Acre.

A Câmara Temática de Culturas Ayahuasqueiras possui dinâmica própria: seu articulador mobiliza os demais conselheiros, organiza as pautas e media as reuniões, as Atas são feitas pelos próprios conselheiros e, além disso, a Câmara possui um blog, atualizado constantemente, também pelos conselheiros. Atualmente, entre os principais desafios deste segmento estão o combate à discriminação e ao preconceito, e o registro do uso ritual da Ayahuasca como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira. O Inventário de Referências Culturais está sendo construído, a fim de subsidiar o processo de Registro, que se encontra em tramitação no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, desde 2007.

Os conselheiros realizam um trabalho de articulação contínuo, no sentido de garantir a continuidade das reuniões, a fim de fortalecer as pautas coletivas e consolidar os trabalhos desenvolvidos, rumo à construção de políticas públicas efetivas para culturas ayahuasqueiras. Por isso, planejam realizar em 2012, um segundo encontro setorial, o I Fórum Setorial das Culturas Ayahuasqueiras, a fim de avaliar em que medida as demandas pautadas, discutidas e organizadas no Seminário de 2010, foram atendidas, e também de avançar, no sentido de cobrar dos diversos órgãos e instituições aos quais encaminharam suas propostas, registradas no documento final que resultou do referido Seminário, as providências necessárias para efetivá-las.

5.2.4 Culturas Afrobrasileiras

Rio Branco, ao longo de seu processo de ocupação, foi lugar de encontro de diferentes grupos étnicos e sociais: indígenas, que aqui já estavam como habitantes primeiros, e nordestinos, negros, sírios, libaneses, portugueses, italianos, entre outros, são formadores das identidades culturais locais. Merece destaque a presença da cultura afrobrasileira nessa construção, expressa na musicalidade, na dança, na capoeira, na culinária e na religiosidade, entre outros aspectos.

Em Rio Branco, os grupos que atuam nas diversas manifestações que compõem a Cultura Afrobrasileira sempre estiveram presentes no cenário cultural local, mas não organizados em sua diversidade, no âmbito de uma entidade que os reunisse e fortalecesse para os diálogos e articulações junto aos órgãos públicos e à iniciativa privada. A Liga Acreana de Capoeira, por exemplo, realizava seus batizados, encontros e rodas, voltados aos interesses dos capoeiristas. As casas das religiões de matriz africana não dialogavam entre si, com vistas a uma ação sistematizada, no sentido de combater o preconceito e a discriminação e promover o respeito às diversas expressões da religiosidade de matriz africana existentes em Rio Branco. Desta forma, havia, em Rio Branco e no Acre, a forte presença da cultura afrobrasileira, mas era notória a falta de um espaço de diálogo e articulação, onde as demandas e interesses comuns pudessem ser discutidos e organizados.

A realização de duas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial, de duas Conferências Nacionais de Cultura, duas Estaduais de Cultura - Acre, e três Municipais – Rio Branco (2007/2009/2011), e o funcionamento dos Conselhos de Cultura Estadual - CONCULTURA e Municipal - CMPC resultaram na organização dos fazedores que atuam nas diversas manifestações da cultura afrobrasileira presentes em Rio Branco, e em todo estado do Acre. Um coletivo de fazedores que vêm debatendo as questões afetas as diversas expressões afrobrasileiras existentes e em atuação no município de Rio Branco e no Acre, reivindicando a construção e implementação de políticas públicas para a cultura, bem como de promoção da igualdade racial, de modo a criar condições para superar uma exclusão histórica e sair da invisibilidade.

Em dezembro de 2005, após a participação de representantes do Acre e de Rio Branco na I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, foi criado o Centro de Estudos e Referências da Cultura Afro-Brasileira do Acre – CERNEGRO/AC. A ideia era formar uma entidade que produzisse e referenciasse os debates estadual e municipal articulados ao debate nacional, e com isso, congregasse todo o movimento, pautando interesses comuns junto ao poder público, nas suas diversas esferas, e à iniciativa privada.

Ainda em 2005, foi realizado o I Fórum Municipal de Cultura, coordenado pela FGB. As diversas representações das culturas afrobrasileiras participaram, pautando demandas como a necessidade de uma maior articulação entre as várias manifestações da Cultura Afrobrasileira em Rio Branco e a realização de pesquisas e mapeamentos sobre essa temática. Era esse o embrião de um movimento novo, aglutinador, que reuniria todas as manifestações do movimento negro no estado e no município, trazendo a oportunidade de um diálogo mais amplo.

A primeira reivindicação foi o reconhecimento formal da cultura afrobrasileira, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco – SMC, como um segmento da área de Patrimônio Cultural, podendo constituir Câmara Temática própria no Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC. Importante registrar que os fazedores da cultura afrobrasileira participaram ativamente dos Fóruns Preparatórios e da I Conferência Municipal de Cultura e, a partir da implementação do SMC, fortaleceram essa participação, como conselheiros da Câmara Temática de Culturas Afrobrasileiras do CMPC.

A primeira missão de seus conselheiros foi justamente fazer com que as diversas manifestações que a integravam: capoeira, religiosidade, música, entre outras, além de representações de órgãos públicos, interagissem e dialogassem em torno de pautas comuns. Esse trabalho inicial, por si só, já representou seu primeiro avanço concreto. Posteriormente, foram realizados debates acerca da implementação da Lei Nº 10.639/2003, que torna obrigatória a temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da Rede de Ensino. Partiu da Câmara Temática a iniciativa de abordar essa questão junto aos órgãos públicos responsáveis pela Educação e pela Cultura, nos níveis municipal e estadual. E foi também no âmbito desta Câmara Temática que surgiu a ideia da criação do Fórum

Permanente de Educação Étnico Racial e da Rede Amazônia Negra, além das várias articulações para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

A Câmara Temática de Culturas Afrobrasileiras também se tornou parceira, com o apoio da FGB e da FEM, da Semana da Consciência Negra, culminando na realização de um trabalho ao longo de todo o mês de novembro nas escolas e nos espaços públicos, envolvendo debates, seminários e exposições sobre a Cultura Afrobrasileira.

Os conselheiros participaram da avaliação do SMC, do processo de construção (2005/2011) e da aprovação do Plano Municipal de Cultura na III Conferência Municipal de Cultura, e têm apresentado anualmente suas propostas para o formato dos editais dos mecanismos de financiamento do SMC: Lei Municipal de Incentivo à Cultura e Fundo Municipal de Cultura - FMC.

Em 2010, foi realizado o Encontro Nacional Pró-Capoeira, antecedido de encontros estaduais e regionais, com o objetivo de subsidiar a elaboração do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – Pró-Capoeira, coordenada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Em Rio Branco aconteceu um encontro preparatório, o Pró-Capoeira Acre, organizado pela Câmara Temática de Culturas Afro-Brasileiras, com o apoio da FGB e da FEM. O Encontro teve como objetivo a organização de um documento com propostas pactuadas coletivamente, que foram encaminhadas e defendidas no Encontro Pró-Capoeira da Região Norte, bem como no Encontro Nacional, por representantes eleitos para esse fim.

Em maio de 2011, foi criado o Comitê Gestor de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no âmbito da Prefeitura Municipal de Rio Branco, com a missão de propor, articular e acompanhar atividades voltadas à população negra e indígena, bem como planejar e avaliar atividades executadas pelo Poder Público Municipal. A criação do Comitê foi resultado das articulações dos conselheiros e demais fazedores da cultura afrobrasileira, bem como da ação da Câmara Temática de Culturas Afrobrasileiras, e tem contribuído para dar maior visibilidade a causa e as demandas postas. Além disso, as articulações realizadas são permanentemente divulgadas pelos conselheiros, em encontros, fóruns e conferências, de âmbito municipal, estadual e federal. Em 2012 foi criado o Conselho Municipal de Promoção

da Igualdade Racial - COMPIR, com o propósito maior de coordenar a construção do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial. A FGB e o CMPC têm assento no COMPIR, que teve seus conselheiros empossados no mês de setembro.

Entre os desafios do segmento, figura como ponto estratégico a criação de um órgão gestor municipal voltado especificamente para as questões relacionadas às populações afrodescendentes, e o desenvolvimento de políticas públicas de combate ao racismo, à discriminação e à intolerância religiosa. Além disso, os conselheiros destacam a necessidade de criação de programas específicos para implementação efetiva das Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008.

5.2.5 Culturas Populares

As manifestações das "Culturas Populares" presentes no Acre reforçam a matriz nordestina que, a partir da chegada dos primeiros imigrantes ao estado, foi determinante para a formação cultural do povo acreano. Os folguedos populares, por exemplo, na sua grande maioria possuem raiz nordestina. É evidente que, com o passar do tempo, foram criando identidade própria, incorporando definitivamente traços amazônicos.

Em Rio Branco, as manifestações mais comuns são as Quadrilhas Juninas, os Blocos Carnavalescos, as Fanfarras, a Marujada, as Pastorinhas e os folguedos presentes na Capoeira, como o samba de roda, o maculelê e a dança do facão, entre outras. O caso das Quadrilhas Juninas é bastante emblemático para se compreender o encontro entre a cultura nordestina e a acreana. Se o Nordeste optou pela estilização, o Acre afirma suas tradições na quadrilha de passo marcado pelo animador/gritador. Além disso, embora as quadrilhas acreanas tenham uma diferenciação rítmica acelerada, elas mantêm no seu figurino a chita e os "calçolões" brancos, além de preservar o "anamê" e o "alavantú".

A Marujada chegou ao Acre por influência amazonense, pela região do Juruá, já assumindo características próprias, perdido o traço religioso, e ganhado o status de folguedo carnavalesco.

Já as Pastorinhas mantêm as características do auto de natal, retratando por meio de uma peça teatral cantada de anunciação do nascimento de Jesus.

As Fanfarras, originalmente bandas marciais que acompanhavam os cortejos cívicos, a partir de meados da década de 80 tornaram-se grupos musicais, no caso de Rio Branco, funcionam prioritariamente em escolas.

Os Blocos de Carnaval, uma tradição no Acre desde a primeira década do século XX, de certa forma acabaram perdendo espaço, após as adaptações feitas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal - no Carnaval Popular, realizado anualmente.

No que se refere à organização, apenas as Quadrilhas Juninas e as Fanfarras alcançaram o status de movimento organizado. As Quadrilhas criaram em 2001, a Liga de Quadrilhas Juninas do Acre – LIQUAJAC. Como essa manifestação era bastante atuante, tanto na capital, como no interior do Estado, optou-se pela formação de uma entidade que representasse e organizasse todos os grupos, fomentando suas atividades, realizando trabalhos sócio-culturais e festivais, além de abrir possibilidades para a captação de recursos.

Desde 2001, a LIQUAJAC realiza anualmente o Campeonato Estadual de Quadrilhas Juninas e, em 2006, passou a realizar também Circuitos Municipais. Para isso, a LIQUAJAC articula parcerias e conta com o apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Rio Branco e do Governo do Estado do Acre. Também movimenta recursos federais, via emendas parlamentares, através dos quais construiu e equipou, em 2007, o Centro de Tradições Populares, espaço cultural voltado para as atividades das diversas manifestações das Culturas Populares locais.

As Fanfarras estão organizadas na Associação de Bandas e Fanfarras do Acre – ABANFACRE, filiada à Confederação Nacional de Bandas e Fanfarras do Brasil. A ABANFACRE foi criada em 2001, com o objetivo de organizar as fanfarras existentes e atuantes do Acre, e é responsável pela realização do Campeonato Estadual de Bandas e Fanfarras do Acre, reunindo grupos de todo o estado.

Em 2005, momento em que a gestão municipal dá o passo inicial para a criação de um Sistema de Cultura para Rio Branco, com a realização do I Fórum Municipal de Cultura, os fazedores das Culturas Populares presentes em Rio Branco foram convidados a participar, discutir suas demandas e propostas, no grupo das "Comunidades Tradicionais". Nesse grupo, também estavam representadas as Comunidades Ayahuasqueiras, a Capoeira e as Culturas Indígenas.

No que se refere às Culturas Populares, estas estavam representadas principalmente pelos diversos grupos componentes da LIQUAJAC. Houve, por parte da FGB, mobilização junto às demais manifestações, mas o grau de organização em que as Quadrilhas já se encontravam explica, em grande medida, essa participação mais efetiva.

No diagnóstico construído, entre demandas específicas das demais manifestações participantes, já figurava a necessidade de maior suporte, por parte do poder público, para as manifestações das Culturas Populares, tanto no que se refere à preservação dos seus modos de saber e de fazer, como a sua organização como movimento, para além das quadrilhas juninas. Também já aparecia, nesse diagnóstico, a necessidade de construção de um espaço voltado especificamente para essas práticas.

No momento de realização dos Fóruns Preparatórios e da I Conferência Municipal de Cultura, outras manifestações participaram do processo. Algumas timidamente, outras de modo mais ativo. As Pastorinhas, o grupo Jabuti Bumbá, a Marujada e as Quadrilhas Juninas, estavam presentes, seja nas apresentações, seja na Plenária de debates.

Essa maior proximidade com o processo de construção de políticas públicas contribuiu para que, em 2008, momento de implementação do Sistema Municipal de Cultura – SMC, a Câmara Temática de Culturas Populares pudesse refletir a diversidade das manifestações das Culturas Populares presentes em Rio Branco. Nesse primeiro momento, participaram o grupo Jabuti Bumbá, Marujada, as Pastorinhas, os Blocos de Carnaval e a Liga de Quadrilhas. Entre outras questões, discutiram a necessidade de se preservar os fazeres das Culturas Populares locais, além de estratégias para trazer novos conselheiros para as reuniões, garantindo a participação de outras manifestações.

No ano seguinte, a Câmara Temática de Culturas Populares participou das discussões mais gerais do CMPC, apresentando propostas para o formato dos editais do Fundo Municipal de Cultura – FMC e da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, atualizando o diagnóstico construído em 2005 e avaliando o funcionamento do Sistema Municipal de Cultura - SMC. Além disso, os conselheiros pactuaram a realização de um Seminário de Culturas Populares.

Cabe destacar que os Blocos de Carnaval e a Marujada não se fizeram presentes nas reuniões de 2009, em grande parte por não se sentirem contemplados em sua demanda pelo retorno do carnaval popular de rua, tal como era realizado nas décadas de 70 e 80. Em contrapartida, a Câmara Temática contou com a presença de representantes do Grupo da 3ª Idade Redescobrindo a Vida, do Centro Cultural Lydia Hammes.

Em 2010, não houve reuniões desta Câmara Temática por falta de quórum, evidenciando uma dispersão ou afastamento intencional da discussão da política pública. Em 2011, como estratégia de mobilização para reativação da Câmara Temática, em uma articulação feita junto à LIQUAJAC, a reunião do mês de maio foi realizada no âmbito do Seminário de Culturas Caipiras, contando com quase 100 participantes.

A estratégia de mobilização garantiu o funcionamento da Câmara Temática em 2011, com a presença ampliada de fazedores das fanfarras, dos blocos de carnaval, dos folguedos, das pastorinhas, do Jabuti-Bumbá. Os conselheiros participaram do processo de construção do Plano Municipal de Cultura, deliberado e aprovado na III Conferência Municipal de Cultura, em 2011, e prosseguem a discussão, rumo ao Plano Estadual de Cultura.

Outra pauta que tem feito parte das discussões da Câmara Temática é a realização do I Seminário Municipal de Culturas Populares, com o objetivo de **aprofundar e fortalecer a discussão de políticas setoriais para as culturas populares.**

5.2.6 Espaços de Memória, Arquivos e Museus

Em 1999, com o início de uma nova gestão no governo do estado do Acre, inaugurou-se uma política de reconfiguração e restauração do espaço público urbano e arquitetônico, especialmente no tocante aos patrimônios históricos e culturais. A justificativa para tal iniciativa pautava-se no resgate da autoestima e do sentimento de pertencimento do acreano, através da valorização de suas identidades culturais.

Rio Branco, como capital, recebeu investimentos concretos nesse sentido. Como exemplos destacam-se a revitalização do Calçadão da Gameleira; a

restauração do Mercado Velho e seu entorno; a reforma da Praça Plácida de Castro, transformada em Praça da Revolução; a revitalização do Palácio Rio Branco e seu complexo: chafariz, Praça Eurico Dutra, transformada em Praça dos Povos da Floresta, Memorial dos Autonomistas e Theatro Hélio Melo revitalizados. Além disso, o governo do estado também optou por homenagear personalidades e eventos históricos marcantes, renomeando antigos logradouros e avenidas.

Essa política também se estendeu aos chamados "Espaços de Memória". O Museu da Borracha, criado em 1978, pelo então governador Geraldo Mesquita, foi reformado; o Palácio Rio Branco, de 1930, também passou por uma reforma e se tornou um Museu. Foram inaugurados novos espaços, como o Memorial dos Autonomistas, em 2002, a Casa dos Povos da Floresta, em 2003, e a Biblioteca da Floresta, em 2007.

Além dos Espaços de Memória geridos pelo poder público, também foram criados espaços privados, como a Sala de Memória Bacurau, a Casa de Memória João Eduardo, o Museu da Luz, as casas e Salas de Memória dos Centros Ayahuasqueiros - como a Casa de Memória Daniel Pereira de Matos, a Sala de Memória Madrinha Chica Gabriel, a Sala de Memória Mestre Antônio Geraldo, o Memorial Raimundo Irineu Serra e a Sala de Memória da União do Vegetal – Núcleo João Lango Moura.

Diante dessa realidade, estava posta a necessidade de os poderes públicos contemplarem esse setor com políticas específicas. No âmbito estadual, a instalação do Conselho Estadual de Cultura – CONCULTURA, com assento específico para o Patrimônio Histórico, criou um espaço de discussão e de construção de políticas públicas para a cultura no Acre.

No âmbito municipal, o primeiro passo foi dado em 2005, com a realização do I Fórum Municipal de Cultura, no qual foi formado um grupo de discussão intitulado "Centros de Preservação", onde estavam representados o Departamento de Patrimônio Histórico – DEPATHIS, órgão ligado a Fundação Elias Mansour – FEM, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/AC, os Espaços de Memória geridos pelo Governo do Estado, a Universidade Federal do Acre – UFAC, os Centros Culturais geridos pela FGB, representantes dos diversos Centros Ayahuasqueiros de Rio Branco, o Centro de Documentação, Direitos Humanos e

Educação Popular – CDDHEP, a Casa de Memória Bacurau, o Arquivo Municipal da Prefeitura de Rio Branco, Arquivo Geral do Estado, entre outros artistas e gestores de Secretarias afins da Prefeitura Municipal. As discussões pautaram-se principalmente na necessidade de valorização dos Espaços de Memória de Rio Branco, apontando para a urgência de se realizar ações e de se criar políticas de valorização, preservação e divulgação dos acervos neles guardados.

No processo de elaboração da Minuta do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco – SMC, a demanda pelo reconhecimento e valorização dos espaços de memória existentes em Rio Branco concretizou-se e, por decisão da Plenária dos Fóruns Preparatórios para a I Conferência de Cultura de Rio Branco, realizados em 2007, os "Arquivos, Museus, Salas de Memória, Centros Culturais e Coleções Particulares", passaram a formar um segmento específico da área de Patrimônio Cultural, com direito a inscrição no Cadastro Cultural do Município de Rio Branco – CCM, e à formação de Câmara Temática, no âmbito do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC.

A Câmara Temática Arquivos, Museus, Salas de Memória, Centros Culturais e Coleções Particulares iniciou seu funcionamento em 2008, com a implementação do SMC. Participaram das primeiras reuniões os coordenadores dos espaços de memória geridos pelo governo do estado, gestores da FGB, UFAC, Tribunal de Justiça do Acre, Fundação João Eduardo, além de historiadores e agentes culturais. Discutiu-se, entre outros pontos, a dinamização dos Espaços de Memória do município, adequação da infraestrutura para guarda dos acervos e para garantia do acesso da população, previsão orçamentária específica para o segmento, formação e melhoria das condições de trabalho dos profissionais que atuam no segmento. Além dessas pautas específicas, os conselheiros participaram também das pautas relacionadas aos editais anuais dos dois mecanismos de financiamento de projetos culturais: a Lei Municipal de Incentivo à Cultura e o Fundo Municipal de Cultura - FMC.

Em 2009, os conselheiros pactuaram a apresentação de projetos para a Lei Municipal de Incentivo e para o Fundo Municipal de Cultura – FMC; pautaram a necessidade de os Espaços de Memória de Rio Branco vincularem-se ao Sistema Nacional de Museus; apresentaram propostas para a realização da Semana de

Museus; avaliaram o funcionamento do SMC; atualizaram o diagnóstico construído em 2005, e discutiram estratégias de mobilização para a participação de novos conselheiros na Câmara Temática.

Em 2010, houve uma desmobilização dos conselheiros e o consequente enfraquecimento da Câmara Temática. Os gestores dos espaços de memória geridos pelo Estado eram maioria e, em grande medida, davam a tônica da Câmara Temática. Com a mudança de governo, foram fechados alguns espaços de memória estaduais que, durante alguns meses, permaneceram sem gestores. Nesse contexto, surgiu a proposta de fusão da Câmara Temática Espaços de Memória com a Câmara Temática Humanidades e Historiografia Acreana. Entretanto, essa fusão não foi aceita pelos conselheiros que ainda frequentavam as reuniões, por entenderem a necessidade de se pensar o segmento de forma estratégica, construindo propostas que apontassem para a consolidação de uma política pública específica e de uma agenda política construída de forma conjunta, entre poder público e sociedade civil.

Em 2011, a Câmara Temática participou do processo de construção do Plano Municipal de Cultura e da deliberação do Plano Municipal de Cultura na III Conferência de Cultura de Rio Branco.

5.2.7 Humanidades e Historiografia Acreana

O Acre é um estado multiétnico. Sua população é constituída originalmente por indígenas de diversas etnias e, com a ocupação do território, por descendentes de todos os povos que historicamente formaram a sociedade brasileira. Possui ainda 15 etnias indígenas reconhecidas e organizadas, além dos povos isolados, que habitam as florestas há cerca de cinco mil anos. Essa sociedade multifacetada apresenta, entretanto, uma intensa identificação sociocultural. O sentimento de ser acreano é muito mais amplo que suas fronteiras, o que é facilmente percebido por qualquer pessoa que conhece o Acre. Com apenas 100 anos de "reconhecimento", as identidades históricas e culturais do povo acreano incluem aspectos muito específicos, como as histórias e modos de saber e fazer dos chamados "povos da floresta", por exemplo. O povoamento da região por outros tantos povos que

também contribuíram para a formação do estado, as lutas para pertencer ao Brasil, e posteriormente, para ser reconhecido como um estado da federação, além da atuação de líderes como Chico Mendes e Wilson Pinheiro, também são exemplos dessa especificidade. Portanto, a compreensão das singularidades do estado do Acre não pode ser completa sem a consciência da gênese desse povo e de suas trajetórias históricas.

Como os elos entre a história e a cultura são bastante estreitos, no processo de construção do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco – SMC surgiu a proposta de contemplar os pesquisadores, fossem ou não historiadores por formação, mas também geógrafos, cientistas políticos, jornalistas, entre outras profissões, que têm contribuído com a construção da historiografia acreana. Por esse motivo, a Plenária dos Fóruns Preparatórios para a I Conferência de Cultura de Rio Branco, na qual foi deliberado o SMC, optou por constituir a "Historiografia Acreana, incluindo produções de outros campos do conhecimento: hemerografia, antropologia, geografia, sociologia etc." um segmento específico da área de Patrimônio Cultural, com direito a inscrição no Cadastro Cultural do Município de Rio Branco – CCM e a formação de Câmara Temática no âmbito do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC.

Em 2008, nas primeiras reuniões da Câmara Temática, os conselheiros optaram por traçar um perfil de atuação, buscando visualizar de que maneira as pesquisas e os estudos realizados neste campo poderiam ser vistos, ou ter relações diretas com as práticas culturais. Participavam da Câmara Temática, nesse momento, fundamentalmente acadêmicos de cursos como Serviço Social, História, Geografia, Ciências Sociais e Jornalismo. Posteriormente, iniciaram suas participações também professores e membros de grupos de pesquisa, principalmente da Universidade Federal do Acre – UFAC.

Em 2009, a CT participou do Seminário Historiografia e Ciências Humanas, em parceria com o Grupo de Pesquisa Gaya, e organizou, com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, o Seminário "A Historiografia Amazônica em Debate". Ainda em 2009, a Câmara atravessou um momento de baixa participação, devido a uma evasão dos conselheiros. Nesse contexto surgiu a proposta de fusão com a Câmara Temática de Espaços de Memória, a qual não foi aceita pelos

conselheiros que ainda frequentavam as reuniões da Câmara Temática Espaços de Memória. Na ocasião, surgiu, no âmbito da Câmara Temática Historiografia Acreana proposta de modificação de sua nomenclatura, com o objetivo de ampliar e diversificar a participação, trazendo novos conselheiros, de outras áreas, para participar. A proposta foi aceita, e a Câmara Temática passou a se chamar "Historiografia Acreana e Humanidades".

A Câmara Temática participou das discussões mais gerais do CMPC, construindo seu diagnóstico, avaliando o funcionamento do SMC e apresentando suas propostas para o formato dos editais dos mecanismos municipais de financiamento à Cultura. Entre as pautas que ganharam maior destaque durante as reuniões estão: a construção de uma política de valorização das identidades culturais do Acre e de Rio Branco; a inserção de novas temáticas no currículo oficial da disciplina História nas escolas públicas; a articulação de uma parceria entre a UFAC e outras universidades federais, com vistas à realização de um doutorado em História, no município de Rio Branco.

Em 2011, os conselheiros apresentaram propostas para os Editais dos mecanismos de financiamento municipais, participaram dos Fóruns Setoriais e defenderam suas propostas para o Plano Municipal de Cultura, deliberado na III **Conferência de Cultura de Rio Branco.**

5.2.8 Movimento Social

Os chamados "movimentos sociais" são fruto de determinados contextos históricos e sociais e, para muitos estudiosos, constituem-se na mais poderosa força de mudança de nossa sociedade. Na grande maioria dos casos, organizam-se para dar encaminhamento a ações em prol de políticas sociais e públicas, nas mais diferentes esferas: saúde, educação, economia, religião, gênero, política, habitação, questões étnico raciais, entre outras, seja por meios institucionais, ou para além destes.

No caso específico do Acre, vários são os exemplos de organização da sociedade na luta por um ideal: a Revolta dos Autonomistas, na década de 60; os empates, pelos seringueiros, na década de 70; e, mais recentemente, o movimento

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros; o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MOHAN; o Movimento Negro; os Movimentos Comunitários, entre outros. As temáticas abordadas pelos Movimentos Sociais quase sempre são transversais a muitas outras áreas e acompanham as dinâmicas urbana e rural, forjando modos de fazer e ser que se traduzem nas lutas e em formas de expressão que passam a compor o universo cultural local. Percebendo a força e a importância desses movimentos, bem como diante da necessidade de contemplar os movimentos de base comunitária com forte atuação nos bairros de Rio Branco, com possibilidades de intervenções concretas na área cultural, no decorrer do processo de construção do Sistema Municipal de Cultura – SMC, optou-se por assegurar aos movimentos sociais, o direito de compor o SMC, como um segmento da área de Patrimônio Cultural, com campo de inscrição no Cadastro Cultural do Município de Rio Branco - CCM e Câmara Temática própria, no âmbito do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC.

A Câmara Temática de Movimentos Sociais iniciou seu funcionamento em 2008, contando com ampla representação. As reuniões iniciais contaram com a participação de uma média de 30 conselheiros, principalmente dos movimentos comunitários e das representações dos bairros, do MOHAN e do Movimento Negro.

Inicialmente, os conselheiros optaram por traçar o perfil da Câmara Temática e definir de que maneira os diferentes movimentos sociais representados na Câmara Temática poderiam se enxergar como parte da Cultura e da área de Patrimônio Cultural, compreendendo-se como importantes atores na formação de Rio Branco e do Acre. Era urgente, portanto, encontrar maneiras eficazes de promover o diálogo entre os Movimentos Sociais e a Cultura, para que a mesma fosse um ponto de partida para a realização de ações junto às comunidades em que atuavam.

Ao mesmo tempo, os conselheiros foram convidados a participar das pautas mais gerais do CMPC, como a construção do Regimento Interno do Conselho; a apresentação de propostas para o formato dos editais da Lei de Incentivo à Cultura e do Fundo Municipal de Cultura – FMC, mecanismos municipais de financiamento; a construção do diagnóstico do segmento; a organização e pactuação de demandas

específicas, a definição dos focos e das prioridades do segmento, rumo ao Plano Municipal de Cultura.

Durante a construção do diagnóstico, a principal demanda apresentada, consensuada entre os conselheiros, foi a necessidade de formação, com foco na elaboração de projetos para a captação de recursos, para que os movimentos sociais pudessem desenvolver projetos artísticos, culturais e esportivos nas suas comunidades. Além disso, os conselheiros destacaram a necessidade de maior participação dos líderes comunitários na definição das políticas públicas e do orçamento municipal, e a realização de ações mais efetivas nos bairros, com foco na educação patrimonial e na preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Rio Branco.

Como estratégia para agregar novos conselheiros para a Câmara Temática, principalmente líderes comunitários e conselheiros dos Conselhos das (sete) Regionais Administrativas, com o objetivo de qualificar as discussões da Câmara Temática e, consequentemente, aprofundar e qualificar o diagnóstico do segmento, os conselheiros pactuaram a realização do Seminário dos Movimentos Sociais de Rio Branco. O eixo norteador do Seminário seria a construção de políticas públicas para os Movimentos Sociais de Rio Branco, com foco na área cultural, definindo quais seriam os caminhos a serem trilhados pelos Movimentos Sociais no campo da Cultura. Algumas reuniões preparatórias para o Seminário chegaram a acontecer, mas a Câmara enfrentou o afastamento de alguns conselheiros mais atuantes, e **fragilizou sua atuação**.

Em 2011 a Câmara realizou apenas uma reunião, mobilizada pela FGB, com o objetivo de não deixar nenhum segmento fora das discussões do Plano Municipal de Cultura.

5.2.9 Turismo

A região do Vale do Acre, onde o município de Rio Branco está localizado, possui enorme potencial turístico, em razão da diversidade cultural, principalmente das belezas naturais de seu território. Esse potencial, se utilizado de maneira equilibrada e consciente, com a participação da comunidade receptora, poderá

contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, gerando receita e postos de trabalho, contribuindo com a valorização e o fortalecimento das identidades culturais locais, estimulando a preservação do meio ambiente.

O potencial turístico do Vale do Acre começou a ganhar destaque a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer – SETUL e com a consolidação das primeiras rotas turísticas. Nesse momento, teve início uma discussão, no sentido de destacar não apenas o ecoturismo, até então preponderante na Amazônia, mas também o Turismo Cultural, dando ênfase aos "saberes e fazeres" dos povos da floresta.

No âmbito municipal, desde 2004 a gestão do Turismo está a cargo da Fundação Garibaldi Brasil – FGB, que também tem sob sua responsabilidade as áreas Arte, Patrimônio Cultural e Esporte e Lazer. Na estrutura organizacional da FGB, que conta apenas com dezesseis cargos comissionados, uma vez que nunca houve concurso público para o órgão, o Turismo possui uma coordenação, responsável pela gestão da política de Turismo de Rio Branco.

Em 2005, os profissionais do Turismo estavam começando a se organizar. Não havia um espaço comum onde gestores públicos, empresários, guias e turismólogos pudessem discutir e pactuar propostas de interesse comum. Destacam-se, nesse período, a atuação do Sindicato dos Guias de Turismo, com ações voltadas à valorização do trabalho dos Guias e para a inserção dos profissionais no Cadastro da EMBRATUR, e o Centro Acadêmico de Turismo Thomas Cook, da Faculdade da Amazônia Ocidental – FIRB/FAAO, com atuação mais voltada aos interesses dos estudantes, apesar de realizar diálogos com a SETUL e com a Prefeitura. Cabe destacar que o primeiro curso de bacharelado em Turismo do Acre teve início em 2003, na FIRB/FAAO.

Ainda em 2005, a FGB realizou o I Fórum de Cultura de Rio Branco, convidando os diversos fazedores culturais para discutir e planejar os rumos da gestão cultural. O Turismo não realizou uma reunião específica no âmbito do Fórum, mas algumas de suas demandas podem ser identificadas nas discussões do Artesanato, dos Centros de Preservação e de outros segmentos das áreas de Patrimônio Cultural e Arte. Ao longo dos Fóruns Preparatórios para a I Conferência Municipal de Cultura o Turismo se fez presente, com expressiva participação de

fazedores. A principal demanda apresentada era que o Turismo passasse a ser tratado como uma área, e não como um segmento da área de Patrimônio Cultural, conforme propunha a minuta do SMC. A justificativa se pautava nas especificidades do Turismo, que já contava com órgãos gestores específicos na esfera federal e em muitos estados e municípios brasileiros, na necessidade de construção de políticas públicas específicas, que necessitam da estrutura de um órgão gestor para desenvolvê-las, entre outros argumentos. Na I Conferência de Cultura de Rio Branco, em 2007, em um processo de votação bastante acirrado, a maioria dos participantes optou por manter o Turismo como um segmento da área de Patrimônio Cultural. E assim, o Turismo passou a compor o Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco – SMC, Lei Nº 1.676/2007.

Em 2006, foi criada a Cooperativa dos Profissionais de Turismo do Acre, entidade formal que ampliou as possibilidades de captação de recursos, entre outros aspectos.

Em fevereiro de 2008 a Câmara Temática de Turismo iniciou seu funcionamento, reunindo empresários, gestores, guias, acadêmicos e turismólogos. Nesse momento, seu principal objetivo era fortalecer o Turismo em Rio Branco, identificando e desenvolvendo suas potencialidades, e garantindo a criação de políticas públicas específicas.

A Câmara participou ativamente das pautas gerais do CMPC, como a apresentação de propostas para a composição dos editais dos mecanismos municipais de financiamento, e a elaboração do diagnóstico do Turismo, para a organização do Plano Municipal de Cultura de Rio Branco – PMC.

Em 2008, o Ministério do Turismo iniciou a implantação do projeto "65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional", através do Programa de Regionalização do Turismo. Rio Branco está incluído nesse projeto, como destino indutor no estado do Acre, o que, na prática, significaria a destinação de investimentos técnicos e financeiros para o município. Para garantir esses investimentos, ainda em 2008 foi criado um "Grupo Gestor", com a responsabilidade de trabalhar o fortalecimento do município como destino indutor, com a participação da FGB. Em 2009, a Câmara Temática conquistou um assento no Grupo Gestor.

Também em 2008, a Fundação Getúlio Vargas – FGV realizou em Rio Branco, em parceria com o Ministério do Turismo, a primeira pesquisa de campo do "Estudo de Competitividade Turística". Essa pesquisa gerou um Relatório apontando as ações a serem priorizadas para fins de investimento. A Câmara Temática foi convidada a acompanhar e dar suas sugestões para esse estudo.

Outra ação de destaque levada a cabo no âmbito da Câmara Temática foi a organização e publicação da revista "Uirapuru – Turismo & Cultura", um instrumento estratégico para contribuir com reflexões acerca das relações entre Turismo e Cultura. A primeira edição saiu em outubro de 2009, e atualmente a revista já conta com seu quarto número.

Na II Conferência de Cultura de Rio Branco, em 2009, a Câmara Temática mais uma vez apresentou a proposta de transformação do Turismo em uma área do SMC. A justificativa se pautava em uma demanda do Ministério do Turismo, através de seu Projeto de Municipalização e Regionalização, que exigia a ampliação dos mecanismos de participação, incluindo um Conselho e um Cadastro específico. As discussões e deliberações da Plenária apontaram mais uma vez para a manutenção do Turismo como segmento da área de Patrimônio Cultural, mas com a ressalva de que o mesmo deveria possuir um Cadastro específico.

Em 2011, a Câmara Temática aprovou projeto na Lei Municipal de Incentivo para a realização do "Seminário de Turismo: Construindo Políticas Públicas de Turismo para Rio Branco" e iniciou, em parceria com o Ministério do Turismo, SETUL, FUNTAC, UFAC e Instituto Dom Moacyr o projeto "Inventário de Oferta Turística". O projeto tem como objetivo a organização de um banco de dados, que propiciará o nivelamento das informações entre empresários e as três esferas de governo. O Acre é o primeiro Estado brasileiro a implantar esse Sistema de Gestão otimizando esforços feitos no Setor Turístico.

A Câmara Temática de Turismo tem apresentado resultados positivos. Entre os principais focos de discussão está o fortalecimento da Câmara Temática como espaço de diálogo, articulação e pactuação de ações, projetos, programas e políticas que visem ao desenvolvimento do Turismo em Rio Branco. Merece ser citada também, a luta pela integração de toda cadeia produtiva, buscando a ampliação da visão de mercado e de negócios; a regulamentação da atuação do

profissional do Turismo; a realização de pesquisas e estudos acerca das atividades turísticas locais e a formatação de novos roteiros municipais também são demandas apontadas como prioritárias.

Em 2012, a Câmara Temática de Turismo, por meio do Sindicato dos Guias de Turismo, realizou o "Seminário de Turismo: Construindo Políticas Públicas para o Destino - Rio Branco". O encontro contou com a participação de profissionais renomados, como Mário Beni, Fabrício Amaral e Luzia Neide Coriolano. Os participantes discutiram e pactuaram um Cronograma para a construção do Plano Municipal de Turismo, a ser deliberado em Conferência específica, em 2013. Além disso, a Câmara Temática de Turismo dedicou-se a realização da Pesquisa de Demanda da Oferta Turística do município.

6. Deliberações da III Conferência Municipal de Cultura de Rio Branco

6.1 Princípios do PMC/RB aprovados na III Conferência Municipal de Cultura de Rio Branco

Princípio 1	**O reconhecimento da cultura como um direito fundamental do ser humano,** constituído pelos direitos à identidade e à diversidade cultural, à livre criação, fruição e difusão de bens culturais, e a participação nas decisões de política cultural, expressos nos artigos 210, 215, e detalhados nos artigos 5, 216, 220 e 231 da Constituição Federal do Brasil (1988), nos artigos 148 a 155 da Lei Orgânica do Município de Rio Branco, na Declaração dos Direitos Humanos, na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) e na Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005);
Princípio 2	**O compromisso com valores e práticas democráticas, consolidadas por meio da** participação direta e cidadã, nas instâncias e estruturas do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco, tanto de forma individual quanto setorial e coletiva, visando sua continua atualização e transparência;
Princípio 3	**A valorização e o respeito à diversidade cultural, às identidades culturais locais, às** dinâmicas culturais tradicionais e contemporâneas e ao diálogo intercultural resultante de trocas e intercambio entre os municípios, estados e países fronteiriços;

Princípio 4	**A necessidade de construção de políticas públicas estáveis para a cultura, tomadas** como políticas de Estado, construídas através da articulação entre as esferas municipais, estaduais e federais e pactuadas com a sociedade civil, visando a consolidação de práticas de co-responsabilidade dos diversos setores e atores sociais;
Princípio 5	**A concepção da cultura como provedora de desenvolvimento e sustentabilidade do** município, demandando políticas marcadas pela articulação, integração e cooperação **institucional em bases territoriais, intersetoriais e transversais.**

6.2 Objetivos do PMC/RB aprovados na III Conferência Municipal de Cultura de Rio Branco

Objetivo 1	Assegurar a todos os cidadãos de Rio Branco o pleno exercício dos direitos culturais;
Objetivo 2	**Fortalecer, atualizar e consolidar o Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco,** através da criação, implementação e institucionalização de todas as suas instâncias previstas na lei nº 1676-2007;
Objetivo 3	**Implementar as deliberações e recomendações das Conferências Municipais de** Cultura e do CMPC de Rio Branco na forma de políticas, programas e ações;
Objetivo 4	**Definir e estabelecer responsabilidades na execução, acompanhamento e avaliação do** conjunto de ações culturais de caráter setorial, intersetorial, tranversal e territorial com temporalidades distintas respeitando a perspectiva decenal do Plano Municipal de Cultura, bem como sua continuidade;
Objetivo 5	**Garantir a inserção da cultura no processo de desenvolvimento e sustentabilidade de** Rio Branco, por meio de ações descentralizadas, articuladas e cooperadas entre poder público, iniciativa privada e fazedores de cultura;
Objetivo 6	**Estabelecer as articulações necessárias do Sistema Municipal de Cultura de Rio Branco** com os demais sistemas e planos setoriais da cultura e das demais políticas sociais, nos níveis municipal, estadual e federal.

6.3 Diretrizes, Estratégias, Ações e Metas do PMC/RB aprovadas na III Conferência Municipal de Cultura

6.3.1 DIRETRIZ 1: Fortalecimento do papel do Estado na institucionalização das políticas culturais, intensificando o planejamento de programas e ações que consolidem as políticas públicas para a cultura

ESTRATÉGIA 1 - Reestruturar o órgão gestor de cultura do município, bem como constituir e qualificar equipe técnica, de acordo com necessidades e demandas das áreas de Arte e Patrimônio Cultural, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.											
AÇÕES	METAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
a) Realizar reforma administrativa do órgão gestor da cultura, elaborar e implementar o plano de cargos, carreiras e remuneração.	**a1 – Novo organograma do órgão gestor** elaborado e implementado, de acordo com as demandas do SMC.	X									
	a2 – Novo Regimento Interno do órgão gestor elaborado e implementado.		X								
	a3 – Plano de Cargos, Carreiras e remuneração aprovado e implementado.	X									
b) Realizar concurso público para o órgão gestor da cultura e espaços a ele vinculados.	**b1 – Concurso público para o órgão** gestor e espaços a ele vinculados, realizado.	X									
c) Regulamentar os espaços e equipamentos culturais do órgão gestor da cultura.	**c1 – 100% dos espaços e equipamentos** culturais, vinculados à FGB regulamentados.	X	X								
d) Criar editais de utilização e ocupação para os espaços e equipamentos culturais do órgão gestor da cultura do município, observando as suas regulamentações e as orientações do PMC.	d1 – 100% dos espaços e equipamentos culturais, vinculados à FGB, com Editais de utilização e ocupação lançados e implementados, como rotina.		X								
e) Regularizar e ampliar progressivamente o orçamento do órgão gestor de cultura, tendo como referência o Sistema Municipal de Cultura e o Sistema de Informações e Indicadores Culturais de Rio Branco.	**e1 – Orçamento para a Cultura em, no** mínimo 3% do Orçamento Municipal, implementado.			X							

Propostas a serem encaminhadas ao Planejamento Estratégico do órgão gestor (FGB)											
a) Estimular a criação de associações de amigos dos diversos espaços e equipamentos culturais do órgão gestor da cultura, de forma a consolidar e expandir os programas e ações desenvolvidos pela instituição, em consonância com o PMC.											
b) Criar um conselho gestor comunitário de uso dos espaços públicos vinculados a FGB envolvendo as instituições de referências nos bairros.											
c) Estimular a criação de Fóruns Culturais nos bairros.											
ESTRATÉGIA 2 - Integrar a política municipal de cultura com as demais políticas do município, do estado e do governo federal, garantindo transversalidade e intersetorialidade, articulando com órgãos da gestão pública, da iniciativa privada e organizações não governamentais, de modo a garantir articulação do PMC com seus correlatos em nível estadual e federal.											
AÇÕES	METAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
a) Articular com instâncias de participação social de outras áreas, de modo a qualificar e potencializar as políticas culturais, tais como fóruns, conselhos e redes, nos âmbitos municipal, estadual, regional e federal.	**a1 – Fórum de Conselhos Municipais de** Políticas Públicas proposto, criado e implementado.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	a2 - Modelo de Relatório da participação de membros do CMPC em outros conselhos, e formas de divulgação do mesmo, implementados.		X								
	a3 - Participação do CMPC ampliada para os conselhos afins proposta e implementada.		X								
b) Contribuir para o fortalecimento e a consolidação da Rede Acreana de Cultura – RAC, do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas, do Fórum de Gestores de Cultura do Acre, do Fórum de Gestores Municipais de Cultura da Região Norte e demais espaços de articulação da área cultural.	**b1 - Rede Acreana de Cultura – RAC** institucionalizada e com atuação contínua e efetiva.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	b2 - Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas, Fórum de Gestores de Cultura do Acre, Fórum de Gestores Municipais de Cultura da Região Norte e demais espaços de articulação da área cultural com participação efetiva e regular da FGB.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Propostas a serem encaminhadas ao Planejamento Estratégico do órgão gestor (FGB)											

a) Conhecer as políticas e Planos Municipais de outras áreas e identificar interfaces, possibilidades e necessidades de articulação e integração.
b) Contribuir para a efetivação das comissões intergestores bipartite e tripartite, previstas nos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura.

6.3.2 DIRETRIZ 2: Promoção, fortalecimento e qualificação das instâncias consultivas e deliberativas; consolidação dos mecanismos de diálogo e participação da sociedade civil

Estratégia 1: Criar as condições necessárias para que a política pública para cultura seja democrática, transparente, participativa, efetiva e equitativa.										
AÇÕES	METAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
a) Criar o Programa Municipal de Formação na área da Cultura, com o objetivo de realizar a formação continuada de conselheiros, gestores e fazedores de cultura.	**a1 – Programa Municipal de Formação** na área da Cultura criado e implementado.	X									
	a2 – 100% dos gestores municipais do órgão gestor de cultura, capacitados.		X	X							
	a3 – 50 conselheiros capacitados ao ano.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	a4 – 30 profissionais e produtores culturais capacitados por ano.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
b) Realizar através do Programa Municipal de Formação na área da Cultura, formação continuada para funcionários do órgão gestor da cultura, conselheiros da Câmara Temática de Patrimônio Cultural - CTPC, profissionais da área e integrantes de Câmaras Temáticas afins, para os processos de inventário, registro, tombamento e medidas de salvaguarda.	**b1 – No mínimo 40 fazedores e gestores** de cultura capacitados para os processos de inventário, registro, tombamento e medidas de salvaguarda, a cada dois anos, definidos entre funcionários do órgão gestor da cultura, conselheiros da CTPC, profissionais da área e conselheiros de Câmaras **Temáticas afins.**	X		X		X		X		X	
c) Produzir publicações para informar e qualificar a atuação dos conselheiros	c1 - Revista do CMPC de Rio Branco	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

de cultura.	lançada anualmente.										
d) Criar mecanismos de interlocução da FGB com o cidadão (consultas, solicitações, dúvidas, diálogo sobre demandas, prestação de contas), por meio de um portal eletrônico e interativo da cultura.	d1 – Portal eletrônico da Cultura criado e implementado.	X									
	d2 – 2.000 usuários acessando o Portal, por mês.		X	X	X	X	X	X	X	X	X
e) Divulgar para a sociedade civil, por diversos meios e em diferentes linguagens e mídias, os mecanismos de participação e interlocução com o poder público.	**e1 – 50% da população de Rio Branco** informada sobre os mecanismos de participação e interlocução com o poder público, da área cultural.										X
f) Criar ouvidoria pública para o órgão gestor da cultura.	**f1 – Ouvidoria pública para o órgão** gestor da cultura criada e implementada.		X								
Propostas a serem encaminhadas ao Planejamento Estratégico do órgão gestor (FGB)											
a) Fortalecer e consolidar os Fóruns Setoriais Integrados do Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC).											

6.3.3 DIRETRIZ 3: Reconhecimento e valorização das identidades e da diversidade cultural, proteção e promoção às artes e expressões culturais, estímulo ao diálogo intercultural, proteção e promoção das memórias, saberes e fazeres culturais

Estratégia 1: Promover e proteger os saberes e fazeres culturais tradicionais e contemporâneos, as memórias, o patrimônio e a diversidade artístico-cultural, em cumprimento às recomendações e instrumentos previstos na Lei Municipal de Patrimônio Cultural, Lei Nº 1.677/2007, bem como na legislação em vigor.											
AÇÕES	METAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
a) Realizar de forma participativa a identificação e registro dos patrimônios identitários das comunidades indígenas, afro-brasileiras, ayahuasqueiras, ribeirinhas, seringueiras, e as demais expressões culturais populares e tradicionais, com atenção especial às que estão em	a1 - Mapeamento das expressões culturais do município de Rio Branco realizado.				X						
	a2 – Registro como patrimônio imaterial de referencias culturais da ayahuasca no âmbito municipal.			X							
	a3 - Mapeamento das expressões artísticas do município de Rio Branco										

situação de risco de extinção.	realizado.									
b) Realizar, de forma participativa, inventários e tombamentos de bens históricos, paisagísticos, naturais e turísticos de Rio Branco.	b1 – Processo de Tombamento do Cacimbão da Capoeira concluído e o referido bem tombado.		X							
	b2 – 2 inventários e 2 processos de tombamento concluídos, a cada 2 anos.		X		X		X		X		X
c) Criar uma Lei Municipal de valorização dos Mestres dos saberes e fazeres culturais, como forma de salvaguardar o patrimônio imaterial local.	c1 - Lei Municipal de valorização dos Mestres dos saberes e fazeres culturais , criada e regulamentada.					X				
d) Construir políticas intersetoriais que favoreçam a sustentabilidade das culturas ayahuasqueiras, bem como outras práticas extrativistas não madeireiras, de modo a propiciar a preservação dos estoques naturais, bem como a manutenção, ampliação e incentivo ao cultivo do cipó jagube e da folha chacrona.	e1 – Políticas públicas de apoio à sustentabilidade das culturas ayahuasqueiras, bem como outras práticas extrativistas não madeireiras, construídas e implementadas.	X	X	X						
Identificar, reconhecer e preservar os sítios históricos das comunidades ayahuasqueiras, e outras comunidades tradicionais acreanas, bem como salvaguardar os saberes tradicionais a elas associados.	f1 – Territórios de identidade cultural de Rio Branco identificados.					X	X	X		
	f2 – Planos de Desenvolvimento Territorial da Cultura construídos e implementados, em parceria com outros municípios, estado e governo federal.							X	X	X	X
g) Desenvolver uma política de promoção e difusão das culturas étnicas, tradicionais e territoriais existentes em Rio Branco, tendo em vista, entre outras ações, a adaptação dos espaços culturais da FGB.	g1) Espaços culturais da FGB redefinidos e readequados para promoção e difusão cultural, com a consolidação de um espaço a cada dois anos.		X		X		X		X	
h) Proteger e promover a diversidade cultural por meio do fortalecimento dos diálogos interculturais, a fim de fomentar a inclusão e combater o preconceito.	h1 - Mapeamento da diversidade cultural realizado e disponibilizado		X	X						
	h2 - 30% de projetos culturais aprovados no Fundo e na Lei de Incentivo com caráter intercultural.				X					

	h3 - 100% das CT ativas				X						
	h4 - Festival da Diversidade Cultural no Aniversário da Cidade implementado	X									

Propostas a serem encaminhadas ao Planejamento Estratégico do órgão gestor (FGB)

a) Consolidar a atuação da Câmara Temática de Patrimônio Cultural (CTPC).

b) Apoiar o registro do ofício de seringueiro, e das culturas ayahuasqueiras, como Patrimônio Cultural Nacional, pelo Conselho Consultivo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

c) Incentivar a criação de associações de amigos dos museus e espaços de memória existentes no município de Rio Branco.

d) Apoiar a criação e implementação do Sistema Estadual de Museus.

Estratégia 2: Fortalecer e difundir as memórias locais referentes às diversas expressões da Arte e do Patrimônio Cultural, envolvendo as comunidades, e em diversas linguagens e suportes.

AÇÕES	METAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
a) Criar e desenvolver o Programa Municipal de Educação Patrimonial.	**a1 - Programa de Educação** Patrimonial criado e implementado e transformado em política permanente.	X									
b) Criar programas de difusão das culturas tradicionais locais, culturas afro-brasileiras, indígenas e ayahuasqueiras, com foco em espaços públicos e de educação formal e informal.	**b1 – Ações permanentes de difusão** das culturas tradicionais locais, afro-brasileiras, indígenas e ayahuasqueiras implementadas gradativamente, nos espaços culturais da FGB e nas escolas da rede municipal, da área urbana e rural.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Propostas a serem encaminhadas ao Planejamento Estratégico do órgão gestor (FGB)

a) Apoiar e fortalecer as ações de centros e casas de memória das comunidades locais.

Estratégia 3: Fomentar a preservação e promoção do patrimônio natural, histórico e das paisagens culturais.

AÇÕES	METAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
a) Criar um mecanismo de incentivo à adoção de espaços e monumentos culturais por parte de instituições, empresas e cidadãos.	**a1 – Selo de** Responsabilidade Cultural criado e implementado.		X	X	X	X	X	X	X	X	X
b) Propor e participar da criação e implementação de uma política efetiva de preservação do rio Acre e dos mananciais hídricos de Rio Branco, previstas no Art. 207 do Plano Diretor de Rio Branco.	b1 – Realizar um seminário intersetorial, para discutir políticas integradas e regulamentação específica, a fim de estabelecer e efetivar mecanismos específicos de preservação.	X									
	b2 - Dotar as instituições envolvidas nas políticas integradas de condições para fiscalização eficaz, a partir das regulamentações definidas.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Desenvolver uma regulamentação adequada para proteção e fiscalização dos bens naturais e paisagísticos (florestas, mananciais aqüíferos, sítios arqueológicos etc.) de Rio Branco, de forma integrada com áreas afins e outras esferas do poder público.	**c1 – Lei Municipal Nº** 1.677/2007 revisada.	X									
	c2 - Lei Municipal Nº 1.677/2007 implementada.		X	X	X	X	X	X	X	X	X

Propostas a serem encaminhadas ao Planejamento Estratégico do órgão gestor (FGB)

E4, a) Solicitar a criação, na promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado Acre, de uma Vara que trate de discriminação e preconceito étnico e racial, da intolerância religiosa e dos direitos culturais.

E4, b) Desenvolver articulação efetiva com organizações ligadas aos direitos humanos, como o Centro de Defesa de Direitos Humanos, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, entre outros.

E4, c) Participar da construção e implementação do Plano Municipal de Promoção de Igualdade Racial.

6.3.4 DIRETRIZ 4: Universalização e democratização do acesso às artes e às expressões do patrimônio cultural a todo o município de Rio Branco; manutenção, ampliação e qualificação dos espaços e equipamentos culturais; formação de público

Estratégia 1: Construir e fortalecer políticas intersetoriais para promover a formação de público, a circulação das artes e das expressões do patrimônio cultural e valorizar a produção local.											
AÇÕES	METAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
a) Desenvolver programa de formação de público e circulação para as artes e as expressões do patrimônio cultural.	a1 – 70% dos bairros e área rural de Rio Branco atendidos pelo Programa Municipal de Formação de Público e Circulação das linguagens artísticas e expressões do Patrimônio Cultural.		X	X	X	X	X	X	X	X	X
	a2 – 50% das atividades FGB realizadas de forma descentralizada		x	x	x	x	x	x	x	x	x
	a3 - 50% dos projetos aprovados no Fundo e na Lei de Incentivo realizados total ou parcialmente de forma descentralizada.		x	x	x	x	x	x	x	x	x
b) Firmar parcerias intersetoriais para o desenvolvimento de atividades em escolas, hospitais e outras instituições públicas para formação de público e circulação dos bens artísticos e expressões do patrimônio cultural, e ainda, para o atendimento da população em situações de excepcionalidade.	**b1 – Seminário de integração** das políticas públicas com a cultura realizado anualmente.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	b2 – Programas transversais, integrando as políticas de educação, esporte, saúde, meio ambiente, turismo, segurança pública, desenvolvimento econômico e social.			X	X	X	X	X	X	X	X
	b3 - Participação de representantes das áreas de educação, esporte, saúde, meio ambiente, turismo, segurança			X	X	X	X	X	X	X	X

	pública, desenvolvimento econômico e social no CMPC implementada.										
c) Firmar parcerias com artistas, grupos, entidades culturais e de turismo para o desenvolvimento de ações de formação de público e circulação das produções artísticas e expressões do patrimônio cultural em escolas, hospitais e outras instituições e espaços públicos.	c1 – Edital de circulação de produções artísticas e expressões do patrimônio cultural lançado.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
d) Construir e implementar o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura, bem como os equipamentos necessários a sua execução.	**d1 – Plano Municipal do Livro,** Leitura e Literatura construído e implementado.		X	X	X	X	X	X	X	X	X
e) Fomentar a criação de espaço de Referência para atender a demanda por produções literárias acreanas e regionais.	e1 – Pontos de comercialização de produtos culturais (livros, cordéis, CDs, vídeos, obras de arte, produtos de design, artesanato etc.) criados e geridos,no âmbito da Rede Acreana de Cultura, em parceria com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada.			X	X	X	X	X	X	X	X
f) Criar Mecanismos para incentivar a aquisição de obras, bens e produtos culturais de artistas locais, para espaços e instituições públicas do município, como forma de valorização do trabalho dos artistas.	f1) Criar editais para a aquisição de obras, bens e produtos culturais de artistas locais, para espaços e instituições públicas do município.			X	X	X	X	X	X	X	X
	f2) Regulamentação de aquisição de obras, bens e produtos culturais de artistas locais, criado e implementado.			X							
Estratégia 2: Ampliar a rede de equipamentos públicos de cultura, considerando as áreas urbana e rural, criar e desenvolver políticas de gestão e ocupação desses espaços, descentralizando e democratizando o acesso aos bens e serviços culturais.											
a) Fomentar e incentivar a realização de atividades e apresentações em parques, praças, mercados e demais espaços públicos urbanos e rurais, identificados por meio de mapeamentos e pelo Cadastro Cultural do Município de Rio Branco.	a1 – Projeto *A Alegria ta na Rua* ampliado para áreas rurais e reeditado.	X									
b) Criar condições para viabilizar e fortalecer a atuação do CMPC nos	***Obs.: Contemplada no*** *Programa de Formação, D2, E1,*										

4

processos de gestão, construção e revitalização de espaços e equipamentos culturais.	*Metas a1 e a3*										
c) Criar uma política intersetorial de gestão, manutenção, ampliação e uso dos espaços públicos como praças, quadras, mercados, de forma integrada entre as diversas áreas do poder público.	*Obs.: Contemplada na E1, Metas b1 e b2, desta Diretriz*										
Estratégia 3: Intensificar o diálogo entre cultura e educação, através de parcerias e programas que envolvam as diversas linguagens artísticas, as expressões do patrimônio cultural e o turismo cultural.											
a) Criar editais específicos para circulação da produção artística e cultural das/nas escolas em parceria com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.	**a1 – 100% das escolas públicas** municipais desenvolvendo, de forma continuada, atividades extracurriculares de arte e cultura (Mais Educação/MEC).	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
b) Disponibilizar espaços e centros culturais para programas das Secretarias de Educação com interfaces culturais.	***Obs.: Contemplada na E1,*** *Metas b1 e b2, desta Diretriz*										
c) **Participar, acompanhar e monitorar a** aplicação das Leis 9.394/1996, 12.287/2010 e 11.769/2008, no que se refere à obrigatoriedade do Ensino da Arte.	C1 – Criação de uma Comissão permanente formada por SEME, FGB, SEE, FEM, CMPC, Conselho Estadual de Educação, Conselho Municipal de Educação e CONCULTURA para acompanhar a implementação das referidas Leis.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
d) Criar calendário comum com as Secretarias de Educação, de forma a promover e fortalecer datas e personagens relacionados às identidades históricas e culturais locais.	**d1 - Calendário Cultural de Rio** Branco organizado e amplamente divulgado, com foco na valorização da cultura local e no desenvolvimento do turismo cultural.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
e) Participar da implementação do programa de formação de professores e gestores culturais, em cumprimento às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e 12.288/2010.	**e1 – Participação ativa e efetiva** da FGB no Comitê Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	e2 – Núcleo das Culturas Indígenas e Afro-brasileiras criado e implementado, em parceria com a UFAC, com foco na pesquisa e formação cultural articulada das manifestações das culturas indígenas e afro-			X							

4

	brasileiras existentes em Rio Branco.											

6.3.5 DIRETRIZ 5: Ampliação do acesso às condições e meios de criação, invenção e inovação culturais; estímulo à circulação, intercâmbio, trocas e cooperação; consolidação e ampliação dos mecanismos de financiamento da cultura

Estratégia 1: Ampliar, diversificar e consolidar mecanismos de financiamento público para cultura, de acordo com as necessidades, demandas e potencialidades locais. (OPMC)												
AÇÕES	METAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
a) Criar o Programa Municipal de Financiamento à Cultura, no âmbito do qual será feita a gestão do Fundo Municipal de Cultura e de outros mecanismos de financiamento cultural.	**a1 - Programa Municipal de** Financiamento à Cultura elaborado e aprovado, contemplando a regulamentação do FMC e da Lei de Incentivo revisada, bem como o cumprimento do percentual já previsto na Lei atual, com a separação do Esporte e do Lazer, em cumprimento ao que dispõe a Lei do SMEL.		X								
	A2 – Revisão da Lei de Incentivo a Cultura com a extinção da renúncia fiscal em 100% garantindo os recursos para o Fundo Municipal de Cultura mantendo a fonte de arrecadação de ISS e IPTU.										
	A3 - Criação e ampliação de editais, com recursos oriundos do repasse Fundo a Fundo (do estado e do governo federal), como política de Estado, para fomento aos diversos segmentos da Arte e do Patrimônio Cultural.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	a3 – Inclusão na LOA – Lei Orçamentária Anual os recursos de apoio a projetos consolidados no Calendário Cultural de **Rio Branco.**		X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Abertura de 01 edital anual para pesquisa no programa Municipal de Financiamento			X	X	X	X	X	X	X	X

	a Cultura.										
b) Diversificar os mecanismos de financiamento e fomento a projetos culturais, de forma articulada com a iniciativa privada e bancos de desenvolvimento, tendo em vista linhas de investimento em ações, projetos e programas culturais coerentes com o PMC.	b1 – Programa de financiamento ao empreendedor cultural em parceria com BASA, BB, CEF, BNDES, RAC e outros implantado.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
c) **Ampliar os recursos do Fundo** Municipal de Cultura, em consonância com os princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, metas e ações do PMC.	**c1 – Recursos do Fundo Municipal de** Cultura - FMC ampliados com recursos oriundos do repasse Fundo a Fundo, do estado e do governo federal.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
d) Consolidar, entre os critérios de avaliação de projetos apresentados aos editais, bem como a outras modalidades de financiamento no âmbito municipal, o fortalecimento e valorização das identidades locais.	**d1 – 100% dos editais dos mecanismos de** financiamento contemplando pelo menos um critério de avaliação destinado ao fortalecimento e à valorização das identidades locais.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estratégia 2: Valorizar os artistas, fazedores e produtores culturais, bem como incentivar grupos culturais das áreas urbana e rural, como estratégia para fortalecer e promover a produção artística e cultural local.											
a) Assegurar, no Programa Municipal de Formação na área da Cultura, a realização de oficinas, residências artísticas e cursos voltados ao aprimoramento e qualificação da produção cultural.	**a1 – Programa Municipal de Formação na área da Cultura criado e implementado.**	X									
	a2 – 100% dos gestores municipais da FGB, capacitados.		X	X							
	a3 – 50 conselheiros capacitados ao ano.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	a4 – 30 agentes e produtores culturais capacitados por ano	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
b) Criar e/ou adaptar e equipar espaços voltados à produção, criação e fruição cultural nas áreas urbana e rural.	**b1 – Proposta de adaptação dos espaços** já vinculados à FGB elaborada, em parceira com o CMPC, atendendo os requisitos legais de acessibilidade.		X								
	b2 - 100% dos espaços e equipamentos culturais vinculados à FGB adaptados, disponibilizando acervo sobre as expressões culturais locais.			X							

	b3 – Proposta de criação de espaços culturais integrados a esporte e lazer para as áreas rurais elaborada, com a participação das comunidades envolvidas.		X										
	b4 – 1 espaço cultural integrado a esporte e lazer criado e implementado, a cada 2 anos, nos pólos agroflorestais.		X		X		X		X		X		X
	b4 – Identificação e dinamização de espaços culturais não institucionais, disponibilizando acervo sobre as expressões culturais locais		X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Estratégia 3: Desenvolver uma política de intercâmbio e circulação da produção cultural local, promovendo a troca de saberes como prática da cidadania cultural.													
a) Articular e contribuir com o desenvolvimento de um programa de intercâmbio intercultural com outros países, prioritariamente com Peru e Bolívia.	a1 – Proposta de Programa de Intercâmbio Cultural elaborado e implementado, em parceria com outros órgãos gestores da cultura nos âmbitos municipal, estadual,regional, federal e internacional,com reciprocidade de compromissos a serem assumidos entre os diversos entes envolvidos.	X											
	a2 – Inclusão no Programa Municipal de Financiamento à Cultura (D5, E1, Meta a1) da modalidade de projetos de intercâmbio cultural.		X										
	a3 - Calendário Cultural de Rio Branco organizado e amplamente divulgado, com foco na valorização da cultura local e no desenvolvimento do turismo cultural.		X	X	X	X	X	X	X	X	X		
b) Articular, integrar e potencializar políticas, programas e ações da área cultural no âmbito de fóruns e redes municipais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais.	b1 – Fórum de Conselhos Municipais de Políticas Públicas proposto, criado e implementado.		X										
	b2 - Modelo de Relatório da participação de membros do		X										

	CMPC em outros conselhos, e formas de divulgação do mesmo, normatizados e implementados.										
c) Criar e desenvolver um programa de intercâmbio cultural cidade/floresta e floresta/cidade.	c1 – Proposta de política de intercâmbio cultural cidade/floresta elaborada e aprovada no âmbito do CMPC.			X							
	c2 – Programa Municipal de Financiamento à Cultura com linha de apoio a iniciativas que promovam o desenvolvimento de uma transculturalidade, proporcionando a experimentação e o encontro entre artistas e fazedores culturais,das áreas urbana e rural, de diversas linguagens e expressões.		X								
d) Articular e **contribuir com o** desenvolvimento de um programa de intercâmbio com outros municípios do Acre e da Região Norte.	***Obs.: Contemplada pelas Metas*** *a1 e a2.*										
Estratégia 4: Criar uma política de fomento à pesquisa de forma a atender demandas ligadas à promoção e preservação do patrimônio cultural local e ao registro das manifestações artísticas e do patrimônio cultural, bem como difundi-las em várias mídias.											
a) Estabelecer um programa editorial para as diversas áreas da cultura, de forma integrada às políticas municipais de distribuição e difusão da produção cultural, em espaços formais e informais de educação e demais **setores públicos.**	**a1 – Proposta de linha editorial** pactuada no âmbito do CMPC.			X							
	a2 - Pelo menos uma publicação lançada por ano.				X	X	X	X	X	X	X
b) Fomentar a produção de cartilhas e outras publicações, para difundir ações de educação patrimonial, do turismo cultural, das memórias e do imaginário amazônico.	**b1 – Proposta de linha editorial** para o Patrimônio Cultural elaborada e pactuada no âmbito do CMPC				X						
	b2 – Pelo menos um produto lançado por ano.					X	X	X	X	X	X

6.3.6 DIRETRIZ 6: Ampliação da participação da cultura nas políticas públicas do município; articulação intra e intersetorial; economia da cultura; geração de trabalho e renda; direitos do trabalhador da cultura

Estratégia 1: Criar e consolidar articulações entre as culturas de forma a conciliar autogestão e diversidade cultural e a redução das desigualdades e desequilíbrios sociais, ambientais, econômicos e culturais.											
AÇÕES	METAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
a) Criar e implementar o Plano Municipal de Turismo, através de Conferência específica, contemplando a regulamentação da atividade turística, a realização de programas de fomento ao turismo cultural, a criação do Conselho Municipal de Turismo, do programa de formação em Turismo e de políticas intersetoriais.	**a1 – Proposta de Plano Municipal de** Turismo elaborada no âmbito do CMPC.	X									
	a2 – Plano Municipal de Turismo pactuado e deliberado no âmbito da I Conferência Municipal de Turismo.		X								
b) Criar, no âmbito da Rede Acreana de Cultura, o selo de responsabilidade cultural, para as empresas que investem na cultura local.	b1 – Selo de Responsabilidade Cultural criado e implementado.			X							
c) Contribuir com o processo de regulamentação das diversas profissões das áreas de Arte e Patrimônio Cultural.	**c1 –Grupo de Trabalho sobre** regulamentações das profissões criado no âmbito do CMPC, para discutir amplamente a pauta e propostas encaminhadas.	X	X								
d) Consolidar o Cadastro Cultural do Município como instrumento de reconhecimento da atuação dos fazedores culturais, atualizado periodicamente e certificado pelo CMPC, na instância do Fórum Setorial.	**d1 – Cadastro atualizado** permanentemente e certificado pelo CMPC bianualmente.		X		X		X		X		X
e) Apoiar a criação e formalização de cooperativas, entidades, grupos e outras formas de organização da sociedade civil, no âmbito da Rede	e1 – Pelo menos 5 grupos formalizados por ano.		X	X	X	X	X	X	X	X	X

Acreana de Cultura.													
f) Organizar, publicar e divulgar a agenda da cultura de Rio Branco, articulada com a agenda cultural dos municípios do Acre, da Região Norte e países vizinhos, prioritariamente Peru e Bolívia, de modo a fortalecer o turismo cultural.	**f1 - Calendário Cultural de Rio Branco** organizado e amplamente divulgado, com foco na valorização da cultura local e no desenvolvimento do turismo cultural.				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estratégia 2: Apoiar a construção de políticas de comunicação, de forma integrada às políticas de cultura.													
a) Propor ao Poder Executivo municipal, por meio do CMPC, a realização da I Conferência Municipal de Comunicação e a construção do Plano Municipal de Comunicação.	**a1 – Proposta de Plano** Municipal de Comunicação elaborada no âmbito do CMPC.	X											
	a2 – Plano Municipal de Comunicação pactuado e deliberado no âmbito da I Conferência Municipal de Comunicação.		X										

6.3.7 DIRETRIZ 7: Produção, sistematização e difusão de informações e indicadores culturais; acompanhamento, avaliação e aprimoramento das políticas públicas de cultura; difusão e divulgação de bens e conteúdos culturais; promoção da reflexão, análise e crítica da cultura

Estratégia 1: Criar e implementar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, tendo como ponto de partida o Cadastro Cultural do Município de Rio Branco - CCM.											
AÇÕES	METAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
a) Realizar o mapeamento cultural em Rio Branco, em diálogo com ações já realizadas por outros setores.	a1 – 02 Campanhas de mobilização das áreas de Arte e Patrimônio Cultural, bem como os diversos setores da população para participar do mapeamento realizada.	X	X								
	a2 - Mapeamento cultural realizado de forma colaborativa, em parceria com instituições, grupos e trabalhadores da cultura atualizado de forma bianual.			X							
b) Compartilhar cadastros, bancos de dados, mapeamentos e outros instrumentos de planejamento que qualifiquem e potencializem as políticas culturais, nos âmbitos municipal, estadual e federal.	b1 – Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais de Rio Branco implantado e conectado com os Sistemas Estadual e Nacional de Informações e **Indicadores Culturais.**	X									
c) Criar e manter em funcionamento um Portal da Cultura de Rio Branco tendo como base o Cadastro e o mapeamento cultural para, entre outros objetivos, difundir ações do órgão municipal de cultura, bem como do CMPC.		X	X								
d) Gerar informações e evidências que contribuam para o processo de acompanhamento, avaliação e aprimoramento do Plano Municipal de Culturâ.	d1 – Base de dados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais implantado e possibilitando a avaliação do Plano Municipal de Cultura, com o aferimento quantitativo e qualitativo das Metas e Ações.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
e) Produzir, sistematizar e difundir informações e indicadores que norteiem a tomada de decisão nas políticas culturais e possibilitem a reflexão e crítica da cultura. (FGB)	**e1 – Estabelecer parcerias para** a realização de no mínimo 02 pesquisas anuais.				X	X	X	X	X	X	X
Propostas a serem encaminhadas ao Planejamento Estratégico do órgão gestor (FGB)											
a) Estabelecer parcerias com instituições como UFAC, IFAC, Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, e outras											

entidades que possuem gráficas e/ou editoras.
b) Propor uma linha de publicação para a editora da UFAC.
c) Estabelecer parcerias com IPHAN e instituições de ensino para incentivo e estímulo à criação de grupos de estudos e pesquisas em Arte, Patrimônio e Turismo Cultural.
d) Estabelecer parcerias com entidades, instituições públicas e privadas e grupos de pesquisas para documentar, localizar e preservar acervos públicos e particulares do Patrimônio Cultural local.

7. Modelo de Acompanhamento e Avaliação do PMC

O Plano Municipal de Cultura de Rio Branco é um conjunto de orientações e compromissos, construído no âmbito do Sistema Municipal de Cultura e suas instâncias de participação e deliberação, voltado para o desenvolvimento e consolidação de políticas públicas para a cultura nos próximos 10 anos. Constituído por princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, ações e metas.

O PMC de Rio Branco deverá ser acompanhado e avaliado periodicamente, buscando aferir o alcance e a eficácia das ações e apresentando as propostas de ajustes e adaptações, quando necessário.

São instâncias de acompanhamento e avaliação do Plano:

1 – O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, entendido como um conjunto de informações, indicadores e análises, organizado em coerência com o Sistema Municipal de Cultura e abertos a todos os interessados;

2 – Os Fóruns Inter-setoriais e a Conferência Municipal de Cultura, entendidos como instâncias de participação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura.

Para a implantação e funcionamento do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, a FGB poderá contar com o apoio de especialistas e técnicos de instituições e organizações de pesquisa, formação de gestores culturais e de

planejamento. Suas informações deverão ser amplamente divulgadas por meio de boletins, portal eletrônico, além de estar aberto à consulta pública.

Em conformidade com a Lei 1676/2007 que cria o SMC de Rio Branco, serão convocados fóruns-setoriais anuais para a realização de avaliação processual do PMC, visando a atualização e o aperfeiçoamento das estratégias e ações previstas.

A cada dois anos, será convocada uma conferência municipal de cultura, onde, dentre outros assuntos, se inclua a avaliação parcial e final do PMC, com o objetivo de atualizar e aperfeiçoar seus objetivos e diretrizes.

Ao término de vigência deste Plano Municipal de Cultura, o Órgão gestor da Cultura do Município de Rio Branco deverá, em conjunto com o Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, elaborar novo Mecanismo de Planejamento para as políticas culturais do município.

Todo o processo de acompanhamento e avaliação deverá assegurar a ampla transparência e participação cidadã, por meio das instâncias do Sistema Municipal de Cultura e deverá buscar as articulações técnicas e institucionais com os órgãos gestores públicos no nível estadual e federal.